

REVOLUÇÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL NA CHINA

CHARLES BETTELHEIM



graal

Biblioteca
de Ciências Sociais

Um dos maiores crimes que se cometem contra o nosso povo, neste crepúsculo do século XX, é a deliberada ação dos governantes de encobrir à inteligência nacional a marcha avançada da humanidade. Em benefício de parcela da população, outros insignificantes segmentos erigem-se em juizes que dispõem da prerrogativa de projetar, ao gosto dos seus interesses, a imagem do mundo.

Sob mil pretextos, os novos fiscais-inquisidores proíbem discricionariamente a entrada, no país, de publicações que julgam suspeitas; reduzem o comércio intelectual, em todos os setores da produção científica e estética; favorecem, por outro lado, o monopólio espiritual dos países e das culturas tradicionalmente dominantes. Dessa forma, "conhecemos" o mundo contemporâneo pelas mãos, apócrifas, das agências noticiosas internacionais, representativas dos regimes capitalistas, ou adquirimos uma concepção unilateral do universo social, através dos discursos oficiais; o que vale o mesmo que "conhecer" Atenas pelas informações de Esparta.

Milhões de seres humanos vivem hoje a experiência socialista; o homem socialista é um fenômeno irreversível, bem como a sua economia, a sua sociedade, a sua ciência, as suas manifestações culturais. E o que sabemos disso tudo, nós os viventes do melhor, mais pacífico e mais futuroso dos mundos? Pouco mais que publicidades como essas: os modelos chineses e soviéticos não servem para o Brasil; os burocratas são a nova classe dominante dos países

REVOLUÇÃO CULTURAL E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL NA CHINA

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Vol. nº 9
Série: POLÍTICA

Coordenadores: Braz José de Araújo
Eurico de Lima Figueiredo

Conselho Editorial:

Antonio Celso Alves Pereira
Carlos Estevam Martins
Edson de Oliveira Nunes
Hélgio Trindade
José Álvaro Moisés
José Augusto Guilhon de Albuquerque
José Nilo Tavares
Leandro Konder
Luiz Werneck Vianna
Reginaldo di Piero

1979

Traduzido do original francês:
*Révolution Culturelle et organization
industrielle en Chine*

Direitos adquiridos para a língua portuguesa,
exceto Portugal, por
EDIÇÕES GRAAL Ltda.
Rua Hermenegildo de Barros, 31-A
Glória - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.241

Copyright © by F. Maspero Editeur, Paris, França.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

CHARLES BETTELHEIM

REVOLUÇÃO CULTURAL
E
ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL NA CHINA

Traduzido
por
RITA LIMA

RICARDO BALEN
FILOSOFIA UFPR



Fundador:
MAX DA COSTA SANTOS

Capa: SÔNIA MARIA GOULART

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B466r Bettelheim, Charles.
Revolução cultural e organização industrial na China
/ Charles Bettelheim; tradução de Rita Lima. - Rio de
Janeiro: Edições Graal, 1979.
(Biblioteca de Ciências sociais; v. nº 9)

Tradução de: Révolution Culturelle et organization
industrielle en Chine.

I. China - Civilização 2. China - Indústrias I. Título
II. Série

CDD - 301.2951
338.0951

CDU - 008(510)
338.45(510)

79-0253

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	7
<i>I. A Fábrica geral de bonés de Pequim</i>	15
1 - A POLÍTICA SEGUIDA ANTES DA REVOLUÇÃO CULTURAL NA FÁBRICA GERAL DE BONÉS DE PEQUIM	21
2 - AS ORGANIZAÇÕES DE MASSA NAS FÁBRICAS DE PRODUÇÃO	26
I. Os grupos de gestão operária	27
II. Os Guardas Vermelhos	40
III. O Comitê Revolucionário	44
IV. O comitê do Partido	46
<i>II. A planificação industrial</i>	57
1 - AS DIFERENTES FORMAS DE PROPRIEDADE NA INDÚSTRIA	59
I. Propriedade do Estado e propriedade coletiva	59
II. As "fábricas de rua"	62
2. AS MODALIDADES DE GESTÃO DO SETOR INDUSTRIAL DO ESTADO	64
I. A gestão em três níveis (o exemplo de Xangai)	64
II. A natureza da descentralização chinesa	65
III. A noção de "plano unificado"	67
IV. A planificação da produção e da repartição dos objetos de consumo: os organismos comerciais do Estado. As "enquetes" sobre as necessidades dos consumidores ...	70
V. As características específicas da planificação chinesa ...	71
3 - A PREPARAÇÃO DO PLANO UNIFICADO	72
I. A elaboração do plano a nível de uma fábrica	72
II. A elaboração do plano na província de Liaoning	75
III. Os planos quinquenais	80
IV. A aplicação do plano leva em conta os interesses do conjunto da nação	81

4. AS RELAÇÕES ENTRE AS UNIDADES DE PRODUÇÃO	82
I. Algumas indicações sobre o problema dos preços planificados	83
II. A cooperação socialista	86
III. <i>As transformações na divisão social do trabalho</i>	91
1 - TAREFAS DE DIREÇÃO E TAREFAS DE EXECUÇÃO	93
I. Gestão por uma minoria ou gestão por uma maioria ...	93
II. A experiência soviética na gestão de fábricas	98
2. TRABALHO MANUAL E TRABALHO INTELECTUAL	103
I. Para o desaparecimento progressivo da divisão capitalista do trabalho	103
II. A luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das ciências e das técnicas	106
3. PARA UM DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA DAS FORÇAS PRODUTIVAS	110
I. A acumulação prévia não é mais o fator decisivo	110
II. O papel das pequenas e médias empresas	112
III. Exemplo de desenvolvimento industrial rural. Extinção da secular oposição entre cidade e campo ...	115
IV. <i>A revolucionarização das relações de produção</i> ..	119
<i>Posfácio I</i>	135
I. Lutas ideológicas de classe ou lutas pessoais	141
II. A luta abstrata contra o egoísmo ou a luta pelas transformações revolucionárias	145
III. A "extrema-esquerda" e a luta contra os regulamentos irracionais	149
IV. A "extrema-esquerda" e o problema dos salários	152
V. A "extrema-esquerda" e a apropriação pelas massas da ideologia reevolucionária	154
VI. A "extrema-esquerda", o empirismo e o espontaneísmo	158
VII. A unidade do dogmatismo e do espontaneísmo	161
VIII. As conquistas momentâneas e a derrota posterior da "extrema-esquerda"	162
<i>Pós-fácio II</i>	169

Prefácio

O objetivo deste livro¹ não é "avaliar" o número e a diversidade das transformações que se operaram ou estão em vias de se operar neste imenso país que é a China. Pretender escrever um tal livro não teria nenhum sentido para um visitante estrangeiro.

O objetivo pretendido é inteiramente outro. Trata-se de uma tentativa de esboçar algumas conclusões teóricas referentes ao alcance das transformações ocorridas nas fábricas chinesas em decorrência da Revolução Cultural. As transformações em questão nas páginas que se seguem

1. Esse livro foi redigido a partir de notas tomadas por dois estudantes (que pediram para não terem seus nomes citados), por ocasião de algumas aulas proferidas por Charles Bettelheim durante seu seminário na Ecole Pratique des Hautes Etudes, em 1971-72.

Para complementar essas notas, esses estudantes utilizaram uma parte do material recolhido por Charles Bettelheim em sua viagem à China, em agosto-setembro de 1971, assim como o texto de uma conferência que ele deu em Paris em novembro de 1971. Eles se encarregaram do plano e da redação de uma parte do livro.

são as que foram descritas em 1971, ao longo de visitas a um certo número de fábricas. A importância dessas transformações é confirmada pelos numerosos artigos publicados na China, artigos relevantes, tanto do ponto de vista dos fatos descritos, quanto das orientações políticas fornecidas.

Esse livro foi escrito servindo-se principalmente de uma parte do material recolhido durante minha permanência na China, de agosto a setembro de 1971. Ele baseia-se em observações feitas quando de viagens anteriores², assim como em narrações escritas ou orais de numerosos viajantes estrangeiros, operários, camponeses, economistas, sociólogos, etc., que visitaram a China nesses últimos tempos.

Nas páginas que se seguem, trato principalmente das transformações nas gestões de empresas industriais, e na divisão do trabalho no seio das empresas. Na verdade, a meu ver, essas transformações são de excepcional importância. No entanto, se a Revolução Cultural deu um impulso sem precedentes nas transformações de que aqui falo, não se deve por isso concluir que elas decorreram apenas da Revolução Cultural, nem que sejam as únicas transformações operadas ao longo desses últimos anos.

Há a destacar vários problemas. Logo de início, a amplitude das transformações em questão só se tornou possível pela derrota da linha política burguesa³, que era

2. Em 1958, 1964 e 1967.

3. Nos partidos comunistas, denomina-se "linha política burguesa" uma linha que se opõe objetivamente às transformações possíveis que permitiriam reduzir o lugar ocupado pelos elementos capitalistas ou burgueses na base econômica ou na superestrutura. Quando predomina a ação de uma tal linha, presencia-se à consolidação (que poderia ser evitada) das formas capitalistas da divisão do trabalho e da gestão de empresas, assim como de posições da burguesia. Esta última é constituída não apenas pelos antigos capitalistas, proprietários de terra, etc., mas também por quadros, técnicos e administradores, que tiram partido de suas funções para

a de Liu Chao-chi, linha cujos partidários tinham praticamente restabelecido por ocasião das transformações análogas às efetuadas ao longo da Revolução cultural, e iniciadas quando do Grande Salto para frente, em 1958.

Por outro lado, essas transformações são correlatas a uma revolução ideológica, assinalando o início de uma transformação dos costumes que fortalecem cada vez mais uma nova moral proletária⁴.

Mesmo assim, as campanhas chinesas que já tinham logrado importantes transformações a partir de 1958, com a criação das comunas populares, assistiram também à continuação e ao aprofundamento dessas transformações ao longo da Revolução Cultural. Ainda aqui, após as tentativas feitas entre 1960 e 1966 pelos partidários da linha de Liu Chao-chi para reduzir a importância das modificações econômicas e sociais efetuadas durante o Grande Salto para frente, a Revolução Cultural permitiu a retomada da ofensiva socialista, conduzida numa escala sem precedentes, especialmente no domínio da industrialização rural. Desde então essa ofensiva começou a modificar seriamente a vida das províncias chinesas. Também aqui, a Revolução Cultural questiona a milenar divisão do trabalho, e mais especialmente a divisão entre província e cidade, divisão sobre a qual se edificaram as divisões em classes sociais.

Dessa maneira a Revolução Cultural Proletária representa uma luta ideológica e política cujos efeitos se inscrevem na base econômica e na superestrutura, destruindo as antigas relações sociais e fazendo com que surjam novas.

fazer escapar do controle dos trabalhadores o uso dos meios de produção e de investimentos.

4. Cf. a esse respeito meu artigo já publicado no "Le Monde diplomatique", novembro de 1971.

As peripécias próprias da luta que se desenvolveu ao longo da Revolução Proletária mostram como seu resultado depende ao mesmo tempo do movimento das massas e de uma orientação justa dada a esse movimento por uma direção revolucionária.

Cada etapa da Revolução Cultural era acompanhada de um enorme trabalho de discussão pelos partidários da linha revolucionária de Mao Tsé-tung. Assim, no início da Revolução Cultural, foram necessários vários meses antes que os trabalhadores se rebelassem contra os antigos métodos de gestão, contra a antiga divisão de trabalho, e contra os defensores incondicionais de relações que existiam até então nas fábricas⁵. Só progressivamente, mediante discussões e explicações, eclodiram a seus olhos os obstáculos opostos pelas relações antigas ao avanço da via socialista.

Depois, quando se tratou de edificar novas relações, os trabalhadores frequentemente dividiram-se quanto à interpretação a dar às palavras de ordem da linha revolucionária; durante meses, e até anos, foram necessárias discussões e lutas para que se efetuasse a unidade indispensável ao sucesso da Revolução Cultural⁶.

Através das discussões e das lutas das quais participaram milhões e milhões de trabalhadores e as massas mais amplas, revela-se um novo caminho no combate

5. Durante minha permanência na China, em 1967, as características desta etapa da Revolução Cultural eram ainda muito visíveis. Assim, os membros do Comitê Revolucionário de várias fábricas me declararam que nos primeiros tempos da Revolução Cultural eles acreditavam que esta só devia referir-se às letras e às artes, e que viam até com suspeita aqueles que criticavam a situação dentro de sua própria fábrica; foi apenas pouco a pouco que compreenderam que a situação existente devia ser transformada para se avançar na via socialista.

6. Sobre as primeiras etapas da Revolução Cultural, pode-se consultar especialmente o livro de Jean DAUBIER, *Histoire de la Révolution culturelle prolétarienne en Chine*, Maspero, Paris, 1970. No posfácio deste livro, abordarei a questão da "extrema-esquerda" e o significado de sua intervenção.

para o socialismo. No que concerne à transformação das relações sociais, aconteceu uma experiência sem precedentes. É ela uma aquisição decisiva e definitiva (tão definitiva e decisiva quanto pode ser toda experiência científica ou social referente a novos processos ou novas leis objetivas).

Em suma, a tese defendida aqui é a de que a Revolução Cultural Proletária representa uma virada da mais alta importância histórica, porque ela "revelou" (no sentido em que Marx usou esta palavra a respeito da Comuna de Paris) uma das formas essenciais da luta de classes para a edificação do socialismo. É sabido que Marx destacou o significado da Comuna de Paris ao declarar:

"A luta de classe operária entrou, graças à Comuna, numa nova fase. Seja qual for seu resultado imediato, um novo ponto de partida de importância histórica mundial foi conquistado." (Carta a Kugelmann, abril 1871).

Algumas palavras agora para esclarecer a estrutura deste livro.

Uma primeira parte pretende mostrar os aspectos essenciais das transformações efetuadas na gestão de empresas industriais e na divisão do trabalho no seio dessas empresas⁷. O conteúdo dessa primeira parte é constituído principalmente de um resumo de entrevistas que fiz

7. As formas institucionais da gestão de empresas e as modalidades da transformação na divisão do trabalho não permaneceram as mesmas depois de 1971, mas este livro não visa acompanhar as modificações em curso. Para tomar apenas um exemplo, parece que se encaminha para a constituição de novos organismos de tipo sindical, que tomariam o lugar das assembleias de representantes operários, porém até o momento em que se escreve este texto, trata-se apenas de uma perspectiva. De qualquer modo, não há que esquecer que uma das características da política do Partido Comunista Chinês consiste em extrair progressivamente lições da experiência e, portanto, deixar que se desenvolvam diversas iniciativas antes de preconizar a generalização desta ou daquela forma de organização. Assim pois, é quase certo que se está agora experimentando novas formas de organização que, ulteriormente, serão generalizadas.

com os membros do Comitê Revolucionário da Fábrica Geral de Bonés de Pequim; é uma fábrica "de vanguarda" no que se refere às transformações sociais realizadas. Essas transformações se repetem, em graus diferentes, tanto em outras fábricas que visitei, como também naquelas das quais tive conhecimento através da imprensa chinesa ou dos relatos de visitas de que já falei anteriormente. Elas correspondem também à principal corrente da Revolução Cultural, aquela pela qual lutaram em seu desenrolar os partidários da linha revolucionária; aquela que continua a ser defendida pela atividade, palavras de ordem e diretivas do Partido Comunista Chinês.

Uma segunda parte do livro, relativamente reduzida, é consagrada à planificação. Apenas os grandes princípios que caracterizam a planificação chinesa foram assinalados. Em linhas gerais, esses princípios já eram aplicados antes da Revolução Cultural, mas anteriormente sua aplicação era contida muitas vezes pela corrente "centralizadora" que defendia a linha de Liu Chao-chi. O novo impulso dado desde a efetivação desses princípios visa, mantendo a necessária coordenação, a deixar o máximo de iniciativas às autoridades locais e provinciais, e permitir que os trabalhadores participem amplamente das tomadas de decisão quando da elaboração do plano.

Na terceira parte tento delinear o significado, os princípios e as perspectivas abertas pela principal corrente da revolução chinesa, que visa a abolir progressivamente a distinção entre tarefa de execução e tarefa de direção, trabalho manual e trabalho intelectual, e a divisão secular entre cidades e campo. É a via traçada por Marx e Engels.

Na quarta parte, a partir de princípios políticos elaborados ao longo da Revolução Cultural, apresento um

certo número de conclusões teóricas referentes à revolucionarização das relações sociais de produção.

Charles Bettelheim
Paris, janeiro de 1973.

A FÁBRICA GERAL
DE BONÉS DE PEQUIM

I

A FÁBRICA GERAL DE BONÉS DE PEQUIM

A fábrica está situada dentro de Pequim. Foi fundada em 1952. Em 1971 ela empregava 3.400 pessoas, 60% das quais eram mulheres.

A produção é diversificada: da tecelagem (tecidos de algodão e tecidos sintéticos) aos produtos acabados (jaquetas, casacos...). A produção final anual se eleva a mais de 20 milhões de peças.

A fábrica produz para o mercado interno e para exportação (países do Sudeste Asiático, do Oriente Médio, África e Europa Oriental).

Ela está dividida em três oficinas principais: a de tecelagem, a de lavanderia e a de costura. Comporta também oficinas auxiliares, como a de mecânica geral, onde são feitos os consertos e reformas de máquinas, e serviços anexos: uma creche em que é permitida a permanência semanal, uma cantina (aberta às famílias para as três refeições).

As condições de vida e de trabalho dos operários no interior da Fábrica Geral de Bonés de Pequim foram expostas por dois operários e pelo vice-presidente do Comitê Revolucionário:

“Damos uma atenção particular às condições de trabalho sob a direção do Partido Comunista Chinês. É preciso preservar a mão-de-obra, preservar a iniciativa dos homens.

“Nos tempos da antiga sociedade, era muito diferente. Os capitalistas não davam atenção a coisas desse tipo.

“Dentro das oficinas existem condicionadores de ar que proporcionam uma temperatura média. Em torno das máquinas há sistemas protetores para os operários, de maneira que eles não correm nenhum risco. Acontece, no entanto, que nem sempre se tem a atenção necessária, o que já provocou alguns acidentes, embora muito raros. Há algumas instalações que não são seguras; é necessário substituí-las. O calor é muito importante em algumas oficinas, próximo ao secador, por exemplo: os operários que aí trabalham ganham um abono, comem mais carne, fazem pausas mais freqüentes... Porém o mais importante é tentar reduzir o calor. A alta temperatura do secador é necessária, mas procura-se diminuir seus inconvenientes nas imediações. Os carrinhos de gelo que foram vistos é uma das medidas que permitem reduzir o calor. Depois do trabalho, os operários podem banhar-se.

“Na oficina de costura tem-se trinta minutos de repouso para o almoço, em oito horas de trabalho. Além disso há duas pausas de quinze minutos consagradas a exercícios físicos para evitar as doenças relativas à profissão; são também exercícios militares, para que todos estejam preparados em caso de invasão imperialista.

“Existe um centro sanitário em nossa fábrica e, em cada oficina, “médicos de pés descalços”¹. Os médicos

1. Além dos médicos formados nas escolas de medicina, há mais de um milhão de médicos que tiveram uma formação rápida (muitas vezes a partir de uma prática inicial, como enfermagem, por exemplo). Esses “médicos de pés descalços” continuam a participar da produção ao dedicar uma parte de seu tempo à prevenção das doenças e aos cuidados médicos. (O nome “médicos de pés descalços” provém do fato de que, na região meridional da China, onde se cultiva principalmente arroz, os camponeses têm o hábito de trabalhar de pés descalços nos arrozais). Quando um problema ultrapassa a competência do “médico de pés descalços”, este encaminha

que trabalham no centro sanitário da fábrica devem passar diariamente pelas diversas oficinas; assim, há menos necessidade, para os operários, de consultar um médico fora. Se não é possível tratar dos doentes em nossa fábrica, pode-se mandá-los imediatamente para um hospital. Existe um hospital exatamente em frente da fábrica, e um outro no mesmo bairro. As consultas e os medicamentos ali são gratuitos. Durante o período de sua doença, os trabalhadores ganham o mesmo salário.

“Certamente não podemos afirmar que temos feito o suficiente para melhorar as condições de trabalho. Devemos fazer ainda mais esforços, pois há sempre novos problemas a resolver. O mundo muda continuamente, e surgem novas contradições.

“As mulheres têm uma jornada de repouso suplementar por mês. A partir do sétimo mês de gravidez as mulheres dão sete horas de trabalho diário, em vez de oito. Quando o trabalho é particularmente penoso, como nas máquinas de costura a pedal, por exemplo, as mulheres grávidas fazem esse trabalho apenas durante os seis primeiros meses da gravidez; em seguida, lhes é dado um outro tipo de ocupação. No caso de uma dificuldade particular, é possível mudar de trabalho após exame médico. Depois do parto, elas se beneficiam de 56 dias de repouso ganhando o mesmo salário, quando o parto é normal; no caso de um parto difícil, têm 70 dias de licença. Durante o primeiro ano de vida da criança, quando as mães amamentam, elas têm dois intervalos diários suplementares de 30 minutos para alimentar seus bebês, e um intervalo nos seis meses seguintes. A amamentação cessa quando a

o doente para um centro especializado, onde o pessoal é mais qualificado. Este é um exemplo da maneira como as massas chinesas tratam elas mesmas da resolução de seus problemas.

criança tem 18 meses. Dessa idade até os sete anos, as crianças são confiadas à creche, onde podem ficar dia e noite, indo para casa apenas uma vez por semana; mas se as mães não desejarem que seus filhos fiquem lá o tempo todo, podem ficar na creche no período da manhã ou da tarde. De qualquer maneira, há bastante lugar para todas as crianças. Não sabemos exatamente o número de bebês entre 56 dias e 3 anos. As crianças entre três e sete anos, ou seja, antes da idade da escolarização, são pouco mais de duzentas.

“O salário médio dos operários de nossa fábrica é de 54 yuans por mês, sendo o mais alto de 102, e o mais baixo de 30². As despesas mínimas por pessoa e por mês são em torno de 12 yuans. No caso de todos os membros de uma família de um trabalhador da fábrica não poderem ter esses 12 yuans, lhes é dada uma gratificação. Quando os operários se aposentam, ganham 60% de seu salário.”

Nas fábricas mais ou menos importantes, há diferentes formas de universidades ou de escolas operárias que

2. Eis aqui alguns salários de outras fábricas.

Em Pequim, os salários médios dos operários do complexo petroquímico, da Fábrica têxtil nº 2 e dos canteiros de obras eram, em 1972, de 60 yuans, iam de 35/40 à 90/102 yuans, conforme as fábricas.

Na Fábrica têxtil, os engenheiros, técnicos e quadros ganhavam em torno de 150 yuans.

Em Chenyang os salários eram, à mesma época, de 65 yuans, em média, na fábrica de máquinas pesadas (de 35 a 114).

Na fábrica de transformadores, em 1971, a média era de 63 (de 33 a 104 yuans). Os técnicos dessa fábrica começam com 32 yuans, se vêm da escola secundária, de 46, se vêm de uma escola superior. Três técnicos dentre 453 alcançam os 225 yuans (trata-se de velhos técnicos aos quais foi deixado o salário que tinham outrora). A média para os técnicos é de 61 yuans porque há muitos jovens.

Em Xangai, na fábrica de materiais plásticos nº 3, a média é de 65 (de 40 a 100). Os técnicos se colocam entre 50 e 110 yuans, os aprendizes entre 18 e 25, segundo a antiguidade.

Nas fábricas de distritos, os salários médios são algo mais baixos.

Em um distrito de Kuantung, os operários das fábricas recebem uma média de 45 yuans (o mais baixo é de 32,5; o mais de alto, de 100).

permitem adquirir conhecimentos diversos e tomar novas responsabilidades. Segundo sua natureza, o ensino é mais ou menos longo. Por exemplo, para fazer de um operário que tem uma certa experiência um engenheiro, é necessário dois anos. Luta-se contra a noção de “progredir na profissão”, a fim de substituí-la pela vontade de “servir ao povo”, ou seja, de ser útil à coletividade³. Hoje em dia, as novas responsabilidades políticas não implicam em alteração de salários. As diferenças salariais estão ainda em discussão. O problema não pode ser resolvido rapidamente, pois são necessárias enquetes que permitam determinar o que deve ser atualmente a política salarial, e, uma vez determinada essa política, é necessário um trabalho de discussão e de persuasão para que não se imponham decisões àqueles que não são “inimigos do povo”.

1. A POLÍTICA SEGUIDA ANTES DA REVOLUÇÃO CULTURAL NA FÁBRICA GERAL DE BONÉS DE PEQUIM

O vice-presidente do Comitê revolucionário da fábrica define a atual orientação da fábrica. Ele enfatiza a palavra de ordem “colocar a política no posto de comando”, e opõe essa palavra de ordem às orientações anteriores à Revolução Cultural:

3. Esta idéia é fundamental na China. Implica uma profunda transformação ideológica. Como se poderá ver, ela está presente tanto nas organizações de massa, nos comitês do partido, etc, como nas relações entre fábricas, na planificação, etc...

“O presidente Mao assinalou que na indústria é preciso reportar-se à escola de Taking⁴ e aplicar a Carta de Anchan. Aplicar a Carta de Anchan significa colocar sempre a política no posto de comando, reforçar a direção política do Partido, conduzir energeticamente o movimento de massa, aplicar o sistema das duas participações – participação dos quadros no trabalho produtivo e participação dos operários na gestão, na reforma dos regulamentos no que eles têm de irracional –, realizar a tripla união – dos quadros (na China “quadro” designa os quadros políticos), dos técnicos e dos operários, e conduzir energeticamente uma revolução técnica. Essas são as idéias gerais da Carta de Anchan.

“Antes da Revolução Cultural não colocávamos devidamente a política no posto de comando.”

O vice-presidente do Comitê revolucionário explica que nessa fábrica, anteriormente, a economia estava no posto de comando, o que significa: prioridade à produção, um sistema de estímulos materiais (gratificações), em que os especialistas e *experts* tendiam a dirigir a fábrica dando prioridade à técnica, ao dinheiro e ao lucro.

4. O exemplo de Taking mostra, na prática, como “a política no posto de comando” transforma as relações de produção. Taking é um campo petrolífero cuja exploração começou em 1960, quando da suspensão dos fornecimentos soviéticos. Esta suspensão exigia que a utilização dos recursos chineses fosse ampliada o mais rápido possível. Isto demandava um esforço excepcional de parte dos trabalhadores, já que a China estava desprovida de todo o material de perfurações. Os operários de Taking não trabalharam com o propósito de receber alguns prêmios suplementares, mas sim para servir ao povo e à revolução. Isto constituiu uma luta de massa. Os técnicos de petróleo não detinham a direção, mas estavam associados e integrados às equipes operárias. Os problemas eram examinados quotidianamente em comum, e as soluções podiam assim superar o ponto de vista estritamente técnico. Aplicaram novos métodos de extração. O resultado é que desde o ponto de vista das normas internacionais de perfuração a China detém o recorde mundial. A produção de petróleo cru continua aumentando ao redor de 30% ao ano. Deste modo, a China – tendo em conta suas necessidades – se auto-abastece no que se refere ao petróleo. Taking é para a indústria chinesa o equivalente a Tachai para a agricultura, ao mostrar a via socialista da industrialização.

O sistema das “duas participações” existia apenas teoricamente. Ainda que conhecido em seus princípios desde a Carta de Anchan (1960), estava abafado; só foi difundido entre os trabalhadores durante a Revolução Cultural. Sua aplicação cada vez mais generalizada se fez então sob seu impulso. Atualmente os operários cuidam para que a participação dos quadros na produção ocorra realmente; os quadros e técnicos reconhecem que essa participação é justa e indispensável.

“Antes da Revolução Cultural eu era o vice-diretor dessa fábrica e aplicava essa linha revisionista. Não compreendia o que significava colocar a política no posto de comando. Não compreendia também que existiam dois quartéis-generais no seio do Partido. Eu me ocupava da produção e da técnica; exigia que os operários trabalhassem para a produção: produção, mais produção. Se os operários não acompanhavam a planificação, lhes eram dados estimulantes materiais – os prêmios. Antes existiam 28 tipos de prêmios; prêmios mensais, prêmios trimestrais, anuais, prêmios para aqueles que ultrapassassem as normas fixadas, prêmios pela qualidade... Houve também prêmios para quem trabalhasse tranquilamente, sem pensar em outra coisa, sem pensar em transferências. Tinha-se feito vir operários de Xangai, que pensavam constantemente em sua terra natal. Assim, para que eles ficassem tranquilos e permanecessem ali, lhes eram dados prêmios.”

Antes da Revolução Cultural existia além disso separação entre os trabalhadores e a direção. O critério principal de julgamento era a competência técnica. Os operários não podiam, portanto, controlar a direção⁵; os diri-

5. O diretor da fábrica era nomeado pela administração central; tinha poderes consideráveis, e podia tomar decisões sozinho.

gentes tinham pouco contacto com eles. Alguns quadros do Partido tinham a mesma atitude, e disso resultava um enfraquecimento dos elos entre os trabalhadores e o Partido Comunista chinês.

O comitê do Partido da fábrica não se empenhava no trabalho de edificação e reforço do papel dirigente do Partido. De fato, ele se ocupava da produção. Os operários chamavam o antigo secretário do comitê do Partido da Fábrica de "secretário da Produção".

"Antes desse grande impulso da Revolução Cultural, eu não compreendia o que significava "revolução cultural". Pensava que ela dizia respeito somente aos meios culturais, ao ensino.

"Quanto mais estivéssemos em posições opostas às das massas populares, mais nos eram dirigidas críticas sob a forma de *dazibaos*⁶, que elas colavam nos muros."

A linha anteriormente seguida na fábrica era principalmente uma linha revisionista, que enfatizava a produção, os prêmios, o papel dos especialistas e da técnica. Nessa fábrica, como em outras, essa linha tinha permitido a infiltração em postos de responsabilidade de elementos hostis ao socialismo. Esses elementos puderam ser eliminados graças à Revolução Cultural, ou seja, à intervenção dos trabalhadores guiados pela direção central do Partido Comunista chinês. No decurso da Revolução cultural, o antigo comitê do Partido na fábrica foi derrubado, e um novo comitê foi fundado, em junho de 1969. De uma maneira geral, a Revolução cultural provocou uma profunda modificação na estrutura e no funcionamento das fábricas.

A fábrica geral de bonés de Pequim é a imagem precisa dessa mudança geral. Sua história, ao longo da Re-

6. Quadros murais escritos à mão nos quais as massas populares chinesas exprimem suas críticas.

volução Cultural, nos fornece os traços essenciais dessas transformações. Nas unidades de produção, os objetivos da Revolução cultural eram a retificação do papel e do trabalho dos quadros, a consolidação da relação entre os quadros e os operários, a transformação do estilo de direção da fábrica, e o desenvolvimento de uma atitude socialista na existência cotidiana, isto é, de uma moral proletária fundada sobre uma visão proletária do mundo (na vida familiar, na produção...). No centro dessa visão do mundo se encontra a vontade de dar a primazia aos interesses do conjunto da revolução sobre os interesses individuais e particulares.

Grandes sucessos foram alcançados mediante a realização desses objetivos, através de um movimento de apropriação pelas massas das idéias revolucionárias. Esse movimento implica um estudo dos textos fundamentais de Marx, Lênin e Mao Tse-tung, estudo ligado à prática. Ele supõe também uma atividade de discussões e de estudos coletivos. Esta atividade se exerce no interior e no exterior da fábrica (no seio das famílias, por exemplo). Essas discussões coletivas tomam numerosas formas. Os eixos principais são o esforço de compreensão do marxismo, e a luta contra o revisionismo e suas conseqüências ideológicas.

Um dos aspectos dessa atividade foi o movimento de crítica pela massa dos quadros da fábrica que cometeram erros, não com a finalidade de eliminar esses quadros⁷,

7. Os antigos quadros que retornaram a seus postos, fizeram-no devido ao apoio prestado pelas massas. Muitos deles, depois de terem sido criticados, preferiram não retornar a seus postos. O que se explica em grande parte pelo fato de que, sob a influência da linha "ultra-esquerdista", a crítica se estendeu a quadros que haviam cometido erros mínimos, e adquiriu às vezes formas brutais (chegando até às vias de fato). Tais métodos, em vez de ajudar os quadros a retificar suas práticas, de acordo com as diretrizes do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, ten-

salvo graves erros, mas para ajudá-los a tirar lições de seus erros, e a assimilar as idéias e a linha revolucionárias. No curso desse movimento de crítica, foi enfatizado que a finalidade não era punir, mas educar o maior número possível. Através desse movimento se operaram profundas modificações nas relações cotidianas entre os operários e os quadros, e nas idéias. Tais resultados foram obtidos mediante a unificação da ação das massas pelo Partido Comunista chinês. A intervenção deste se revestiu de um caráter geral; ela influenciou a atividade dos trabalhadores mesmo nos casos onde – como nessa fábrica – as organizações locais do Partido foram provisoriamente abaladas.

2. AS ORGANIZAÇÕES DE MASSA NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO.

Novas organizações de massa se constituíram durante a Revolução Cultural. Apoiadas e orientadas pelas resoluções do Comitê Central, foram progressivamente modificadas e unificadas. Em 1971, na Fábrica geral de bonés de Pequim, essas organizações são os Grupos de gestão operária, os Guardas vermelhos e os Comitês revolucionários. Foram criadas quando o Comitê do Partido na fábrica foi dissolvido.

diam a acovardá-los e a incitá-los a se conformarem com um trabalho que implicasse o mínimo de responsabilidades políticas (sobre este ponto, veja-se o posfácio).

Organizações semelhantes (ainda que às vezes com nomes diferentes) se constituíram, ou estão em vias de constituição, em numerosas fábricas chinesas. A Fábrica geral de bonés de Pequim é uma fábrica modelo do ponto de vista de novas relações de gestão.

I. Os grupos de gestão operária

Os Grupos de gestão operária e seu funcionamento são apresentados pela operária Lié Chou-Hsia, membro do Comitê revolucionário da fábrica de Pequim.

Ela explica que ao longo da Revolução cultural as massas não somente rejeitaram a linha revisionista, como também se empenharam na luta; que em seguida ao estudo e à aplicação do pensamento de Mao Tsé-tung, manifestaram vontade de participar da gestão, o que correspondia à Carta de Anchan.

A primeira experiência de participação de trabalhadores na gestão efetuou-se antes da formação do novo comitê do Partido, sob a responsabilidade do Comitê revolucionário. Experimentada numa oficina, foi estendida, em fevereiro de 1969, a toda a fábrica.

Esta experiência tinha como objeto a supressão dos “regulamentos irracionais” impostos anteriormente, pela antiga direção. (Denominam-se “regulamentos irracionais” os regulamentos relativos à organização do trabalho, à disciplina, etc, que refletem uma falta de confiança nas iniciativas dos trabalhadores, tendendo assim a manter relações capitalistas).

Cada regulamento foi objeto de uma discussão de massa; o processo está ainda em curso, mas um grande número desses regulamentos já foi eliminado, o que permitiu uma redução maciça do pessoal administrativo da fábrica.

A efetivação dos Grupos de gestão operária e a atividade de controle exercida por esses Grupos sobre os quadros deu lugar a uma verdadeira luta de classe. Certamente foram feitas objeções quanto ao princípio de constituição desses Grupos, tanto por parte de alguns membros da antiga equipe dirigente, como por parte de alguns trabalhadores. A objeção mais frequente consistia em dizer que já existia na fábrica, ou que logo se reconstituiria, um comitê do Partido, células do Partido, um Comitê revolucionário..., ao mesmo tempo que outros declaravam ser supérflua a existência dos Grupos de gestão operária. Um membro do Comitê revolucionário sublinha que essas objeções foram logo reforçadas pelos inimigos de classe:

“Eles percebiam que com a formação desses Grupos de gestão operária haveria representantes de várias centenas de pessoas ativas. Eles entendiam que haveria assim um grande número de operários que vigiarão suas atividades subversivas. Pode-se dizer, portanto, que a formação, o crescimento e o aprofundamento das atividades desses Grupos se realizou no bojo da luta entre as duas vias, as duas classes e as duas linhas”.

A eleição dos Grupos de gestão operária

A eleição é organizada pelos trabalhadores da equipe ou da oficina, desenrolando-se unicamente sob sua responsabilidade. A direção ocupa-se apenas do princípio da formação dos Grupos de gestão operária. Os membros desses Grupos são eleitos em diferentes escalões: ao nível da fábrica, das oficinas e das equipes (os Grupos são organizados em três escalões). Eles têm portanto uma sólida base entre os trabalhadores. Para ser eleito membro de um Grupo de gestão operária, é preciso ser um elemento ativo no estudo e aplicação do marxis-

mo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung, é preciso ter uma certa experiência, e ser representante das massas. Na Fábrica geral de bonés de Pequim há uma eleição a cada ano, mas os antigos membros podem ser reeleitos se os trabalhadores confiam neles. São os trabalhadores que preparam as eleições. Estabelecem, após uma série de discussões, a lista de candidatos.

Os Grupos de gestão operária são compostos de operários veteranos, que desempenham o principal papel, de antigos quadros reincorporados à base, e de jovens intelectuais. Todos os membros trabalham na produção, não são pagos por sua representação, e trabalham pelo menos uma hora a mais diariamente para cumprir suas funções (reuniões, visitas às casas dos trabalhadores...).

O papel dos Grupos de gestão operária

O papel dos Grupos de gestão operária é mais de orientação, de controle, de verificação, de trabalho ideológico, de retificação de estilo de trabalho, etc., que de gestão propriamente dita, da qual se ocupa o Comitê revolucionário⁸. Assim como o Comitê revolucionário, os Grupos de gestão operária estão sob a direção ideológica e política do comitê do Partido.

Eles têm cinco funções:

1. O trabalho ideológico e político
2. O trabalho da produção e da revolução técnica.
3. Os assuntos financeiros e materiais (controle dos preços de custo, intervenção ao nível dos investimentos...)

8. Os grupos de gestão operária não têm nada a ver com a autogestão iugoslava. Seu propósito não consiste em obter um máximo de lucros e de rentabilidade; antes de tudo, eles devem servir aos interesses do povo.

4. A segurança do trabalho
5. O bem-estar e a vida cotidiana

Eles servem de ligação entre os órgãos de direção da fábrica e as massas populares. Controlam a atividade dos órgãos dirigentes, dos diferentes membros do Partido e dos serviços administrativos.

Os problemas políticos têm prioridade.

A operária Lié explica:

“A partir da formação dos Grupos, não nos ocupamos apenas da ajuda mútua, da camaradagem, damos também atenção aos membros do Partido. Antes se pensava que os membros do Partido eram somente forças motrizes, e não igualmente alvos da revolução. Na realidade, existe um pensamento vivo nas massas populares, e devem-se organizar discussões com os membros do Partido para que eles se beneficiem com a ajuda dos trabalhadores no plano ideológico. Antes, havia poucos camaradas que ajudavam os membros do Partido, mas desde a formação dos Grupos de gestão operária a situação mudou. As massas populares tomam a iniciativa de se dirigir aos membros do Partido para facilitar a revolucionarização ideológica do Partido.”

A atividade de revolucionarização ideológica⁹ dos membros do Partido mediante as iniciativas das massas populares e a intervenção dos Grupos de gestão operária é de uma importância decisiva.

Esta atividade tende a acabar com o mito que faz de todo membro do Partido uma espécie de depositário do marxismo-leninismo e da ideologia proletária. Ora, um tal mito coloca cada membro do Partido acima das mas-

9. Ou seja, o movimento que aponta para uma transformação radical das práticas e das idéias, desembaraçando-as do peso da ideologia burguesa.

sas, e lhe permite criticá-las, permanecendo, ele próprio, resguardado de suas críticas.

A Revolução cultural contribuiu para acabar com esse mito. Em princípio, são essencialmente os quadros e os responsáveis que podem ser submetidos a uma crítica pública, enquanto que a revolucionarização ideológica de simples trabalhadores deve resultar sobretudo do estudo coletivo do marxismo-leninismo e de entrevistas privadas e familiares. O trabalho político de revolucionarização ideológica não diz respeito então aos quadros apenas. Segundo uma fórmula utilizada por um membro do Comitê revolucionário da Fábrica de bonés, “atualmente todo mundo se ocupa do trabalho político.”

O desenvolvimento desse trabalho significa que é cada vez mais difícil para os quadros colocarem-se eles mesmos acima dos operários; e as possibilidades de um desenvolvimento para a via capitalista tornam-se mais estreitas.

Os Grupos de gestão operária devem ajudar e assistir a direção, ou seja, formular sugestões em todos os domínios (as cinco funções), discutí-las nas oficinas e no seio da equipe, suscitar as iniciativas dos trabalhadores e centralizar suas idéias, ajudar o Comitê revolucionário, e formular críticas.

Eles garantem uma ligação entre a direção e os trabalhadores, ao encaminhar esses últimos para a discussão das proposições e decisões da direção, e ao fazer ecoar, para esta última, as opiniões dos trabalhadores. Estabelece-se, portanto, uma ligação “de cima para baixo e de baixo para cima”. As críticas vindas da base são consideradas as mais importantes. Elas ajudam a direção a retificar seu estilo de trabalho, e permitem exercer um controle sobre os quadros, sobre suas decisões e respectiva aplicação. Esse controle e essa colaboração efetuam-se a partir de julgamentos coletivos.

Os Grupos de gestão operária ocupam-se igualmente das relações entre os trabalhadores da fábrica e os de outras fábricas: ocorrem frequentes contactos entre grupos de diferentes unidades de produção.

Na Fábrica geral de bonés de Pequim, os Grupos ocupam-se dos problemas de melhoria da qualidade da produção. Não existe controlador de qualidade dentro da fábrica, mas sim um autocontrole; cada trabalhador controla seu próprio trabalho; cada equipe, o que entrega às outras equipes. Os trabalhadores se esforçam para encontrar juntos as causas de eventuais insuficiências.

A preparação do plano ao nível da fábrica é também uma das atribuições dos Grupos de gestão operária. Os trabalhadores são consultados muitas vezes antes que o plano da fábrica seja definitivamente acertado. Trata-se de um exame concreto do projeto do plano, do que ele representa para cada oficina, para cada equipe. Esta consulta é feita no seio de grupos de trabalhadores os mais restritos possíveis, para que cada um possa realmente expressar-se sobre a significação do plano, sobre o que ele implica para cada um e sobre a maneira pela qual pode ser melhorado (produção, qualidade, diversificação de produtos, etc.). Estabelece-se um vai-e-vem entre os trabalhadores e os órgãos de direção da fábrica por intermédio dos Grupos de gestão operária. O conjunto do plano é, portanto, examinado várias vezes antes de ser definitivamente adotado com base no trabalho comum de diferentes equipes e oficinas¹⁰.

Os Grupos de gestão operária controlam e podem criticar a maneira pela qual são estabelecidos os preços de

10. Idêntico sistema de ida e volta, "de cima para baixo e de baixo para cima", na elaboração do plano, instaurou-se entre as fábricas e as diferentes instâncias especializadas (cf. 2ª parte).

custo em sua fábrica e, se necessário, podem fazer com que sejam retificados (os preços são determinados e planejados por organismos externos, mas considerando-se os preços de custo calculados por cada fábrica segundo normas unificadas).

Os Grupos de gestão operária fazem com os trabalhadores e os Grupos de tripla união (quádros, técnicos e operários) um exame minucioso das inovações e das renovações que poderiam se realizar a fim de reduzir as necessidades de investimento. Na Fábrica geral de bonés de Pequim, assim como em muitas fábricas chinesas, os investimentos previstos no projeto do plano são frequentemente reduzidos após exame do problema por diversas oficinas interessadas, e pela oficina de mecânica geral¹¹.

O princípio de "desenvolver-se segundo suas próprias forças" tem grande efeito sobre as exigências de acumulação:

"Em nossa fábrica, explica um membro do Comitê revolucionário, conforme os ensinamentos do presidente Mao, uma equipe de tripla união foi organizada para realizar a revolução técnica. Trata-se de uma equipe especializada, mas mobilizam-se amplamente as massas para participar desse movimento, pois não se pode contar unicamente com esta equipe especializada, que é de qualquer maneira constituída por um reduzido número de pessoas.

"Os objetivos desta revolução técnica são propostos pelas diversas oficinas com o fim de melhorar a qualidade, aumentar a produtividade do trabalho, garantir a se-

11. Em quase todas as fábricas chinesas existem oficinas de mecânica geral que desempenham um grande papel. Permitem reparar, transformar o material, e realizar inovações no próprio seio da fábrica. Nos distritos rurais, a fábrica de mecânica geral é sempre uma das primeiras a serem construídas, e encontra-se em relação constante com as fábricas locais.

gurança, diminuir a tensão do trabalho. Geralmente é nesses domínios que são realizadas as inovações técnicas. Dessa maneira se poderá descobrir novas matérias-primas, novas técnicas, novas tecnologias, novas instalações e novos métodos.

“Algumas transformações nos permitem igualmente melhorar a qualidade do trabalho e diminuir o esforço dispendido. No início, por exemplo, tudo era feito à mão na oficina de tintura e de impressão; pouco a pouco, esta oficina se desenvolve, mas ainda nos faltam instalações. Essas que vocês viram pela manhã, e que permitem tingir e imprimir um rolo inteiro de *jersey*, foram construídas aproveitando velhas instalações que fizemos vir de outra fábrica. Os *experts* e os especialistas sempre declaravam que era impossível tingir e imprimir *jersey* dos dois lados com esse tipo de máquina. Os operários disseram: “por que não? Podemos, quando nada, tentar.” Após a Revolução Cultural eles fizeram as proposições e após as tentativas foi possível imprimir em duas cores. Ainda restam no entanto problemas a resolver.

“Na oficina de máquinas de costura existem máquinas que permitem ao mesmo tempo cortar e costurar as mangas dos casacos. Basta uma pessoa para cada máquina, e esta nova técnica representa um progresso. O trabalho, no entanto, é muito duro, pois a operária deve ao mesmo tempo segurar o tecido com as mãos e acionar os pedais com os pés, e isto durante oito horas diárias, concentrando-se com toda atenção. As operárias então observaram que afinal “esta técnica melhor não é verdadeiramente melhor”: as operárias não têm descanso com essas máquinas. O problema foi examinado com elas, em algumas máquinas. De início, concluiu-se por transformá-las suprimindo os pedais. Restavam outros problemas, como o de cortar os fios entre cada peça para separá-las umas das outras. Ainda assim uma inovação per-

mitiu encontrar uma solução, e atualmente as peças se moldam e se superpõem automaticamente, bastando colocar o tecido e segurá-lo com as mãos. Se essa instalação fosse generalizada, a aprendizagem, que nas antigas máquinas a pedal dura pelos menos seis meses, e a intensidade do trabalho diminuiriam muito.

“Sempre se procura o que apresente mais vantagens e ocasione menor desperdício. Essas inovações técnicas são um meio muito importante para desenvolver a indústria.

“Tudo isto representa procurar novas instalações, o que demanda tempo. Vale a pena despender dois ou até cinco anos para criar um bom equipamento. O mais importante é que os trabalhadores sejam mobilizados e que eles mesmos decidam onde é necessária a inovação, pois a classe operária deve liberar-se por si mesma.”

Na Fábrica geral de bonés de Pequim e em numerosas fábricas chinesas, as inovações operadas mediante um trabalho de massa são por vezes de alto nível tecnológico. Elas ocorrem, em certa medida, por necessidades locais, mas na China a fábrica não é um universo fechado, e assim elas circulam intensamente entre as fábricas que os Grupos de gestão estimulam.

Método de atividade dos Grupos de gestão operária

Os Grupos de gestão operária devem fazer um levantamento de seu trabalho ao longo de reuniões e discussões que reúnem todos os trabalhadores da oficina ou da equipe interessada, ouvir suas críticas, e encaminhar suas idéias. Neste caso, assim como durante a preparação do plano, quando a oficina comporta um número muito grande de trabalhadores, são feitas muitas reuniões para que todos possam se expressar. Um membro do Comitê

revolucionário destaca que na fábrica não se pode tomar, em nenhum momento e em nível algum, decisões sem consultar os trabalhadores. Ele acrescenta:

“Não se pode pedir aos quadros dirigentes para tomarem eles mesmos as decisões, senão até os novos quadros poderiam enveredar pelos velhos caminhos.”

Os membros dos Grupos de gestão operária participam das reuniões das células do comitê do Partido nos seus respectivos níveis (equipe, oficina e fábrica)¹². Essas reuniões ocorrem na própria fábrica. Os Grupos de gestão operária fazem entre si reuniões regulares: uma vez por mês ao nível da fábrica, de quinze em quinze dias ao nível das oficinas, e diariamente ao nível das equipes. As reuniões cotidianas têm por objetivo resolver os problemas surgidos ao longo do dia, e todas as noites é feito um retrospecto. Os problemas podem concernir tanto às relações com os quadros, problemas políticos, como com os da vida cotidiana (conseguir moradia, mudanças, problemas pessoais e familiares...)

Os dirigentes da fábrica ou da oficina não participam das reuniões desses Grupos, a fim de preservar a iniciativa dos trabalhadores e evitar que os Grupos de gestão operária se transformem em engrenagens administrativas.

Os Grupos de gestão operária se encarregam igualmente de organizar o estudo dos textos fundamentais de Marx, de Lênin e de Mao Tsé-tung. Eles desempenham um papel de controle e de iniciativa, devendo ajudar o comitê do Partido e o Comitê revolucionário na resolução dos problemas políticos e ideológicos. Mas esses grupos são organizações de massa e devem ser colocados sob a di-

12. O Partido mantém igualmente reuniões à parte para seus próprios problemas.

reção do Partido, cujo papel de orientação ideológica é decisivo. Os problemas que podem surgir entre o Partido e os Grupos de gestão operária devem ser resolvidos por meio de discussões: a direção do Partido é política e não administrativa. Esta direção, assumida pelo comitê do Partido ou por uma célula, se efetua com a participação dos Grupos de gestão através de reuniões comuns, para que não se tomem decisões excluindo os principais interessados; semelhantes decisões, tomadas sem que as massas tenham contribuído para sua elaboração, poderiam ser na verdade inadequadas. Não são entretanto os responsáveis dos Grupos de gestão que transmitem as decisões tomadas na oficina ou na equipe, mas os secretários da célula do Partido ou os responsáveis da equipe de direção administrativa das diferentes oficinas.

“O desenvolvimento das atividades dos Grupos de gestão operária, enfatiza a operária Lié, acarreta várias vantagens: os trabalhadores podem fazer valer plenamente sua iniciativa, desenvolver sua inteligência e seu saber, formar-se na gestão coletiva de uma empresa socialista, e formar ao mesmo tempo quadros de base.

“O vice-presidente Lin Piao disse que nossa política é uma política de massa, uma política democrática. A gestão não é então problema de apenas algumas pessoas, mas todos devem participar dela. As atividades dos Grupos de gestão operária refletem exatamente a efetivação dessa palavra de ordem. Todo mundo se ocupa tanto do trabalho político como do ideológico¹³”

13. Na oportunidade da visita a esta fábrica, em agosto de 1971, já se haviam alcançado êxitos importantes na luta contra a “extrema-esquerda” (cf. o posfácio), porém se desconhecia o fato de que se achassem à sua frente altos dirigentes, especialmente Lin Piao. Contudo, há que assinalar que a menção do nome de Lin Piao nas entrevistas que tive foi totalmente excepcional.

“Não estamos apenas num período de ensaio. As atividades se inspiram na Carta de Anchan. A orientação é justa. Quanto aos métodos concretos, estamos nos aproximando...”¹⁴

O lugar dos Grupos de gestão operária na luta contra o revisionismo

O papel desempenhado pelos Grupos de gestão operária na Fábrica geral de bonés de Pequim pode ser exercido, em outras fábricas, por organizações semelhantes, embora tomem um outro nome. Às vezes eles estão sob a direção do Congresso de representantes operários (eleitos pelos operários da fábrica). Este organismo ocupa sensivelmente o mesmo lugar dos antigos sindicatos que comumente desapareceram no decurso da Revolução cultural, na medida em que não eram verdadeiros porta-vozes das massas, e sim de organismos burocráticos cujos membros dirigentes estavam integrados na direção das fábricas, à qual eles não faziam a menor crítica¹⁵. Nessas condições, quando se manifestava um descontentamento entre os trabalhadores, ao invés de irem à raiz do problema e ajudarem o desenvolvimento da revolução, os responsáveis sindicais tentavam reduzir as manifestações desse descontentamento, ou minorá-lo momentaneamente pela divisão da classe operária.

Contrariamente aos antigos dirigentes sindicais, os membros dos Grupos de gestão operária ou dos comitês

14. O processo de formação dos grupos de gestão operária achava-se em curso ainda durante o verão de 1971, quando se realizou a investigação.

15. Antes da Revolução Cultural, a “burocratização” havia alcançado a maior parte das organizações de massas (organização da juventude, das mulheres, etc); depois, sua atividade foi mais ou menos suspensa, ao menos a nível nacional. Hoje discute-se amplamente o problema da reestruturação de tais organizações e a definição das condições de funcionamento que lhes permita retomar sua atividade, sob um controle efetivo das massas.

permanentes dos congressos são produtores imediatos, não afastados da produção, muito menos suscetíveis, portanto, de romperem com os operários e solidarizarem-se com a direção da fábrica, no caso desta engajar-se na via revisionista.

No entanto, isso não significa, que a formação dos Grupos de gestão operária ou do Congresso dos representantes operários constitua uma “garantia absoluta” contra o “economicismo”, o revisionismo e, de maneira geral, contra uma orientação contrária às exigências da edificação do socialismo. Esses diversos órgãos podem, também, sofrer a influência da ideologia burguesa e tornarem-se então incapazes de contribuir para a revolucionarização ideológica. É precisamente por isso que esses grupos, assim como as outras organizações de massa, devem obrigatoriamente estar sob a direção ideológica e política da ditadura do proletariado e, portanto, de seu instrumento, o Partido Comunista.

O caráter revolucionário da ideologia dos Grupos de gestão operária, ou de outras organizações de massa, não sendo assegurado, implica que sua revolucionarização se faça constantemente. Eis como esse problema foi considerado pela Fábrica geral de bonés de Pequim.

Nessa fábrica enfatizam-se principalmente os seguintes pontos: a necessidade da revolucionarização ideológica pessoal dos membros dos Grupos de gestão operária pelo estudo e aplicação do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung; a permanência dos membros dos Grupos na prática da produção, sua submissão às críticas das massas populares e, enfim; acima de tudo, que a *direção ideológica* desses Grupos seja assegurada pelo comitê do Partido, sendo este último submetido ao controle dos trabalhadores. Esse controle permanente das massas é um dos pontos mais enfatizados.

“No seio dos Grupos de gestão operária, as campanhas de retificação do estilo de trabalho ocorrem regularmente tanto ao nível da fábrica, como das oficinas. É impossível que os operários não façam críticas: quando se trabalha sempre há observações a serem feitas para corrigir rapidamente os erros; cumpre lançar, regular e energicamente, campanhas para a retificação do estilo de trabalho. Às vezes os trabalhadores fazem críticas bastante severas. Quando se trata de críticas justas, elas são aceitas; diante de críticas não de todo justas, escuta-se pacientemente e, se não correspondem à realidade, elas são consideradas assim mesmo, como um encorajamento.” (O que significa que as massas acreditam que os membros criticados podem melhorar e que elas não têm medo de se expressar.)

Os Grupos de gestão operária constituem assim uma das formas de organização que permitem aos trabalhadores apropriar-se, por uma prática efetiva, do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung e, dessa maneira, exercer também sobre os quadros e os dirigentes um controle segundo as exigências da edificação do socialismo.

II: Os Guardas Vermelhos

Os Guardas vermelhos não são exatamente uma organização de massa, mas uma forma de participação individual nas atividades de gestão.

Na Fábrica de bonés de Pequim, esta organização teve origem no final de 1968, portanto antes dos Grupos de gestão operária.¹⁶

16. As informações recolhidas no curso de viagens de estudo efetuadas em 1972 parecem indicar que a forma de participação “individual”, representada pelos Guar-

A eleição dos Guardas vermelhos se faz individualmente, o que significa que não se baseia numa lista. São os trabalhadores que discutem cada candidatura, levando em consideração o nível ideológico dos candidatos.

“Um companheiro que não esteja avançado no plano ideológico não pode se tornar Guarda vermelho. Uma das funções essenciais dos Guardas é, na verdade, propagar o pensamento do presidente Mao e assimilar as idéias vivas das massas. Como fazer esse trabalho para os outros quando, em si mesmo, se está atrasado no plano ideológico?”

Os Guardas vermelhos não formam grupos permanentes, com reuniões regulares. Não formam um “grupo”, sua responsabilidade ante os trabalhadores é pessoal. Seu trabalho ideológico e político é tão grande que eles são mais numerosos que os membros dos Grupos de gestão operária; e estes últimos devem ter sido eleitos Guardas vermelhos, enquanto que a recíproca não é necessária.

Existe uma estreita ligação entre a atividade dos Guardas vermelhos e a dos Grupos de gestão operária. Os Guardas vermelhos têm na verdade uma função de controle sobre esses Grupos; devem recolher as impressões dos trabalhadores, suas críticas e suas opiniões sobre o funcionamento dos Grupos de gestão operária, sobre o Comitê revolucionário e sobre o Comitê do Partido, para que esses organismos não se afastem das massas.

Eles ajudam assim a revolucionarização ideológica da fábrica, colaboram com a direção de cada equipe na organização de grupos de estudo, e desempenham um im-

das vermelhos, foi uma forma transitória que não se desenvolveu, e que tende a ceder lugar a formas coletivas. Esta observação deve permitir assinalar, ainda uma vez, o caráter experimental e, conseqüentemente, diversificado e em contínuo movimento, das formas de organização aqui descritas.

portante papel na análise das idéias das massas e na contestação localizada das idéias revisionistas.

Tendo em vista o importantíssimo papel das atividades de revolucionarização ideológica dos Grupos de gestão operária e dos Guardas vermelhos, não é demais fornecer exemplos concretos dessas atividades, tal como se apresentam na Fábrica geral de bonés de Pequim.

O primeiro exemplo é o de um jovem responsável da oficina que, pouco a pouco, passou a considerar a produção como preocupação principal, e que não pensava em outra coisa além disso. Esta atitude criou descontentamento na oficina: os operários reprovavam-no por não colocar mais a política no posto de comando. Os diferentes grupos de trabalho da oficina se reuniram e, após uma discussão, decidiram fazer a crítica desse responsável. Um membro do Grupo de gestão operária dirigiu-se então para uma cabine onde havia um alto-falante, para que toda a oficina escutasse, e anunciou a série de críticas que os grupos de trabalho tinham levantado durante as discussões.

A primeira reação do responsável em questão foi a de recusar as críticas; ficou envergonhado e além disso achava injusto que as críticas lhe fossem feitas publicamente, em lugar de ser numa discussão privada.

“Os operários vieram então discutir com ele particularmente, explicando que essas discussões privadas já tinham sido realizadas, embora ele nunca tivesse dado atenção a elas, sendo então necessário abrir um debate público. Em seguida, os Guardas vermelhos e os membros do Grupo de gestão operária da oficina examinaram com ele o conjunto de problemas. Eles empreenderam, ao se fundamentarem na palavra de ordem “fazer a revolução e promover a produção”, um minucioso e paciente trabalho para elevar seu nível de consciência política,

para que ele pudesse aceitar as críticas e transformar-se.”

O segundo exemplo diz respeito ao secretário da célula do Partido de uma oficina. O Grupo de gestão achava que a atitude do quadro não era correta. Antes de ir procurá-lo, os membros do grupo operário consultaram os trabalhadores da oficina, e esboçaram com eles um balanço de sua atitude. Um dos resultados desse balanço foi resumido em forma de imagens, onde criticavam esse responsável por ter quatro caras:

“1) Um sorriso diante das homenagens; 2) um rosto enrubescido quando criticado; 3) um semblante de descontentamento diante das dificuldades; 4) uma postura afastada das massas.”

Este quadro sintético era acompanhado da lista de uma centena de críticas concretas e precisas.

O quadro, de imediato, ficou transtornado e não compreendeu o sentido das críticas. Resumindo (as discussões podem se estender por vários dias), tentou explicar que lhe reprovavam características físicas, que isso “ele herdara da mãe” e que não era responsável por tal. Os trabalhadores lhe fizeram compreender então que “o que estava em questão não eram suas características, mas sim sua concepção do mundo, e que isso devia ser retificado”; que ele devia aceitar a discussão a fim de ver como seu estilo de trabalho podia ser transformado, e que não devia pensar que não podia mudar. Cada uma das críticas foi examinada e discutida, e progressivamente esse quadro modificou sua relação com as massas. Os trabalhadores fizeram um novo balanço.

“As quatro faces desse responsável se transformaram em quatro lutas: diante das homenagens, ele luta contra seu orgulho; diante das críticas, luta contra seu descontentamento; diante das dificuldades, luta contra

seu desânimo, e quando sua maneira de agir afasta-o das massas, luta contra seu burocratismo.”

As críticas que os trabalhadores dirigem aos quadros podem ser feitas também pelo recurso de *dazibaos*, pelo questionamento direto ou não de um responsável, por chamamentos de citações feitas por uma delegação.

As críticas são sempre organizadas; não são iniciativas individuais, mas decisões coletivas que se apoiam em geral num levantamento da atividade do quadro em questão. As críticas se relacionam com fatos concretos que remetem aos princípios fundamentais do marxismo-leninismo. Podem haver críticas públicas dos quadros, mas isto não é obrigatório; são as massas que decidem coletivamente se é necessário ou não.¹⁷

III. O Comitê Revolucionário¹⁸

O Comitê revolucionário é um órgão administrativo que está sob a direção política do comitê do Partido da fábrica; ele deve zelar pela aplicação concreta da política decidida.

O vice-presidente do Comitê revolucionário explica: “Algumas vezes nós nos ocupamos demasiadamente de detalhes administrativos. Não é dada a devida ênfase ao trabalho político e ideológico. Por exemplo, no início de

17. Em princípio não há, pelo contrário, críticas públicas para os simples trabalhadores, mas sim discussões privadas. Estas discussões se desenrolam de preferência mais na família do trabalhador do que na oficina, para não forçá-lo a uma situação desagradável, nem questioná-lo diante dos outros trabalhadores.

18. Os comitês revolucionários nasceram ao longo das lutas empreendidas contra as direções revisionistas de algumas fábricas, numa época em que os comitês do Partido, ao nível de fábricas, estavam paralizados. Em princípio se disse tratarem-se de órgãos provisórios. Durante muitos anos, o caráter provisório dos comitês revolucionários não foi mencionado, a não ser ocasionalmente. Ao que parece, desde há algum tempo, vem sendo mencionado com mais freqüência.

nosso trabalho no seio do Comitê revolucionário, nós debatíamos e nos comunicávamos por telefone todo o tempo e com todo mundo. As massas nos disseram que isso não podia continuar. Ao longo do discurso que se seguiu, os representantes das massas me disseram que o principal trabalho era o ideológico; foi uma boa lição. A partir desse momento, eu mudei meu estilo de trabalho e tenho pensado muito mais na situação em conjunto da fábrica.

O Comitê revolucionário tem a responsabilidade das relações entre as fábricas e das relações com os órgãos do plano. Ele deve zelar pela aplicação do plano¹⁹. A decisão final quanto aos compromissos decorrentes do plano, ou a respeito de outras fábricas, é tomada formalmente pelo presidente do Comitê revolucionário²⁰, que é responsável por isso (data de entrega, por exemplo). Mas essas decisões, em si só, só são tomadas depois de consultados os trabalhadores; é isso o que os Chineses chamam “iniciativa múltipla, responsabilidade única”.

O Comitê revolucionário é um órgão eleito; são os trabalhadores que decidem sobre o número de seus membros. Eles fazem uma lista que consta de mais candidatos que os membros a serem eleitos. Daí em diante estabelece-se um processo de discussão, ao fim do qual o conjunto dos trabalhadores da fábrica procede ao voto definitivo.

Os Comitês revolucionários das fábricas visitadas compõem-se, em grande parte, de trabalhadores que continuam a participar da produção nos mesmos postos de antes, e com o mesmo salário.

19. O plano resulta de decisões políticas de conjunto, tal como se verá na segunda parte.

20. Desde a Revolução Cultural não há mais diretor de fábrica. A direção se acha a cargo do presidente e do vice-presidente do comitê revolucionário. O presidente é responsável ante todos os departamentos superiores.

O Comitê revolucionário da Fábrica de bonés de Pequim comporta vinte e um membros. Sua constituição baseou-se na tripla união dos representantes das massas populares, dos quadros e do Exército Popular de Libertação, e também na "tripla união das idades": comporta jovens, membros de meia idade e velhos. Dentre os vinte e um membros, há apenas duas mulheres. Esta sub-representação é uma marca do passado e, como explica um dos membros do Comitê:

"Na próxima eleição é preciso cuidar disto, pois, como diz o presidente Mao, "as mulheres representam a metade do céu".

É o Comitê revolucionário que dá sua aprovação para o contrato de novos trabalhadores²¹ (as mudanças de uma fábrica para outra são no geral muito raras, pois uma fábrica é mais que uma unidade de trabalhadores; é um lugar de vida coletiva).

O Comitê revolucionário e os dois órgãos administrativos que funcionam junto a ele (Grupo de trabalho de produção e Grupo de trabalho ideológico e político) devem submeter aos Grupos de gestão operária um relatório por trimestre. Esse relatório analisa os problemas e as dificuldades encontradas. Ele é examinado no seio dos Grupos de gestão operária, que fazem críticas e sugestões após consultarem os trabalhadores.

IV. O Comitê do Partido

Na Fábrica geral de bonés de Pequim, como em outras fábricas chinesas, o Comitê do Partido que existia antes da Revolução Cultural foi substituído por um novo

21. Não existem na China cadernetas de trabalho, contrariamente ao que ocorre na URSS.

Comitê, formado com base nas diretivas adotadas pelo IX Congresso do Partido Comunista Chinês.

O Saneamento do Partido (1966-1969)

A formação do Comitê do Partido da Fábrica de bonés de Pequim pode ser considerada como típica.

Entre 1966 e 1969, o Comitê não existiu. Era preciso sanear o Partido, eliminar os membros comprometidos com a via capitalista, e criar condições que permitissem ajudar os antigos membros a se transformarem. Assim então, procedeu-se, primeiramente, com a ajuda das massas, ao saneamento nas fileiras do Partido. Esse trabalho se fez acompanhar de uma "campanha revolucionária de estudo vivo das obras do presidente Mao", que deu lugar à formação de um núcleo revolucionário.

A finalidade desse saneamento era estabelecer uma distinção nítida entre os verdadeiros membros do Partido e aqueles que de fato eram inimigos camuflados. Efetuou-se mediante um processo de discussão e de crítica por parte dos trabalhadores, com respeito à prática dos dirigentes, o exame comum de seus erros, de sua concepção do mundo, etc.

Esse processo perdurou por toda a Revolução Cultural. Foi feito de início com a participação de diferentes organismos de massa, que, atribuindo a si mesmos o pensamento de Mao, tinham na verdade linhas diferentes.

Um dos momentos essenciais desse processo foi o da "Grande aliança", ou seja, o esforço de unificação das diferentes organizações de massa. Em algumas fábricas não se conseguiu chegar a essa lucidez, e membros do Exército Popular de Libertação (E.P.L.) vieram como instrutores políticos ajudar os trabalhadores.

Progressivamente, a "Grande Aliança" firmou-se. A etapa seguinte foi a da "Tripla União", isto é, a designa-

ção de um núcleo revolucionário que assegurasse provisoriamente a função de um grupo dirigente, formado por representantes das organizações de massa, por alguns quadros "favoritos" das massas e por membros do E.P.L.

O conjunto do processo de saneamento do Partido, em todo o país, foi comandado pela direção do Partido Comunista Chinês. Este definiu as práticas consideradas corretas, enquanto que *A Bandeira Vermelha*²² dava exemplos concretos e diretivas gerais. Esse trabalho apoiou-se principalmente nos levantamentos das atividades e enquetes das massas. Para cada membro, as enquetes deviam levantar as práticas anteriores, indo os trabalhadores muitas vezes aos lugares ou fábricas de onde vinham os membros em questão.²³

Após esse trabalho e por intermédio dele, tendo os membros do Partido passado pela crítica das massas, as relações entre eles e os operários se modificaram. A eleição do novo Comitê fez-se, portanto, apoiada num Partido saneado em cada unidade de produção.

A eleição dos comitês do Partido

Para proceder às eleições foi solicitada às massas, de início, que discutissem a quantidade de membros que o comitê devia comportar (esse número é diferente segundo cada fábrica), e que estabelecessem uma lista de candidatos. Na Fábrica geral de bonés de Pequim a lista compreendia uma média de quarenta candidatos para vinte e sete membros a serem escolhidos.

22. *Bandeira vermelha* é o órgão teórico mensal do Partido Comunista chinês, editado pelo Comitê Central.

23. Tal como se verá no posfácio, a "extrema-esquerda" converteu muitas vezes essas investigações em um meio de manifestar lutas pessoais em detrimento da luta ideológica.

Houve uma verdadeira seleção de massa, baseada na discussão aberta, a fim de determinar os vinte e sete membros que representassem a maneira pela qual os trabalhadores consideravam a correta composição do Comitê do Partido.

Essas discussões e o trabalho de centralização das opiniões das massas acerca dos diferentes candidatos foram apoiadas pelo núcleo revolucionário da "tripla união". Esse processo foi descrito como abrangendo sucessivamente uma discussão democrática, uma concentração, seguida de uma nova discussão com as massas populares. No total, procedeu-se a "quatro discussões e três concentrações". Depois da última concentração efetuou-se uma reunião de todos os membros do Partido e teve lugar a eleição dos responsáveis do Comitê do Partido. Somente os membros do Partido participaram dessa última votação.

O critério da lista não se baseia apenas na quantidade de pessoas a serem eleitas, mas também em outros critérios: o Comitê deve ser composto de representantes de diferentes setores da fábrica, de todos os secretários de célula a nível das oficinas, de representantes dos operários²⁴, e deve ser assegurado o princípio da "tripla união por grupos de idade" (militantes jovens, de experiência mediana e veteranos).

O problema das mulheres é colocado igualmente pelo Comitê do Partido da Fábrica geral de bonés. O critério de sua participação não tem sido levado adiante suficientemente. O Comitê do Partido na verdade não comporta mais que cinco mulheres, ainda que elas representam 60% dos trabalhadores da fábrica. Foi feita uma au-

24. Este último ponto não era realmente respeitado antes da Revolução Cultural.

tocrítica a esse respeito, e o próximo Comitê deve ser reformulado nesse sentido. Existem, em relação a esse problema, diretivas gerais por parte do Comitê Central.

Voltando à organização da direção e da gestão da Fábrica geral de bonés de Pequim, pode-se dizer que esta organização – que se repete na maior parte das fábricas – corresponde ao seguinte esquema:

Um órgão que assegura a direção política da fábrica, a saber, o Comitê do Partido, apoia-se em um Comitê revolucionário e nos Grupos de gestão operária. O Comitê revolucionário tem uma composição tripartite, os grupos de gestão operária têm uma composição unicamente operária.

Além do Comitê do Partido, que assegura uma direção de conjunto, o Partido comporta células que funcionam ao nível das oficinas e das equipes. Em cada fábrica, o Comitê revolucionário organiza a aplicação da linha revolucionária tal como esta se concretizou no Comitê do Partido. A gestão da fábrica, incumbência do Comitê revolucionário, é considerada principalmente como uma das formas da aplicação da linha política.

Há muitas vezes um acúmulo parcial das responsabilidades no Comitê do Partido e no Comitê revolucionário²⁵. Na Fábrica geral de bonés de Pequim, por exemplo, os principais membros do Comitê do Partido são ao mesmo tempo os principais membros do Comitê revolucionário; o vice-presidente do Comitê revolucionário é

25. De acordo com os resultados de um inquérito parcial efetuado em Xangai, 70% dos membros de comitês do Partido são ao mesmo tempo membros dos comitês revolucionários, a nível das fábricas, e 49% dos membros dos comitês revolucionários são membros do Partido.

vice-secretário do Comitê do Partido. O secretário do Comitê do Partido é igualmente o presidente do Comitê revolucionário.

Os Grupos de gestão operária dão assistência ao Comitê do Partido e ao Comitê revolucionário. Eles servem de ponto de ligação entre esses órgãos de direção e de gestão e as massas. Controlam a atividade do Comitê do Partido e do Comitê revolucionário, assim como a atividade dos serviços administrativos e dos membros do Partido.

De maneira geral, a Revolução Cultural acarretou mudanças relativamente importantes na composição do Partido Comunista Chinês no conjunto da China. A pesquisa sobre a amplitude dessas modificações não tinha sido concluída até o verão de 1971.

Os resultados de uma pesquisa parcial que abrange 1.119 fábricas da municipalidade de Xhangai²⁶ fornecem no entanto indicações sobre esta amplitude. Em seguida à consolidação do Partido²⁷, em 4.532 membros dirigentes dos comitês do Partido nessas fábricas, 37% apenas são antigos dirigentes. A maioria dos novos membros dos comitês do Partido são operários que já eram membros do Partido desde há algum tempo atrás. Foi calculado que antes da Revolução cultural havia muito poucos operários nos comitês do Partido. Em sua maioria, os novos quadros provêm tanto do movimento de massa da Revolução cultural, como também de antigos membros do Partido

26. O município de Xangai constitui um conjunto urbano e rural que agrupa ao redor de 10,7 milhões de pessoas, das quais 5,8 acham-se no centro urbano.

27. O processo de consolidação é diferente do processo de saneamento; consiste em uma modificação nas responsabilidades e não em uma eliminação.

que não tinham anteriormente exercido funções de direção.

Uma tal renovação dos comitês do Partido não significa que os que tenham sido eliminados sejam considerados maus elementos; a maior parte deles ocupa hoje outras funções, e sua supressão dos comitês do Partido foi parcialmente determinada pela vontade de renovação dos comitês e pela entrada de jovens militantes.

Os jovens membros representam 10% dos comitês do Partido nas fábricas onde foi feito o levantamento. São denominados jovens membros, ao mesmo tempo, os menores de trinta anos e os novos adeptos, seja qual for sua idade.

Ao nível dos comitês do Partido, houve poucas exclusões: 1,2% apenas dos antigos membros foram eliminados entre as 1.119 fábricas. Não há sanções penais; se o militante cometeu erros graves, ele é excluído, se existe apenas incapacidade sem erros graves, lhe é solicitado que se retire do Partido.

Os quadros que não tenham sido considerados pelas massas à altura de sua tarefa, embora não tenham cometido faltas graves, podem ser, se desejarem, engajados num processo de reeducação, quer por um retorno à base, quer ingressando numa "Escola do 7 de maio"²⁸.

A reeducação é considerada como uma honra. A duração da reeducação é mais ou menos longa.

Não há nenhuma obrigação de ir a uma "Escola do 7 de maio". Somente os militantes que desejarem frequen-

tá-las ingressam nelas. Qualquer tipo de quadro, mesmo não tendo cometido nenhum erro, pode pedir para frequentar essas escolas, na medida em que seu comitê julgar justa a saída, e caso sua ausência não provoque problemas para o trabalho em curso na fábrica. As massas são igualmente consultadas a esse respeito, e o quadro só pode partir quando há anuência do comitê do Partido da fábrica e da província, dos trabalhadores, e do Comitê revolucionário da "Escola do 7 de maio". Sua permanência pode ser de seis meses a um ano ou dois. Ele pode, no entanto, se necessitarem dele, ser chamado antes.

A reeducação dos quadros pelo trabalho manual existia antes da Revolução cultural. O que é novo nas Escolas do 7 de maio" é que, além da reeducação para o trabalho manual, lá é feito um intenso trabalho ideológico, e que os dois aspectos estão estreitamente ligados.

Na verdade, as mudanças reais por que passaram os órgãos do poder são mais profundas do que qualquer número possa assinalar. De fato, uma parte daqueles que hoje são membros de diversos órgãos do poder, e que já o eram anteriormente, não seguem mais a mesma linha política de antes. Uma proporção não negligenciável desses membros foi submetida à crítica das massas, o que os levou a fazer sua autocrítica e a reformular seu conceito do mundo. Aqui, como em qualquer lugar, houve esfor-

cavam poços... Frequentemente falta-lhes experiência, e então solicitam conselhos aos camponeses das comunas populares vizinhas. Pouco a pouco edifica-se a escola; ela pode compreender oficinas e até pequenas fábricas. O tempo de trabalho é dividido entre o trabalho produtivo (em geral pela manhã), e o estudo e a discussão de textos do marxismo-leninismo e de Mao Tsé-tung. A revolucionarização ideológica que permite as "Escolas de 7 de maio", é particularmente importante para os quadros que não se acham habitualmente nos lugares de produção (os que estão na administração, por exemplo).

28. As "Escolas do 7 de maio" são também unidades de produção novas, mantidas pelos quadros. Aparentemente, não existe nenhuma hierarquia nestas escolas. São inteiramente criadas pelos primeiros a chegar, que não deixam nada ao partir, nem sequer edificações. As condições de trabalho nelas são duras. Os primeiros quadros que chegam constroem um lugar para se abrigar, desmontam as terras,

ços para aplicar esta diretiva do Mao Tsé-tung: "Na construção da sociedade socialista cada um deve ser remodelado." Uma tal exigência concerne tanto aos jovens quadros como aos quadros veteranos.

É precisamente por se levar em conta a profundidade das mudanças operadas desde 1966 que é possível compreender a profunda significação das transformações levadas a cabo pela gestão.

As novas formas de organização que surgiram da Revolução Cultural não nasceram do dia para a noite; elas são o resultado de uma luta ideológica de classe que durou vários anos, e só puderam tomar corpo após um enorme trabalho ideológico que permitiu unificar as massas. Mesmo nessas condições, a efetivação de novos tipos de organização nem sempre foi feita facilmente.

No que diz respeito aos Grupos de gestão operária, por exemplo, as discussões não foram encerradas; existem diferentes formas de representação operária. Não obstante, elas correspondem a uma mesma organização geral: trata-se de encontrar as formas concretas de organização das massas que lhes permitam participar melhor do conjunto das atividades da fábrica, e exercer seu controle. Isso permitiu reduzir de maneira maciça o antigo aparelho administrativo, ao simplificar os circuitos nas relações no interior da fábrica; desse modo muitos problemas podem agora ser resolvidos diretamente ao nível da própria oficina.

Ao longo das discussões, um problema é freqüentemente destacado: o do risco de ver aparecer um rompimento entre as organizações de massa e as próprias massas. De fato, ao fim de determinado tempo, surgiu o perigo de que os membros dos Grupos de gestão operária, eleitos representantes de tais ou quais organismos, se destacassem também eles de outros trabalhadores. Para fazer face a esse perigo, enfatiza-se um certo número de

idéias: os membros do Grupo de gestão operária e de outras organizações análogas devem fazer um esforço constante de reforma ideológica pessoal, devem ser a vanguarda do estudo do marxismo-leninismo e do pensamento do Mao Tsé-tung, devem continuar seu trabalho de produção, suas atividades devem ser submetidas a exames críticos permanentes por parte das massas.

Não é certamente pelo fato dos membros dessas organizações terem num dado momento tido a confiança das massas, que irão sempre seguir o caminho correto; é necessário portanto que o levantamento de suas atividades seja feito regularmente²⁹.

O controle mais importante é o que vem "de baixo", embora deva ser completado por um controle "de cima", constituído principalmente pelo controle político exercido pelo comitê do Partido.

O problema da revolucionarização ideológica ininterrupta das organizações de-massa é assim constantemente colocado. É recusada toda ilusão que levasse a crer em fórmulas milagrosas de organização permitindo evitar qualquer desvio para a via burguesa.

29. Os membros dos grupos de gestão operária e dos comitês revolucionários podem ser relevados de suas funções a pedido dos trabalhadores.

II

A PLANIFICAÇÃO INDUSTRIAL

I. Propriedade de Estado e Propriedade Colectiva

Existem na China duas formas de propriedade social: a propriedade de Estado e a propriedade colectiva. A primeira é a propriedade de Estado, pertencendo ao povo e aos trabalhadores, por vezes, a uma brigada de produção.

Na municipalidade de Xangai, por exemplo (esta municipalidade se estende além da cidade, propriamente dita, abrangendo os seus subúrbios), existem cerca de 1.500 grandes e pequenas empresas de produção, das quais 100 são de Estado e 1.400 são empresas colectivas.

Do ponto de vista da gestão, as empresas de Estado são as seguintes:

1. As empresas de gestão centralizada, que são as "empresas de Estado", ou seja, as empresas que são geridas directamente pelo Estado. Este tipo de empresas representa cerca de 10% do total da produção da municipalidade. A gestão de todas as empresas de Estado é exercida pelo Estado, através do Conselho de Estado.

2. As empresas sob gestão de pequenas municipalidades, que são as "empresas de gestão local", ou seja, as "empresas de gestão local".

1. AS DIFERENTES FORMAS DE PROPRIEDADE NA INDÚSTRIA

I. Propriedade do Estado e Propriedade Coletiva

Existem na China duas formas de propriedade social: a propriedade de Estado e a propriedade coletiva (aquela que pertence a um coletivo restrito de trabalhadores, por exemplo, a uma brigada de produção).

Na municipalidade de Xangai, por exemplo (esta "municipalidade" se estende além da cidade propriamente dita, englobando os seus subúrbios), existem cerca de 9.800 empresas e unidades de produção, das quais 3.200 são do Estado e 6.600 são empresas coletivas.

Do ponto de vista da *gestão*, as empresas se dividem em três categorias:

1. As empresas de certa envergadura, que são geridas "pelo Estado", ou seja, sua gestão inclui autoridades "estatais", tais como o governo central ou as autoridades públicas de uma província ou de uma municipalidade; a "gestão do Estado" pode ser portanto *descentralizada* (ver a página seguinte).

2. As empresas urbanas de pequenas dimensões, que são geridas a nível de uma "rua" ou de um "bairro", ge-

ralmente sob a direção do Comitê revolucionário correspondente.

(Essas duas primeiras categorias de empresa estão a serviço das necessidades da população, da indústria e da exportação.)

3. As empresas industriais que funcionam ao nível dos distritos, das comunas populares e das brigadas de produção, que são empresas a serviço principalmente da agricultura, mas também a serviço de algumas fábricas das cidades (isso muito secundariamente).

Na cidade a propriedade coletiva das fábricas e das unidades de produção ocorre a nível "da rua"; trata-se de unidades de produção geridas a nível de um conjunto de habitações ou de rua. Nos subúrbios esta propriedade coletiva existe essencialmente a nível das comunas populares e das brigadas¹.

As empresas coletivas são pequenas e médias empresas. São mais numerosas que as fábricas do Estado, e o valor do que é produzido é muito menor. Não produzem efetivamente mais que 4% do valor da produção industrial, enquanto que a propriedade do Estado fornece 96% da produção industrial.

A orientação geral desde 1957, e sobretudo depois da Revolução Cultural, foi a de descentralizar a gestão das empresas do Estado, confiando às autoridades locais a gestão de um crescente número de unidades de produção a fim de dar livre curso à iniciativa local. O valor global produzido segundo esse tipo de gestão evoluiu, como o

1. Em 1971, no município de Xangai, as empresas industriais pertencentes às comunas populares e às brigadas de produção (propriedade coletiva) eram umas 3.800, e as administradas pelos distritos eram umas 1.000. Estas três espécies de empresas empregavam 280.000 pessoas. O número total de operários industriais do município de Xangai era de 2.560.000.

prova Xangai: em 1957, cerca da metade, ou seja, 46% do valor da produção industrial, provinha de empresas dependentes diretamente do governo central. Em 1970, apenas 6,8% do valor da produção industrial provinha de empresas dependentes do governo central, enquanto que 93,2% do valor da produção industrial provinha de empresas geridas localmente.

Esse esforço de descentralização é o resultado do que os chineses chamam de "luta contra a ditadura da gestão central". O objetivo dessa luta é promover a "dupla iniciativa", a do governo central e das autoridades locais.

No que diz respeito à *dimensão* das empresas, destacam-se as grandes, as médias e as pequenas; essas duas últimas categorias fornecem o essencial da produção.

Em Xangai, entre as 3.200 empresas do Estado, somente 90 são de grande envergadura (a maioria dessas 90 empresas tem mais de 3.000 operários), 300 são empresas médias e 2.810 são pequenas empresas.

A distinção entre grandes, pequenas e médias empresas não é uma distinção unicamente numérica, pois a linha de demarcação entre essas categorias depende do tipo de produção. Na indústria mecânica, por exemplo, uma empresa é considerada grande se conta com mais de mil operários. Por outro lado, na indústria têxtil, uma empresa só é considerada grande se conta com mais de 3.000 operários.

A percentagem do valor produzido segundo a dimensão das empresas é: grandes empresas, 27,5%; médias, 24,5%; pequenas, 47% da produção total².

2. Cifras de 1970. Em 1971 as proporções são respectivamente de 30%, 26% e 44%.

II. As "Fábricas de Rua"

As "fábricas de rua" são empresas coletivas constituídas pela iniciativa dos habitantes de um bairro ou rua; estão sob a autoridade do Comitê revolucionário do bairro ou da rua. Existem sobretudo desde o Grande Salto para frente, mas a Revolução cultural lhes deu um impulso considerável.

Essas fábricas representam uma nova forma de desenvolvimento industrial e um esforço para enfraquecer as formas anteriores. Permitem, entre outras coisas, que as mulheres se integrem no trabalho da coletividade social. A quase totalidade dessas empresas foi criada por iniciativa das donas de casa³. A razão fundamental de sua inserção na produção é principalmente política. A maioria delas podia realizar suas tarefas com o salário do marido. Não é, assim, apenas por um salário suplementar que elas se puseram a trabalhar, mas pela vontade de participar da produção⁴.

As fábricas de rua têm vários tipos de produção:

a) Atendem às necessidades imediatas da população na localidade (conserto de roupas, costura, tintura, consertos diversos); diminuem dessa maneira o trabalho doméstico, permitindo que uma quantidade crescente de donas de casa se integrem na produção.

b) Atendem também a necessidades mais amplas: pequena mecânica, fabricação de transistores, etc.

Para essas empresas não há investimento do Estado, e sua criação apóia-se em meios marginais (utilização de refugos, de velhas máquinas e autofinanciamento).

3. Ao redor de 200.000 pessoas trabalhavam em 1971 neste tipo de empresa na cidade de Xangai.

4. Acerca do papel social, ideológico e político das empresas de rua e de bairro, ver Claudie Broyelle, *La Moitié du Ciel*, Denoël-Gonthier, Paris, 1973.

Na atual etapa, as pequenas empresas urbanas coletivas trabalham essencialmente para atender às necessidades locais; no entanto trabalham também para satisfazer necessidades industriais mais amplas, e eventualmente para exportação. Nas comunas populares ou nos distritos, as pequenas empresas trabalham prioritariamente para as necessidades da agricultura (adubos, instrumentos e máquinas agrícolas, pequenos meios de transporte, etc.), e algumas vezes para as necessidades de outras fábricas.

Se uma dessas fábricas cresce além de uma certa dimensão, ela torna-se propriedade do Estado; essa passagem é considerada como a consagração e o resultado do trabalho realizado; a fábrica é então diretamente integrada ao plano do Estado. Uma fábrica têxtil de Xangai, por exemplo, que trabalhava com excedentes de algodão, tornou-se há pouco tempo fábrica do Estado.

A política econômica chinesa dá muita importância ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. O desenvolvimento industrial chinês apóia-se amplamente nessas empresas. Isto não deve ser considerado como uma simples necessidade econômica, mas igualmente como uma escolha política. Uma das maiores vantagens dessas pequenas e médias empresas encontra-se no fato de que os Grupos de gestão operária aí se desenvolvem mais facilmente que nas grandes empresas complexas, mais marcadas pelo modo de produção capitalista e por seu gigantismo. A orientação política atual visa justamente a quebrar ou limitar esse gigantismo, a fim de instituir unidades de produção controláveis pelos trabalhadores.

2. AS MODALIDADES DE GESTÃO DO SETOR INDUSTRIAL DO ESTADO

I. A gestão a três níveis (o exemplo de Xangai)

O nível de base para a gestão é constituído pelas próprias fábricas. Elas correspondem em Xangai a dois tipos de organismos: os escritórios industriais e as companhias especializadas.

Os escritórios são especializados na coordenação das diferentes unidades de produção que fornecem uma mesma categoria de produtos. Existem nove escritórios em Xangai: siderurgia, metalurgia, química, têxtil e artesanato, construção mecânica e elétrica, aparelhos de precisão eletrônica e de telecomunicações, indústria leve, energia elétrica, trabalhos de construção em geral (principalmente fábricas, residências, mas também escolas, hospitais, etc.). Sob a direção de cada escritório há, conforme o caso, algumas dezenas ou centenas de fábricas (de 300 a 600 fábricas).

As companhias especializadas estão sob o controle dos escritórios industriais; seu setor de responsabilidade é mais limitado: fabricação de tratores, de medicamentos, etc. Há uma centena de companhias especializadas em Xangai. A maioria das unidades de produção é ligada aos escritórios industriais por intermédio dessas companhias. Entretanto, algumas fábricas muito importantes estão ligadas diretamente a seu departamento.

Os departamentos e as companhias exercem uma direção unificada das empresas no plano político e econômico; esta direção compreende a planificação. Departamentos e companhias intervêm na elaboração, coordenação, efetivação do plano e sua execução.

II. A natureza da descentralização chinesa

Para as empresas diretamente dependentes do governo central (elas são em pequeno número), o escalão intermediário entre elas e o governo é constituído pelo ministério ao qual estão ligadas. Para que exista unificação da planificação a nível da província, o plano de cada província compreende igualmente as empresas que dependem do governo central. Estas não são então corpos estranhos à província e recebem ao mesmo tempo ajuda do governo central e do Comitê provincial, tanto para a planificação da produção como para a distribuição dos produtos.

As autoridades locais (províncias, distritos ou municipalidades) desempenham um importante papel na planificação e na gestão. Esta descentralização permite à província ou à municipalidade organizar uma cooperação muito mais estreita entre as diferentes unidades de produção que se encontrem em seu território. A gestão ao nível provincial é caracterizada pela idéia geral de um desenvolvimento industrial relativamente autônomo para cada província; isso permite um desenvolvimento mais harmonioso, mediante o desempenho de um conjunto de produções que se integram, estimulando as inovações e a busca de fontes de matéria-prima em cada província.

A gestão ao nível provincial visa a coordenar as diferentes atividades das unidades de produção, e não a esmagar suas iniciativas. Ao longo deste último período, a China conheceu uma luta contra a centralização; esta correspondia à linha de Liu-Chao-chi. Em certas províncias, do norte particularmente, foram colocadas em ação formas de organização tipo "trust", e elas foram eliminadas durante a Revolução Cultural.

A natureza da descentralização é, portanto, radicalmente diferente da que pode se observar na U.R.S.S. e

nas "democracias populares" européias (desenvolvimento do papel das uniões de empresas, índices planificados cujo número diminua, etc.). Em primeiro lugar, o contexto é politicamente diferente: na descentralização soviética atual, são os executivos das empresas que adquirem progressivamente o poder, e não os trabalhadores. Esta descentralização consiste de fato numa repartição nova dos poderes no seio de uma burguesia de Estado. Do ponto de vista das condições econômicas, ela se combina na U.R.S.S. com um afrouxamento da planificação dos preços e com um crescimento do papel desempenhado pelo lucro.

Na China, pelo contrário, a descentralização é um dos elementos que permitem aos trabalhadores dominar coletivamente sua condição de existência. Lá, os preços são planificados, não sendo o lucro que está no posto de comando. A planificação chinesa se diferencia da planificação soviética, portanto, por seus métodos próprios.

A descentralização explica o dinamismo excepcional da economia chinesa e a redução ao mínimo do aparelho administrativo que se constata em todos os setores. Esta descentralização é, aliás, uma das condições de desenvolvimento das formas de gestão socialista, da participação dos trabalhadores na gestão. Uma descentralização semelhante combina-se efetivamente com um plano econômico, na medida em que cada empresa divide os interesses de conjunto, tal como avaliá-los e concretizá-los por meio do plano, antes de seus próprios interesses. Se esta condição ideológica não se faz valer, nenhuma descentralização é conciliável com a planificação; bastaria então limitar-se a dar ordens imperativas e detalhadas, e restringir-se a verificar burocraticamente sua execução. É sabe-se em que resulta isso.

III. A noção de "plano unificado"

Para caracterizar esse tipo de plano que não é centralizado de maneira administrativa, os chineses empregam o termo "planificação unificada". Esta unificação é antes de tudo política, fazendo com que as iniciativas das massas intervenham amplamente, e sendo seu papel o de unificar essas iniciativas e ajudar seu desenvolvimento.

O plano unificado está ligado à colocação em prática de princípios que os trabalhadores levam em consideração na preparação do plano e na gestão. Em todos os níveis e em cada unidade de produção, os princípios de base são os seguintes: colocar a política no posto de comando, ou seja, não colocar o interesse próprio da empresa antes do interesse coletivo e da Revolução chinesa, apoiar-se nas iniciativas das massas; desenvolver-se ao máximo por suas próprias forças, "tomar a agricultura como base e a indústria como fator dominante", "preparar-se para a possibilidade de uma guerra e de calamidades naturais, fazer tudo pelo povo", seguir a linha geral de construção do socialismo aplicando os critérios de "quantidade, rapidez, qualidade, economia", "andar com ambas as pernas", "combinar os métodos tradicionais e os modernos". Quando da elaboração do plano em todos os níveis, levam-se em consideração também orientações concretas (qualitativas e quantitativas) referentes às indústrias, em função da linha política geral e de um desenvolvimento global equilibrado.

5. "Andar sobre ambas as pernas" significa construir tanto fábricas muito simples como fábricas modernas, fábricas de grande e pequena dimensão, utilizar técnicas avançadas e tradicionais.

O termo "plano unificado" significa a unificação de diferentes planos de unidades de produção, com o fim de reunir num conjunto planos articulados em diferentes níveis: plano de desenvolvimento do conjunto da China, planos provinciais, planos locais.

O termo "plano unificado" significa a unificação de diferentes planos de unidades de produção, com o fim de reunir num conjunto planos articulados em diferentes níveis: plano do desenvolvimento do conjunto da China, planos provinciais, planos locais.

Um determinado número de produtos, ditos "produtos principais", são planejados diretamente a nível nacional; por exemplo, as grandes matérias-primas (carvão, aço, etc.). Para outras produções menos importantes, o plano é elaborado ao nível da província (cimentos, móveis, etc.). Para outras, enfim, cuja produção é de tal maneira difundida que um plano central não teria nenhum interesse, o plano é elaborado ao nível do distrito (instrumentos para a lavoura, produtos de uso comum, etc.). Assim, a produção das empresas coletivas, que é no essencial destinada ao consumo local, entra no plano do distrito.

O plano nacional concerne em primeiro lugar às empresas que dependem diretamente do governo central. O que é destinado à exportação depende também do plano central. Existe na China um monopólio do comércio exterior: sendo os órgãos do Estado que asseguram a exportação e a importação, esses órgãos devem entrar em contacto com as unidades de produção correspondentes. Existe pouca informação acerca da preparação técnica do plano do comércio exterior. Por outro lado conhecem-se as orientações políticas de conjunto: não depender de maneira total desta ou daquela importação; praticar uma

política de auxílio a certos países; aumentar e diversificar a quantidade de países com os quais se comercia.

O plano nacional não retoma todos os planos provinciais e locais especificamente, mas leva em conta as principais necessidades das diferentes províncias. Para o cimento, por exemplo, o plano do governo central orienta as províncias que produzem abundantemente as quantidades que terão que fornecer para satisfazer as necessidades de outras províncias. Esta exigência está incluída no plano da província que prevê duas partes: a necessidade de cimento da própria província e a das outras províncias.

Mesmo no que concerne à repartição de "produtos principais", os organismos de repartição do Estado não especificam o uso que é feito em cada província, ou cada distrito, das matérias-primas que lhes são designadas.

No interior de cada província, o mesmo processo é adotado para cada distrito, que recebe indicações sobre as necessidades que terá que cobrir para outros distritos. Assim, a articulação de diferentes níveis faz-se de maneira flexível, e não mediante regras abstratas, rígidas e burocráticas.

A noção de "plano unificado" é uma concepção fundamental, é a da luta contra o centralismo administrativo. Trata-se de criar as condições que permitem aos produtores diretos ter realmente um controle sobre os meios de produção, e não de arrebatá-los esse controle (sob uma outra forma como o mercado), por meio de decisões tomadas pelos departamentos centrais. A "planificação unificada" é parte integrante da via socialista.

IV. A Planificação da Produção e da Repartição dos Objetos de Consumo: os Organismos Comerciais do Estado; as "enquetes" Sobre as Necessidades dos Consumidores

A planificação da produção de objetos industriais de consumo é feita essencialmente a nível do distrito ou da província. O plano do Estado e das diferentes unidades de produção não tratam apenas da produção, mas também da repartição dos produtos. Os objetos de consumo transitam sempre pelos organismos comerciais do Estado, que desempenham um papel fundamental na coordenação e elaboração dos planos a eles relativos. Esses organismos têm igualmente uma função de controle muito importante: representam os consumidores junto às empresas (são realizadas reuniões entre as empresas e os órgãos comerciais para indicar as preferências dos consumidores), e tratam com empenho das necessidades expressadas. As unidades de produção esforçam-se por si mesmas, através de seus grupos de pesquisa, para se manterem a par das necessidades da população. Essas enquetes são feitas em cooperação e com a colaboração dos órgãos comerciais do Estado. Para avaliar a quantidade exata dos diferentes produtos de que a população necessita, os órgãos comerciais de Estado fazem os cálculos necessários, considerando, notadamente, a rapidez de rotação dos estoques, o fluxo dos produtos, etc.

As enquetes são feitas junto aos consumidores, servindo para a preparação dos planos das unidades de produção. Mas esses planos não entram em detalhes a respeito de todas as variedades possíveis de um mesmo produto. A decisão sobre as diferentes variedades de um produto faz-se a nível da gestão corrente.

Para os produtos novos, são experimentados protótipos, a fim de permitir uma consulta dos compradores e determinar assim o que eles desejam (tal ou qual tipo de sapatos, por exemplo). As quantidades são previstas pelos órgãos comerciais do Estado, e os reajustes se fazem durante o ano.

Para os produtos já fabricados, as unidades de produção também fazem enquetes nos próprios locais em que são vendidos, junto às famílias e no trabalho, para saber quais as modificações desejadas.

Eis um tipo de modificação de um produto, segundo levantamento feito nos locais de trabalho: numa fábrica, fabricava-se um determinado tipo de impermeáveis destinados às comunas populares. No momento em que os operários da fábrica foram trabalhar, levantando dados numa comuna, era época de colheita nos arrozais. Eles observaram que, quando se agachavam, o impermeável arrastava no barro do arrozal; depois de discutirem com os camponeses, modificaram os impermeáveis, acrescentando um sistema de abotoamento para que as pontas da roupa pudessem ser suspensas durante o trabalho no arrozal.

V. As Características Específicas da Planificação Chinesa

O mecanismo de elaboração do plano (ir e vir da base à direção) leva a decisões tomadas em comum. A última palavra é a do Partido, mas as coisas se regulam fundamentalmente por discussões; as contradições que subsistem são contradições secundárias.

A planificação chinesa tem, portanto, características próprias. O plano visa a apoiar-se ao máximo nas massas; não é exclusivamente um assunto de "especialistas". É

um problema político. Combina orientações políticas (linha geral e diretivas concretas) emanadas do Partido, e as iniciativas das massas. Através dele, mobilizam-se ao máximo todos os esforços de inovação, e busca-se que não seja desperdiçado o que foi produzido pelos trabalhadores. O papel das instâncias administrativas centrais na elaboração do plano, depois de sua resolução, é relativamente limitado por sua importância em tudo que diz respeito ao funcionamento dos equilíbrios globais. Esse tipo de planificação visa a desenvolver forças produtivas assentando-se nos trabalhadores associados, na efetivação de uma cooperação socialista.

A unidade do trabalhador social deve se desenvolver sobre a base política e ideológica. Esta unidade permite considerar a ulterior eliminação das relações comerciais que ainda subsistem, e o surgimento de novas relações sociais socialistas. Esse surgimento está diretamente ligado à revolucionarização ideológica efetuada pela luta de classes, sob a direção do Partido Comunista Chinês.

O trabalho empregado na produção pode tornar-se, assim, um trabalho direto e realmente social, deixando de ser um trabalho efetuado única ou principalmente por um salário, e pode ser feito essencialmente para satisfazer às necessidades sociais. A concepção do "plano unificado" partindo da base está a serviço de semelhante transformação.

3. A PREPARAÇÃO DO PLANO UNIFICADO

I. A Elaboração do Plano a Nível de uma Fábrica: O Exemplo da Fábrica Geral de Bonés de Pequim.

A preparação dos planos se faz por discussões de baixo para cima e de cima para baixo. O Estado (no caso consi-

derado, o comitê de planificação do governo central) dá alguns índices gerais aos diferentes departamentos da municipalidade de Pequim, por exemplo, para o departamento de têxteis. Esse último fornece índices brutos às diferentes fábricas. Esses índices têm o caráter de normas *consultativas*. São estabelecidos de modo geral pelo governo central, pela municipalidade, pelo departamento de têxteis, conforme consultas junto aos departamentos comerciais. Servem para uma primeira elaboração de um projeto a partir da base, ou seja, de cada fábrica.

A Fábrica geral de bonés de Pequim, por exemplo, tem uma capacidade de produção de 20 milhões de peças. Os índices iniciais (que avaliam esta capacidade e a variedade de produtos que podem ser fornecidos por essa fábrica) são submetidos à discussão pelos trabalhadores. Essas discussões permitem considerar as instalações da fábrica, as inovações e a iniciativa criadora das massas populares.

Por outro lado, os departamentos comerciais mandam grupos à Fábrica para fornecerem diversas informações, como, por exemplo, sobre a situação do mercado no tocante às jaquetas: quantas são necessárias, de que tamanho, de que material (algodão, nylon), de que modelo, gola redonda, mangas compridas, curtas, etc.

Operários e empregados da fábrica vão, por seu lado, às lojas e pontos de venda com a finalidade de recolher diretamente as opiniões da clientela. Após uma série de discussões que têm lugar nas oficinas, é feita uma proposição ao departamento de têxteis da municipalidade de Pequim.

Para os produtos destinados à exportação, o departamento interessado faz proposições, que as massas discutem igualmente, e a fábrica apresenta, por seu lado, contra-propostas. O organismo de planificação faz os cálculos necessários ao equilíbrio geral, e fixa os índices defi-

nitivos consultando a fábrica. As decisões tomadas pelo organismo de planificação são em seguida transmitidas à fábrica.

Há um plano industrial anual que pode subdividir-se em planos trimestrais e mensais. Os planos mensais e trimestrais podem ser modificados segundo as necessidades do mercado. Em caso de necessidade, os objetivos anuais de produção podem ser modificados, notadamente para evitar que a fábrica produza produtos desnecessários. Tais decisões dependem do organismo de planificação. No seio da fábrica, é o grupo da produção correspondente ao Comitê revolucionário que se ocupa de maneira concreta da efetivação do plano anual.

O plano da Fábrica geral de bonés de Pequim é principalmente anual, mas a fábrica também faz propostas para os planos quinquenais.

Algumas das normas principais utilizadas para a preparação do plano são: valor global, quantidade das principais produções, preço de revenda, lucro, produtividade do trabalho, qualidade e diversidade de produtos. Há também normas relacionadas à mão de obra, às matérias-primas, etc. No decurso da execução do plano, é delineado regularmente um levantamento de todos esses diferentes pontos.

O plano e os balanços não se referem apenas aos objetivos a atingir e às normas a respeitar, mas também às medidas a serem tomadas. Como dar conta dessas diferentes tarefas? Que modificações devem ser feitas nos equipamentos, nas máquinas, no fornecimento e nos estoques de matérias-primas? Tenta-se ao máximo resolver as dificuldades locais através de campanhas de revolucionarização técnica, a fim de economizar as matérias-primas, melhorar os equipamentos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade.

II. A Elaboração do Plano da Província de Liaoning

A província do Liaoning tem uma população de 28 milhões de habitantes; dois terços dela vive nos campos e um terço, nas cidades. Há por volta de 2.400.000 operários na província.

Anteriormente a indústria pesada dominava maciçamente. Agora, de acordo com a diretiva fundamental do desenvolvimento relativamente autônomo de cada província, as produções industriais foram diversificadas, tanto nos ramos de indústria que já existiam como nos novos. A província dispõe de agora em diante de uma grande variedade de produções industriais (siderurgia, mecânica, carvão, petróleo, eletricidade, química, eletrônica, têxteis, roupas, calçados, móveis, etc.). A agricultura foi também desenvolvida e diversificada. A produção industrial representa 90% do valor global da produção da província, e a produção agrícola 10%.

A esse respeito, um membro do Comitê revolucionário de Liaoning explica:

“A produção agrícola atual da província poderia nos satisfazer. Na municipalidade de Chenyang, onde se concentra a maior percentagem da população urbana da província – 60% contra 40% de população rural –, a produção de cereais e de legumes é daqui para a frente suficiente. No passado, era preciso importar todos os anos 800 milhões de yins⁶ de cereais. Ao fim de dois anos de esforços, conseguimos, no ano passado, nos abastecer no plano quantitativo. Com relação a legumes, no passado era necessário importá-los de Cantão e de uma província do Norte. Desde o ano passado, a produção é suficiente para atender às necessidades da população da cidade, e

6. O yin pesa 0,500 kg.

podemos até exportar uma parte. A produção de legumes atingiu 1 bilhão e 500 milhões de *yins*. Os fatos provaram que, apesar da importância da população urbana, podemos produzir os cereais e legumes que nos são necessários, utilizando o potencial industrial”

Em relação ao plano, esse membro diz:

“No domínio da planificação, estamos atualmente na etapa da luta-crítica-reforma.

“A linha revisionista de Liu Chao-chi, que colocava o lucro em primeiro plano, a utilização de estimulantes materiais, a dominação dos *experts* que se aferravam a modelos estrangeiros, está em vias de ser recusada

“Na produção das fábricas, não devemos considerar unicamente o lucro, devemos levar em consideração essencialmente as necessidades da economia nacional.

“Para aumentar a produção, devemos contar principalmente com o trabalho político e ideológico, de maneira a que todos trabalhem para a revolução, para servir ao povo, e não por estímulos materiais. Nós contamos com a tripla união dos operários, técnicos e quadros, e não com um pequeno número de especialistas, para chegar a realizar um plano.

A elaboração do plano se faz em várias etapas. De início são dadas orientações gerais, que refletem as apreciações das necessidades sociais. Essas orientações não consistem em números precisos, mas apresentam as ordens de prioridade e de grandeza nas diferentes unidades de produção. Um primeiro trabalho de elaboração do plano é feito em dada unidade de produção: esse trabalho deriva do princípio de “mobilização das massas populares”. Um ponto é freqüentemente sublinhado: é preciso ser realista, determinar seus limites, prever os obstáculos. É preciso ser, ao mesmo tempo, audacioso e modesto.

*Descentralização, mas cooperação coordenada
entre as diferentes fábricas
e entre as diferentes províncias*

Para determinar concretamente certas necessidades dos consumidores ou dos usuários, os trabalhadores procedem a *enquetes*. Os trabalhadores de uma fábrica de máquinas agrícolas, por exemplo, vão entrevistar-se com os das comunas populares a fim de melhor conhecer suas necessidades em máquinas. Se várias fábricas se relacionam pela mesma produção, representantes dessas diferentes fábricas se reúnem, com o objetivo de ver como repartir o mais judiciosamente entre si a produção de tal ou qual tipo de produtos.

Os resultados desses levantamentos e das reuniões são discutidos no interior de cada fábrica a nível do Comitê revolucionário, a nível dos Grupos de gestão operária e nos Comitês de Tripla união.

Esses projetos de planos são reunidos e discutidos a nível de coordenação. Esse nível é diferente conforme a natureza dos produtos e sua área de consumo. Segundo o caso, as instâncias que participam dessas discussões são o Comitê revolucionário do distrito ou o Comitê revolucionário da província, e, para as indústrias muito grandes, o governo central.

As instâncias políticas e administrativas em questão examinam e coordenam os projetos, estabelecendo o balanço entre recursos e necessidades. Chega-se, assim, mantendo o contacto entre as diferentes unidades de produção, à elaboração de um projeto de plano que leva em consideração diferentes projetos parciais. Este projeto volta para as unidades de produção envolvidas, e é novamente discutida pelos trabalhadores.

Um dos membros do Comitê revolucionário de Liaoning descreve assim esse processo:

“Primeiramente, de baixo para cima; em segundo lugar, uma combinação do em cima e do em baixo (isso significa que o “em-cima” não funciona como um vaso fechado, mas que a partir desse momento relaciona-se com as diferentes unidades de produção para elaborar um novo projeto de plano); em terceiro lugar, uma combinação que considera principalmente os esforços da província; e em quarto, uma combinação dos esforços da província e do governo central.”

As necessidades “de Estado”, ou seja, aquelas que emanam do governo central e que refletem as necessidades das outras províncias, do Exército Popular de Libertação, etc., são designadas às diferentes províncias, e incluídas no plano de cada província. Do mesmo modo são incluídos no plano de cada província os recursos provenientes de outras províncias e com os quais ela pode contar. No conjunto, tenta-se sempre, entretanto, que as províncias e os distritos sejam relativamente autônomos.

Exemplos de realização do plano por meio da iniciativa e do apoio das massas populares

Considerando-se as condições de preparação do plano e o fato de sua modéstia, os planos, na maioria dos casos, não apenas são cumpridos como também superados. Se, contudo, um plano não pode ser cumprido, é iniciada uma discussão para determinar o que deverá ser relegado no plano inicial previsto. As decisões serão tomadas, então, no decorrer do plano, e em estreita consulta com as massas populares.

Antes da Revolução Cultural, a tendência era de deixar nas mãos dos *experts* ou diretores de fábricas as decisões desses problemas. Isso ainda não desapareceu completamente, não obstante as críticas do movimento de massas.

Aconteceu, por exemplo, que os membros de um Comitê revolucionário de fábrica, julgando impossível a realização de um plano, pretenderam reduzir sua dimensão sem ter consultado as massas. Os dirigentes dessa fábrica foram criticados pelos trabalhadores. Após um reexame das dificuldades, apareceram as soluções, e, mediante as medidas sugeridas ao longo das discussões com os trabalhadores, o plano inicial pôde ser cumprido. Tanto na preparação do plano como em sua execução, levanta-se constantemente o problema de estabelecer-se um equilíbrio entre as diferentes necessidades de consumo final e de consumo produtivo. O método de reduzir automaticamente os objetivos de produção previstos é rejeitado e, enfatiza-se a procura de soluções que permitam manter os objetivos maiores. É o que se chama de procura de “equilíbrio ativo” e não de “equilíbrio passivo”. Diz-se também que os equilíbrios devem ser tratados de maneira positiva e não de maneira negativa. Isso é feito em consulta com os trabalhadores.

“Para o plano do ano passado, o carvão era problema. Seria necessário fazer as previsões em função da produção de carvão, diminuindo assim os objetivos do plano no que concernia aos outros produtos, ou se iria mobilizar plenamente as massas para um aumento da produção de carvão? Os operários discutiram isso ao longo de várias e numerosas reuniões. Concluíram que, se faltava carvão, era preciso convocar as massas populares para que sua produção fosse aumentada, e para que se economizasse sua utilização.

“A falta de carvão e as conseqüências decorrentes disso foram divulgadas às amplas massas. Uma vez conhecida essa situação, os operários desdobraram seus esforços. A produção de carvão aumentou em alguns milhões de toneladas na província. A economia de seu uso

foi igualmente de alguns milhões de toneladas. As atividades industriais dispuseram, assim, de combustível para desenvolver a produção, e o plano do Estado foi cumprido.

“Isso demonstra que é mais importante apoiar-se nas iniciativas das massas que em réguas de cálculo.”

III. Os Planos Quinquêniais

Os planos quinquêniais são muito mais detalhados que os planos anuais, porém são elaborados segundo os mesmos princípios. Comportam principalmente orientações gerais sobre o crescimento necessário de produções essenciais. Não vão a detalhes para cada unidade de produção, o que é considerado como um trabalho inútil e irrealista. Por outro lado, quando a implantação de grandes unidades de produção é prevista, são elaborados projetos mais detalhados em consulta estreita com o conjunto de trabalhadores especialistas nesse tipo de indústria. Mesmo assim, não se trata de um trabalho limitado aos *experts*, mas sim de um trabalho de massa.

Os planos quinquêniais englobam igualmente os projetos de renovação profunda e de ampliação importante das unidades de produção. A decisão de renovação ou ampliação é feita em consulta com as unidades de produção. Dentro de um ramo de determinada indústria, as instâncias políticas determinam em comum com as unidades de produção quais dentre elas têm mais possibilidades para ser ampliadas ou renovadas, nas condições mais favoráveis. Essas escolhas são estabelecidas em definitivo depois de consultar-se o conjunto de trabalhadores das empresas correspondentes.

Os detalhes de projetos são igualmente objeto de discussão de massa no seio das empresas. Eventualmente, ocorrem discussões com trabalhadores de outras fábricas,

notadamente com aqueles de unidades de produção que deverão fornecer o equipamento necessário à realização de projetos de ampliação ou de renovação. Essas consultas são muito estreitas e implicam, se necessário, intercâmbios de trabalhadores entre as diferentes empresas, para que as condições locais sejam bem conhecidas.

IV. A Aplicação do Plano Leva em Conta os Interesses do Conjunto da Nação

Na medida em que o trabalho de preparação é feito em consulta estreita com os trabalhadores e se baseia num exame atento e concreto da situação visando a chegar-se a planos realistas e modestos, a sua concretização não implica, de início, dificuldades maiores. Além disso, uma vez que os trabalhadores participaram de sua elaboração e fixaram eles mesmos os objetivos, podem considerar como realmente “problemas deles” a realização do plano, e desdobrar esforços para atingir os objetivos previstos. Não obstante, constantemente há desigualdades de desenvolvimento; assim, no decurso do ano, nem tudo acontece como foi previsto nos menores detalhes. É inevitável que surjam determinadas dificuldades e determinados problemas. Ainda assim, são feitos esforços para resolverem-se localmente problemas e dificuldades por meio da iniciativa dos trabalhadores. Apenas como último recurso pede-se ajuda a outras unidades de produção, ou lança-se mão da redução das previsões do plano do Comitê revolucionário do distrito ou da província.

Quando, apesar de tudo, o plano não pode ser cumprido em sua totalidade, coloca-se o problema de determinar quais necessidades serão sacrificadas. Segundo o princípio de dar prioridade à satisfação das necessidades de conjunto, são geralmente consideradas como prioritárias

rias as tarefas concernentes ao preenchimento de necessidades de outras províncias.

Um membro do Comitê revolucionário de Nanquim esclarece a esse respeito; "O equilíbrio deve se dar, de início, a nível nacional; sem equilíbrio nacional não haveria equilíbrio provincial."

A aplicação deste princípio está, no entanto, sujeita a um exame concreto, a fim de determinar se não provocará dificuldades maiores no seio da província.

De qualquer modo, a nível de cada fábrica, nenhuma decisão referente à produção pode ser tomada pela própria fábrica. Parece que apenas em casos excepcionais o plano de uma fábrica é reduzido. Isso explica-se pelo realismo dos planos econômicos da China e pela existência de relações diretas entre os trabalhadores de diferentes unidades de produção que participam da elaboração de um mesmo produto; essas relações desempenham um papel decisivo para ajudar a resolver os problemas concretos surgidos, quando um objetivo parcial do plano ameaça não poder ser satisfeito.

4. AS RELAÇÕES ENTRE AS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Os contatos entre as unidades de produção não são feitos apenas de maneira indireta a nível de departamentos, mas também por relações diretas, notadamente entre os trabalhadores dessas fábricas. Os problemas são examinados em comum para ver a que solução se pode chegar. Essas relações diretas são um exemplo concreto de uma cooperação socialista.

Entretanto, se relações estreitas são largamente desenvolvidas entre as diferentes unidades de produção, isso não significa de maneira alguma que haja entre elas intercâmbios comerciais diretos. Os preços são fixados

sem a participação delas, e são planejados. A circulação de produtos entre as empresas se faz através do comércio de Estado, sendo eles igualmente encaminhados para os consumidores individuais, através desses mesmos organismos de Estado. Isto é muito importante para evitar-se o desenvolvimento de intercâmbios que não teriam nada a ver com o plano.

I. Algumas indicações sobre os problemas dos preços planejados

Hoje em dia, na economia chinesa, os preços desempenham um papel relativamente secundário. A fixação dos objetivos do plano, tanto a nível global quanto a nível de cada unidade de produção, não é dominada por um cálculo em termos monetários que visaria a "maximizar" a renda de cada unidade de produção. Isso não significa que não sejam feitos cálculos de preço de revenda, nem que não se tente reduzi-los. Os preços, porém, não orientam a produção; esta é determinada pela linha política. Os próprios preços são também orientados, secundariamente, pela linha política.

Uma preocupação essencial é a relativa à estabilidade dos preços e do equilíbrio financeiro global. Os preços devem ser estáveis, e as unidades de produção devem recorrer o menos possível a fundos monetários provenientes de finanças públicas para cobrir eventuais deficits; o desenvolvimento de uma situação deficitária nas unidades de produção apenas levaria a uma situação má. Pelo contrário, os progressos alcançados pelas unidades de produção são colocados a serviço do desenvolvimento econômico conjunto.

Na prática, falar de preços estáveis significa dizer que os preços existentes são, na maioria, ora "preços es-

táveis", ora preços fixados por razões políticas e em função de variações de preços de custo.

Os preços de venda das fábricas são fixados por cada indústria a partir dos preços de custo. O preço de venda aos órgãos do comércio do Estado é geralmente igual ao preço de custo médio, ao qual é acrescentado uma margem de 15%; esta margem entra nos fundos de acumulação social.

No que se refere a preço de venda aos consumidores, a política de preços é extremamente diferenciada.

a) Quanto a artigos de primeira necessidade, não existe lucro e mesmo eventualmente o Estado concede subvenções. Para os cereais, por exemplo, (que é monopólio do Estado), o preço de compra aos camponeses é praticamente igual aos preços de varejo (o que significa que os custos de comercialização, de transporte, etc., estão a cargo do Estado). Em certas regiões (o norte, por exemplo) onde o preço de custo de cereais é mais elevado, assim como o preço de compra nas comunas populares, o preço de venda no varejo é, no entanto, o mesmo que em outros lugares. Sobre esses produtos, os órgãos comerciais sofrem então prejuízo.

No conjunto, ao longo desses últimos anos, os preços de venda aos consumidores de alguns produtos alimentícios essenciais foram reduzidos, sem que fossem reduzidos os preços de compra nas comunas populares. Por exemplo, o preço de venda de 50 kg de arroz passou de 17,63 *yuans* em 1950 para 16,40 *yuans* em 1970.

Do mesmo modo, os preços de compra nas comunas populares podem ser acrescidos, sem que o preço de venda aos consumidores aumente; foi o que aconteceu em 1974 com a colza e o óleo de colza.

b) Os artigos necessários à saúde do povo são vendidos a preço de custo, o que significa que não há lucro

sobre sua venda. Para os remédios, por exemplo, os preços baixam proporcionalmente à redução do preço de custo. Dessa maneira, as 200.000 unidades de penicilina que custavam 2,10 *yuans* em 1953 foram vendidas por 0,23 em 1970. Quando a necessidade social é considerada como prioritária, não são mais vendidos e sim distribuídos gratuitamente, como ocorre com os produtos anti-concepcionais.

c) Os artigos de primeira necessidade são vendidos baratos, preservando-se ainda assim uma margem de lucro. 50 kg de carvão em pedra, por exemplo, passaram de 2,80 *yuans* para 2,50 *yuans* entre 1950 e 1970.

d) Para produtos que não são de primeira necessidade (transistores, máquinas fotográficas, etc.), é, por outro lado, mantido geralmente o "preço histórico". A baixa do preço de custo que possa haver alimenta o fundo de acumulação social.

O essencial é considerar que a política de preços na China é precisamente *uma política*, em que as escolhas políticas e sociais é que são tomadas em consideração.

Os objetos de consumo podem, em suma, ser divididos em três grandes grupos: os que correspondem às necessidades fundamentais – que são vendidos o mais barato possível –; os que correspondem às necessidades menos fundamentais – seu preço de venda aos consumidores é superior ao preço de custo, mas ele acompanha a baixa eventual do preço de custo –; e aqueles que, na etapa atual, são considerados como correspondentes às necessidades secundárias – que mantêm seu preço estável.

No conjunto, então, não somente os preços não sobem, como baixam.

Os preços de equipamentos, matérias-primas, energia, etc. fornecidos às unidades de produção, baseiam-se nos preços de custo. Mas aí, também, procura-se manter

a estabilidade desses preços. Conseqüentemente, se um preço de custo baixa, esta baixa não repercute automaticamente nos preços de venda às unidades de produção. A baixa do preço de custo traduz-se, pois, inicialmente, por um crescimento dos lucros das fábricas produtoras, e não por uma diminuição das despesas das unidades de produção usuárias. Se, entretanto, a baixa do preço de custo é muito grande, ela repercute nas unidades de produção usuárias, repercussão esta que não ocorre no plano anual a fim de não prejudicar a comparação entre preços de custo efetivos e preços de custo planejados. Na verdade, a economia que surgiria nas contas dessas empresas que comprassem suas provisões a um preço mais favorável que o previsto, não seria consequência do que foi feito por essas unidades, mas sim de um preço de custo de matérias-primas menos elevado. Para que cada unidade de produção possa comparar seus resultados, é preferível que os preços sejam estáveis. Aliás, a determinação do que é produzido e a maneira pela qual deve ser levada a cabo a produção (a técnica utilizada, matérias-primas empregadas, etc.) depende apenas secundariamente de um cálculo monetário. As decisões fundamentais refletem as exigências do desenvolvimento econômico do conjunto; elas não estão subordinadas aos cálculos monetários que devem ser feitos ao nível de cada unidade de produção.

II. A Cooperação Socialista

O aspecto principal da cooperação socialista entre fábricas implica que cada empresa se preocupe tanto com os interesses da população que lhe é próxima, ou de consumidores para os quais trabalha, como com seus interesses particulares. Eis aqui dois exemplos dessa cooperação.

A cooperação na luta contra a poluição

O primeiro exemplo diz respeito à luta contra a poluição ou aos espetaculares resultados obtidos nas grandes cidades como Tien-tsin ou Xangai, graças à cooperação entre diferentes empresas e a população.

Nessas cidades, graças à cooperação, as águas residuais deixaram de ser despejadas nos rios; foram abertos canais subterrâneos e construídas fábricas de transformação dessas águas. Essas fábricas permitem recuperar milhares de toneladas de produtos úteis, obter adubos que fertilizam dezenas de milhares de hectares.

Obtiveram-se importantes resultados no que concerne a refugos, dejetos sólidos e gás residual utilizados como novas matérias-primas. Em Fouchoun, no Liaoning, a utilização de gases residuais, águas residuais e sedimentos provenientes da Refinaria de petróleo nº 3 permite a obtenção de 19 produtos químicos e metais raros. A atmosfera em torno da refinaria foi saneada depois de modificações feitas em seu funcionamento, sendo obtidas matérias-primas anualmente que valem vários milhões de yuans (soda, produtos sulfatados, neve carbônica e matérias-primas para a fabricação de têxteis sintéticos, etc.)

A Cooperação na pesquisa da qualidade

O segundo exemplo concerne à pesquisa da qualidade e da durabilidade de produtos, graças a uma estreita colaboração entre as empresas produtoras e as empresas usuárias, assim como entre empresas produtoras e os consumidores.

Esta cooperação alcançou resultados consideráveis, que podem ser comprovados junto aos usuários-industriais e agricultores, redes comerciais e compradores avulsos. Estes resultados correspondem essencialmente aos

interesses dos usuários e não ao dos produtores. De fato, para as empresas produtoras, a melhoria da qualidade, da solidez e durabilidade de produtos implica em geral um acréscimo de trabalho (pesquisas, experiências...) e, eventualmente, crescimento no preço de custo. Ora, estas melhorias não são acompanhadas automaticamente de uma majoração de preço ou de um crescimento do total das vendas; acontece até o contrário, quando se trata de bens duráveis.

Ao agir dessa maneira, as empresas produtoras colocam os interesses do conjunto do país à frente de seus interesses particulares. Aí está o motor de um progresso econômico de tipo novo, que implica que a produção não é mais dominada pela procura do crescimento do valor de troca, receitas monetárias ou lucro, mas pela procura do valor de uso. Isto supõe transformações radicais nas relações sociais, tanto ao nível da base econômica quanto da superestrutura.

Contrariamente a certas concepções que se arrogam marxistas, mas que renegam suas idéias fundamentais, tais transformações *não são espontâneas*; não são *mecanicamente determinadas* pelo desenvolvimento das forças produtivas. Assim, e esse ponto é essencial para compreender a Revolução Cultural proletária e seu papel, deve-se considerar que *as transformações na base econômica que se observam atualmente na China são unicamente o produto de uma luta que foi conduzida, e continua a ser conduzida pelos trabalhadores a fim de transformar a divisão social do trabalho, de fazer desaparecer as relações hierárquicas no seio das unidades de produção, de ter nas mãos a gestão, e de dominar a técnica*. Uma tal luta tem um caráter revolucionário. Ela exige, para triunfar, uma unidade de concepção e ação, e uma justa apreciação da natureza

de possíveis transformações e seu encadeamento. É por isso que exige a direção de um partido revolucionário.

III AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

III

AS TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Um primeiro conjunto de observações refere-se às significativas mudanças que foram estimuladas, no decorrer desses últimos anos, no que concerne à extinção da divisão social do trabalho e à transformação do tipo de desenvolvimento das forças produtivas.

Essas mudanças têm um alcance decisivo, pois dizem respeito às próprias relações de produção, ou seja, as relações dos agentes de produção entre si e com os meios de produção. Ora, o socialismo não é apenas, nem principalmente, uma mudança nas relações jurídicas de propriedade. Uma tal mudança pode continuar a ser puramente formal. O socialismo é também, e principalmente, uma mudança nas relações de produção.

Não é possível, evidentemente, examinar todos os aspectos das transformações que surgiram pela primeira vez, em grande escala, ao longo do Grande Salto para frente e tomaram grande amplitude com a Revolução Cultural proletária. Serão mencionadas aqui apenas alguns aspectos essenciais dessas transformações.

1. TAREFAS DE DIREÇÃO E TAREFAS DE EXECUÇÃO

I. Gestão por uma Minoria ou Gestão pela Maioria

O primeiro aspecto das transformações em curso diz respeito à divisão entre tarefas de direção e tarefas de execução. Certamente a distinção dessas tarefas subsiste, mas a *divisão* entre os que se encarregam de umas ou outras tende a se extinguir (notadamente através do desenvolvimento da atividade dos grupos de tripla união).

Essas transformações correspondem a uma verdadeira revolucionarização das empresas industriais, e devem permitir que passem da *gestão por uma minoria* para a *gestão pela maioria*, ou seja, para uma *gestão de massa*.

Falaremos das fábricas do Estado (as empresas industriais dependentes das comunas populares não estão incluídas neste estudo, sendo seu estatuto um pouco diferente). É preciso entender por "fábricas do Estado" as fábricas que dependem, quer diretamente do governo central, quer dos Comitês Revolucionários de províncias, de distritos ou de municipalidades, representando, esses Comitês revolucionários, o poder de Estado nesses três

níveis ¹. Todas essas fábricas fazem parte do setor de Estado, mesmo se ao nível administrativo não estão subordinadas a um Ministério central, mas a um distrito ².

Antes da Revolução Cultural, as fábricas do setor de Estado eram, ao mesmo tempo, dirigidas pelo Comitê do Partido e geridas, para as decisões mais cotidianas, pelo diretor da fábrica e, bastante freqüentemente, parece, por um único diretor. Nessa época, o diretor não era eleito pelos trabalhadores, mas designado pelo departamento administrativo ao qual a fábrica estava subordinada ³. A composição do comitê do Partido era em princípio decidida pelos membros do Partido da própria fábrica, mas, na realidade, acontecia freqüentemente que o Comitê do Partido era designado pelas instâncias superiores do aparelho do Partido.

Desde 1960, essa forma de organização que exclui a participação das massas foi criticada por Mao Tsé-tung. Ele se opôs a isso em 22 de março de 1960 com a *Carta de Anchan*, carta feita na base da experiência do Grande Salto para frente e em iniciativas tomadas nessa época pelos operários do combinado siderúrgico de Anchan.

Essa carta determinava determinadas condições que deviam ser preenchidas para se chegar a uma gestão socialista das empresas, notadamente sob a forma de cinco princípios fundamentais ⁴.

1. Que o poder do estado seja representado por comitês nos quais todos os membros são eleitos e revogáveis pelas massas é sinal que foi dado um passo adiante até o desaparecimento do Estado (cf. os textos de K. Marx sobre a Comuna de Paris).

2. Um distrito é mais ou menos equivalente, do ponto de vista do tamanho, a um departamento francês, e compreende uns 500000 habitantes.

3. Cf. Ch. Bettelheim, J. Charrière e H. Marchisio, "La Construction du socialisme en Chine", Maspero, 1965 (reeditado na Petite Collection Maspero).

4. Ver "A carta da Sociedade Siderúrgica de Anshan estimula a revolução da produção", no *Pequim-informa*, de 20 de abril de 1970, p.3 e seguintes. Resumiu-se o conteúdo dos princípios fundamentais desta carta mais acima, p. 21-22.

A carta de Anchan, carta de uma gestão socialista das empresas, determinava, particularmente, o princípio de colocar a política no posto de comando e o princípio da participação dos operários na gestão e dos quadros no trabalho manual, princípios esses retomados e colocados em prática pelas massas desde o início da Revolução Cultural. Esta carta se opunha às práticas de gestão que predominavam correntemente em 1960 e que continuaram a predominar até a Revolução Cultural proletária. Representava o ponto de partida para uma prática social nova. No entanto, enquanto as massas não estivessem angajadas no movimento em grande escala, e enquanto não tivessem por si mesmas, compreendido inteiramente esses problemas, o antigo estado de coisas persistia.

Foram necessários 8 anos para que o Comitê revolucionário da municipalidade de Anchan adotasse uma resolução oficial que declarasse ser a Carta de Anchan" a base da Organização de todas as empresas da região. Essa revolução foi adotada em 22 de maio de 1968, na cidade de Anchan. Representa o triunfo do movimento de massa em que o Comitê revolucionário ratificava assim suas iniciativas.

Se foi necessário um período tão longo antes que tivessem sido adotados e colocados em prática os princípios que emanavam, no entanto, do próprio Mao Tsé-tung, é porque a passagem para um novo modo de gestão tinha uma significação revolucionária. Ela necessitava da eclosão de uma luta de classes colocando em movimento amplas massas, o que exatamente aconteceu durante a Revolução Cultural.

Mao Tsé-tung não procurou mudar as coisas "pelo alto" ⁵. Tal método só provocaria mudanças nas superfí-

5. Esta política de chamado às massas é uma constante em que se fundou toda a prática anterior de Mao Tsé-tung e do Partido Comunista Chinês. A título de exem-

cies. De fato uma direção revolucionária não pode tomar o lugar dos trabalhadores; de acordo com o grande princípio do *Manifesto Comunista*, é preciso que o movimento da própria massa quebre as antigas relações: "A emancipação dos trabalhadores só pode ser feita pelos próprios trabalhadores".

A iniciativa e a crítica revolucionária das massas foram necessárias para mudar o estado de coisas que existia em 1960, ainda mais que os partidários da via capitalista, ou seja, os seguidores de Liu Chao-chi, esforçavam-se em conservar as formas de gestão que até então existiam.

De 1960 até 1966, inaugura-se um período de luta entre as duas linhas, durante a qual a "Carta de Anchan" fica de lado. De uma maneira geral os partidários da via capitalista preconizavam uma orientação favorável a formas e a princípios de gestão semelhantes àqueles em vigor na U.R.S.S. São esses princípios que fundam, por exemplo, o que se chama correntemente na China - para opor à "Carta de Anchan" - a "carta de Magnitogorsk"; esta última expressão designa as regras de gestão aplicadas no combinado siderúrgico soviético de Magnitogorsk.

Os chineses descrevem a forma de organização anterior pela maneira condensada que os caracterizava, dizendo: "Era a gestão da fábricas pelos *experts*, e estes colocavam a produção antes de tudo, tendendo a colocar os lucros no posto de comando". A isto se relacionava o papel

dos estimulantes materiais (prêmios, tendência a aumentar a diferença de salários, etc), todas as coisas que existem na U.R.S.S. As mesmas tendências estavam presentes na China antes da Revolução Cultural, mas de uma maneira muito menos desenvolvida.

A resistência da linha revisionista foi considerada. As formas de gestão então em vigor permitiam, na verdade, que uma minoria se beneficiasse de uma situação privilegiada ao nível das decisões: formação e utilização de fundos de acumulação, conteúdo e aplicação do plano, modificações técnicas, divisão de tarefas, conjunto de regulamentos, etc.

A resistência oposta à substituição das formas de gestão existentes por formas de gestão socialistas teve ampla repercussão, porquanto não era formada apenas por "experts" ao nível de empresas, mas tinha partidários no seio do Partido Comunista, mesmo a um nível próximo à direção central, pelo fato de ter se constituído em torno de Liu Chao-chi, o que se denominou de "quartel-general da burguesia".

Afinal esta resistência podia apoiar-se e referir-se continuamente à experiência soviética, não apenas à experiência em curso, mas até àquela do período anterior ao XXº Congresso.

6. Ademais, a deformação da linha revolucionária pela "extrema-esquerda" (cf. o posfácio neste livro), freqüentemente, tornou difícil sua efetivação. Por exemplo, enquanto a linha revolucionária indicava que havia de se orientar até a integração dos técnicos e dos *experts* nos grupos da "tripla união", a "extrema-esquerda" preconizava afastá-los. Ao rechaçar tal orientação, uma parte importante dos trabalhadores atrasou-se na aplicação das novas formas de gestão. Por certo que ainda hoje continua a luta contra a linha burguesa em suas formas de direita e de esquerda.

Exemplo pode-se citar esta passagem de uma directiva de Mao Tsé-tung de 1º de outubro de 1943: "A redução dos arrendamentos é uma luta de massas empreendida pelos camponeses; o partido, através de suas diretivas, e o governo, por meio de seus decretos, guiam e ajudam as massas nesta luta, e não devem conceder esta redução como uma graça. Conceder-me como uma graça a redução dos arrendamentos, em vez de sublevar as massas para que elas obtenham-na por sua própria ação, constitui um erro, e não pode dar resultado duráveis". ("Desenvolver nas bases de apoio os movimentos para a redução dos arrendamentos, o crescimento da produção, o apoio ao governo e o amor ao povo", Obras escolhidas, t. III).

II. A Experiência Soviética da Gestão de Fábricas

O princípio da autoridade absoluta do diretor, do papel privilegiado dos *experts* e dos especialistas na gestão, o lugar dado aos prêmios e às vantagens não caracterizam somente a atual gestão das empresas soviéticas.

Pouco tempo depois da Revolução de Outubro, esses princípios foram aceitos na Rússia nas difíceis condições que então reinavam, especialmente no curso do comunismo de guerra. Mantidos durante a N.E.P., sua aplicação foi reforçada ao longo do período de rápida industrialização, que corresponde aos primeiros planos quinquenais.

No que concerne ao princípio da autoridade absoluta do diretor da fábrica enquanto responsável pela aplicação da política do Partido, o próprio Lênin se pronunciou a seu favor em março de 1918. Essa concepção de gestão, assim como o fato de recorrer-se aos especialistas burgueses e ao sistema de prêmios, chocaram-se com vivas objeções por parte de tendências oposicionistas no seio do Partido bolchevique, sendo essas objeções, porém, sempre de uma fraca minoria, apenas.

O lugar dos "especialistas" no processo de produção

Lênin não considerava que o fato de conceder aos especialistas um lugar de direção (e salários elevados) constituísse um "método proletário". Via nisso um recuo imposto pelas circunstâncias da edificação de novas relações sociais. É assim que ele escreve:

"É evidente que esta medida não é simplesmente uma interrupção – num certo terreno e numa certa medida – da ofensiva contra o capital (pois o capital não é uma soma de dinheiro, são relações sociais determinadas); é ainda *um passo atrás* dado por nosso poder de Es-

tado soviético, socialista, que proclamou e aplicou desde o início uma política inclinada a reduzir os salários elevados ao nível do salário de um operário médio".

Para Lênin, há um recuo nítido, e esse retrocesso, esse "passo atrás", não é dissimulado com frases: o poder soviético confia provisoriamente tarefas de direção aos especialistas, e aceita pagar-lhes salários elevados.

Os fatos mostram que esse passo atrás jamais foi seguido de um passo adiante. Com o passar do tempo, a origem de classe dos especialistas mudou; os especialistas de origem burguesa tradicional foram substituídos por homens de extração operária, mantendo, no entanto, as mesmas relações de direção e autoridade, o que significa que, nesse domínio, o "passo atrás" na ofensiva contra o capital, uma vez que este corresponde a "relações sociais determinadas", não foi superado.

É também no texto sobre *As tarefas imediatas do poder dos Soviotes* que Lênin pede a introdução de normas de trabalho, ao escrever especialmente:

"Aprender a trabalhar, essa é a tarefa que o poder dos Soviotes deve colocar para o povo em toda sua amplitude. A última palavra do capitalismo a esse respeito, o sistema Taylor, alia, assim como todas as conquistas do capitalismo, a crueldade refinada da exploração burguesa às conquistas científicas mais preciosas, no que diz respeito à análise dos movimentos mecânicos no trabalho, à supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, à elaboração de métodos de trabalho mais racionais, à introdução dos melhores sistemas de recenseamento e controle, etc. A República Soviética deve tornar suas, custe o que custar, as conquistas mais preciosas da ciência e da técnica nesse terreno. Poderemos realizar o socialismo justamen-

7. Veja-se Vladimir I. Lênin, Obras completas, t. 27, p. 257-258.

te na medida em que conseguirmos combinar o poder dos Sovietes e o sistema soviético de gestão com os mais recentes progressos do capitalismo. É necessário organizar na Rússia o estudo e o ensino do sistema Taylor, sua experimentação e sua adaptação sistemática. É preciso, também, visando ao aumento da produtividade do trabalho, levar em conta as particularidades do período de transição do capitalismo para o socialismo, que exigem, por um lado, que sejam lançadas as bases da organização capitalista de emulação, e, por outro lado, que se utilizem medidas de obrigação, de modo que a palavra de ordem da ditadura do proletariado não seja desacreditada pelo estado de deliquescência do poder do proletariado na vida prática ⁸.”

Para Lênin, que escreveu esse texto quando a situação da Rússia era caótica e o Partido não chegava a desenvolver uma verdadeira disciplina proletária, tratava-se, mesmo assim, de uma medida provisória. De fato, essa medida provisória tornou-se definitiva. No conjunto, o sistema de normas e prêmios continuou a dominar, e, no decorrer dos planos quinquenais, foi ainda mais longe.

No mesmo texto sobre *As tarefas imediatas do poder dos Sovietes* Lênin defendeu a necessidade de substituir o sistema de direção colegiada, geradora, a seu ver, de irresponsabilidade, por um sistema de direção única. Ele escreve a esse respeito:

“Como pode ser assegurada uma rigorosa unidade de vontade? Pela submissão da vontade de milhares de pessoas à de uma única pessoa.

“Essa submissão se assemelhará antes à delicada direção de um chefe de orquestra, se aqueles que participam do trabalho comum estão perfeitamente conscientes

e disciplinados. Pode se revestir-se de formas cortantes, ditatoriais, se a perfeita consciência e a disciplina não estão presentes. Porém, de qualquer maneira, a *submissão sem reserva* a uma vontade única é absolutamente indispensável para o sucesso de um trabalho organizado segundo o modelo da grande indústria mecânica. É duplamente, e até triplamente, indispensável nas estradas de ferro ⁹. E é essa passagem de uma tarefa política para outra, na *aparência* totalmente diferente da primeira, que constitui toda a originalidade do atual momento. A revolução acaba de quebrar as mais antigas, as mais sólidas e as mais pesadas cadeias impostas às massas pelo regime do garrote. Foi ontem. Mas hoje, a mesma revolução exige, justamente para assegurar seu desenvolvimento e sua consolidação, justamente no interesse do socialismo, que as massas *obedeçam sem reserva à vontade única* dos dirigentes do trabalho ¹⁰.”

As recomendações de Lênin podiam corresponder a uma determinada etapa da revolução soviética: no entanto, depois de adotadas (entre 1918 e 1922) e postas em funcionamento, não foram jamais abandonadas; pelo contrário, o peso e a autoridade do diretor e do secretário do Partido da fábrica, autoridade não submetida ao controle dos trabalhadores, foram acentuados com o correr do tempo.

Na verdade, a consolidação das relações de autoridade e de comando entre a direção e os quadros, especialistas e técnicos da fábrica, por um lado, e os produtores imediatos, por outro, formou a base sobre a qual o revisionismo soviético se desenvolveu.

8. Ibid., t. 27, p. 268.

9. A situação nas ferrovias era particularmente caótica.

10. Ibid., t. 27, p. 278-279 (as aspas são de Lênin).

Mao Tsé-tung rejeitou tais formas de gestão, destacando mais de uma vez que "a experiência histórica deve ser alvo de atenção".

Na China, a gestão das fábricas é antes de tudo uma *gestão política*, que coloca em primeiro plano os objetivos políticos da edificação do socialismo, e não objetivos estritamente econômicos.

Em sua tarefa de gestão, os Comitês Revolucionários estão sob a direção do Comitê do Partido da fábrica. Este último, também, é bem mais que outrora submetido ao *controle das massas*, pois as organizações do Partido da fábrica se reúnem em geral com a participação de representantes das massas.

A partir dos Grupos de gestão operária e dos Comitês revolucionários, *tem início* o desaparecimento da distinção e da divisão entre tarefas de direção e tarefas de execução. Esse processo se estabelece:

a) através das diferentes formas de gestão pelos trabalhadores.

b) através da participação dos quadros no trabalho manual.

Esta tendência não se limita apenas à designação de alguns delegados nos Comitês Revolucionários e a um controle exercido pelos trabalhadores sobre esses Comitês e sobre os Comitês do Partido.

Por um lado, todos aqueles que têm responsabilidades de gestão e de direção devem participar do trabalho manual durante dois ou três dias por semana e, em geral, num posto fixo.

Por outro lado, as atividades de gestão e controle são *desdobradas ao nível das oficinas*, das *seções de oficinas* e *equipes*, graças à constituição de Grupos de gestão operária, *assembléias de equipes* e de oficinas, de grupos de estudo, e à aplicação do pensamento de Mao Tsé-tung. A atividade de todos esses grupos diz respeito aos aspectos

mais diversos da vida da empresa: à elaboração de planos de produção, fixação de tarefas de produção, cálculo de preços de custo, inovações e investimentos, regulamentação do trabalho e da segurança, gestão dos fundos de bem-estar, etc. No total, a proporção de trabalhadores que participam regularmente desses diferentes tipos de atividades, de acordo com as indicações fornecidas, vai a mais de 20%, embora outros trabalhadores delas participem igualmente por meio das *assembléias de oficinas*, de *equipes*, etc.

Certamente, o desenvolvimento dessas atividades foi tornado possível pela politização das massas e pela crescente predominância de uma moral proletária. Em decorrência disso, a fábrica é cada vez menos uma simples unidade de produção preocupada com problemas estritamente técnicos e limitados, e, além disso, é explicitamente uma unidade política e um lugar de intensa atividade ideológica.

2. Trabalho manual e trabalho intelectual

1. Para o Desaparecimento Progressivo da Divisão capitalista do trabalho

Na fábrica capitalista, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual manifesta-se pela distinção entre o trabalho de produção imediata designado aos operários e o trabalho de engenheiros e técnicos que dirigem o processo de produção, e tomam as decisões no que diz respeito às mudanças a serem feitas no processo de trabalho, nas máquinas empregadas, nas regras técnicas, etc. Quando essa divisão é mantida ou se desenvolve, como nas fábricas capitalistas, coloca os produtores imediatos

numa posição subordinada em relação aos engenheiros e técnicos.

As transformações que tiveram lugar durante a Revolução Cultural são o sinal de que na China a luta é conduzida para fazer desaparecer também esse aspecto da divisão do trabalho.

Um dos resultados desta luta é a constituição do que se chama na China grupos de Tripla união, grupos encarregados de questões técnicas, constituídos por operários, técnicos e quadros. Segundo a consagrada fórmula na China, os operários constituem o arcabouço desses grupos; isso significa que eles são sua força principal. Os grupos de Tripla união ocupam-se da transformação técnica das fábricas, da renovação técnica, das inovações e das modificações na regulamentação técnica, e da luta contra os "regulamentos irracionais" que existiam nesses domínios. Esses "regulamentos irracionais" permitiam aos engenheiros e técnicos unicamente o privilégio de transformar as máquinas.

Graças à formação desses grupos de Tripla união, como também à educação política e ideológica e à participação de engenheiros e técnicos no trabalho manual, a separação entre os engenheiros e técnicos de um lado, e o operário do outro, tende a desaparecer assim como a dominação dos primeiros sobre os segundos. Esse movimento é reforçado pela profunda transformação do sistema de ensino.¹¹

Essa transformação hoje em dia combina estreitamente o ensino e a prática da produção. Os novos técnicos e engenheiros vêm diretamente da produção, ou seja, ao fim do aprendizado geral passam dois ou três anos tra-

11. Falta muito para completar esta transformação. A tarefa é muito complexa e exige tempo e muitas experimentações; tampouco estão resolvidos numerosos problemas.

balhando como operários ou como membros do Exército Popular de Libertação, que também participa diretamente da produção. Em seguida são seus camaradas de trabalho que escolhem aqueles que prosseguirão seus estudos (com a anuência do interessado, certamente), escolha esta fundamentada no conjunto de sua prática e não apenas em critérios intelectuais. O critério básico é: servir ao povo, logo, não adquirir conhecimentos apenas para se valorizar, mas para colocá-los a serviço do povo. O acesso à Universidade é feito em três etapas: desejo individual de ingressar nela; designação pelos camaradas de trabalho; orientação na escolha dos estudos segundo as possibilidades do estudo e as necessidades da unidade de produção de onde eles vêm. Além disso, os alunos permanecem em constante ligação com seu local de origem.

As antigas formas de divisão do trabalho estão longe de ter sido inteiramente extintas. Ainda restam tarefas individualmente mais interessantes que outras, mas elas se inserem mais e mais num trabalho coletivo no seio do qual cada um desempenha um papel considerado útil, e sobre o qual se exerce uma ação. Além disso, há numerosas possibilidades de trocar-se de tarefas, não apenas por meio das Universidades que formam engenheiros, mas também através da reorganização de processos de produção e das diferentes modalidades de formação profissional no seio da fábrica.

O esforço feito para decompor o trabalho, modificando as condições e permitindo a cada um dominar uma parcela do processo de produção é também muito importante: a corrente de trabalho não deve dominar o trabalhador; cada vez mais frequentemente, é ele que a faz avançar.

O processamento da revolucionarização do processo de trabalho é forçosamente demorado, mas foi parcialmente iniciado, levando-se em conta o fato de que não é o

desenvolvimento das forças produtivas no abstrato que produz tal ou qual tipo de divisão de trabalho, mas que a forma do processo de trabalho é um produto da luta de classes passada ou presente, porquanto ela transforma as relações de produção.

II. A Luta dos Trabalhadores pelo Domínio Coletivo das Ciências das Técnicas

As transformações que visam a suprimir a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual são de decisiva importância para o desenvolvimento da via socialista. De início, num plano geral, significam que uma das características mais profundas de todas as sociedades divididas em classes, a saber, a separação social da teoria e da prática, está em vias de ser eliminada. No modo de produção capitalista essa separação é especialmente concretizada pela acumulação de conhecimentos teóricos científicos e técnicos, de um lado, e de conhecimentos "práticos" de outro. Os primeiros tomam a forma das ciências e técnicas das quais os cientistas, engenheiros e técnicos são tidos como detentores exclusivos, enquanto que os conhecimentos "práticos" são reduzidos a serem simples detalhes ou simples habilidades manuais mais ou menos rotineiras. Ora, se a constituição sob uma forma *aparentemente* autônoma das ciências e técnicas permitiu um considerável desenvolvimento desses tipos de conhecimentos, sua separação crescente da prática da produção material não produz menos efeitos sociais contraditórios; particularmente, tende a privar os produtores imediatos de conhecimentos que podem enriquecer sua prática da produção e permitir que eles próprios transformem sua prática. Paralelamente, esta separação priva os engenheiros e principalmente os cientistas de conhecimentos práticos úteis. Assim, a afirmação social do primado da prática tem, na China, um alcance considerável;

produz notadamente importantes efeitos sobre o processo de produção de conhecimentos científicos e técnicos cuja autonomia aparente pode também ser cortada pela raiz.

Um dos efeitos da separação entre as ciências e as técnicas e a prática da produção é, contrariamente ao que se poderia acreditar, o conservadorismo da técnica. A ilusão do primado da teoria tende a suscitar uma enorme resistência social às modificações técnicas que podem ser sugeridas pelos trabalhadores, principalmente quando essas mudanças entram em contradição com as idéias admitidas pelos cientistas e técnicos. A Revolução Cultural na China mostrou como anteriormente milhares e milhares de inovações tinham sido bloqueadas pelos técnicos porque não pareciam de acordo com as concepções científicas e técnicas que lhes tinham sido ensinadas.

O primado da teoria aliado às concepções burguesas e à divisão capitalista do trabalho tende assim a tornar "inaceitável" todo procedimento de produção ou mudança técnica que não seja "teoricamente justificada", o que dá margem a que se desenvolva o conservadorismo teórico.

Hoje, na China, as relações entre conhecimentos abstratos, sob sua forma teórica, e a prática da produção, encontram-se em progressiva modificação: os problemas deixam de ser "regulados" apenas em nome da teoria. Vê-se concretamente que, quando o primado da prática é socialmente reconhecido, toda uma série de transformações que não pode ainda ser objeto de uma síntese teórica pode no entanto ser colocada em prática¹², o que acelera as transformações técnicas e faz aparecer um novo tipo de desenvolvimento da técnica. Os grupos de Tripla

¹² Em um domínio completamente diferente, o da medicina, o emprego da acupuntura é um exemplo assombroso da vantagem que pode ter a prática sobre a teoria.

união dirigidos pelos trabalhadores são a base social imediata desse desenvolvimento da técnica e da produção no domínio industrial.

Esses grupos permitiram realizar um número considerável de inovações técnicas. Essas inovações não se aplicam apenas à produção de máquinas novas, mas transformam igualmente as máquinas existentes. Estas não são mais consideradas como coisas acabadas e imutáveis, mas como factíveis de serem transformadas pelos próprios trabalhadores. Desta maneira, a capacidade de produção de antigas máquinas pôde freqüentemente ser multiplicadas duas ou três vezes, isso em decorrência das inovações ou renovações técnicas levadas andiante pelos grupos de Tripla união. Ao nível do potencial econômico, isso permite evidentemente um rápido crescimento da capacidade de produção das máquinas existentes e um desenvolvimento das forças produtivas que exige somente um acúmulo prévio mínimo.

Através da atividade dos grupos de Tripla união, não é apenas a técnica que é transformada, mas a natureza das relações dos trabalhadores com os meios de produção. O desenvolvimento dos grupos de Tripla união inscreve-se num processo de luta de classe.

A "técnica" nunca é "neutra"; ela não está nunca situada "acima" ou "ao lado" da luta de classe. Esta última e as transformações que ela impõe ao processo de produção e às relações de produção determinam, finalmente, o caráter específico das forças produtivas e de seu desenvolvimento.

A transformação socialista dos processos de produção tende assim a fazer desaparecer progressivamente a *separação* social das atividades científicas e técnicas e das atividades diretamente produtoras. No entanto, esta transformação supõe também que, contrariamente ao

que acontece nos países capitalistas, a realização de inovações não esteja subordinada à possibilidade de vender novos produtos ou novos serviços sempre relacionados ao dinheiro principalmente. A China, tendo eliminado esta subordinação, abriu um campo imenso às inovações e, particularmente, às inovações de detalhes e às renovações, ou seja, às transformações técnicas que não levam apenas à fabricação de novas máquinas ou à construção de novas fábricas, mas à transformação e ao aperfeiçoamento de máquinas ou fábricas existentes.

No plano social, assiste-se à integração de atividades científicas e técnicas com atividades de trabalhadores associados, enquanto que a divisão capitalista do trabalho separa essas atividades. Esta integração significa, entre outras coisas, que a concepção de novas técnicas ou novos processos de trabalho não é mais da alçada exclusiva de uma minoria de especialistas, mas sim da grande maioria dos trabalhadores, cujas capacidades podem ser assim plenamente exercitadas.

O que se vê nascer são formas de organização social novas da pesquisa científica e técnica. Essas formas implicam o recurso do que os chineses chamam de *linha de massa*. De fato, cada vez mais são as próprias massas que realizam e colocam em prática as transformações técnicas.

A linha de massa desempenhou e desempenha sempre um papel fundamental nas lutas políticas dirigidas pelo Partido Comunista chinês. Hoje, desempenha também um papel fundamental na luta pela produção e na luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das ciências e técnicas. Presencia-se um acontecimento que tem uma imensa importância histórica, acontecimento esse que constitui provavelmente – se esse termo tem algum sentido – a verdadeira revolução científica e técnica de nossa época.

A magnitude dos resultados obtidos mostra que essa revolução é um dos componentes de liberação das forças produtivas tornada possível pelo socialismo.

3. PARA UM DESENVOLVIMENTO SOCIALISTA DAS FORÇAS PRODUTIVAS

A transformação das condições de desenvolvimento das forças produtivas atualmente em curso na China tem uma significação e uma importância consideráveis. Fez surgir um novo tipo de progresso técnico, um progresso que não tem mais o capital como limite e condição, o que, entre parênteses, reveste de um caráter completamente fantasmático as tentativas dos economistas que pretendem aplicar na China "modelos de desenvolvimento" que foram elaborados para países capitalistas. Esse novo tipo de progresso técnico corresponde ao *desenvolvimento socialista das forças produtivas*.

I. A Acumulação Prévia não é mais o Fator Decisivo

O que mais assombra no desenvolvimento das forças produtivas que se pode observar na China, é que ele *deixou de ser estreitamente subordinado a uma acumulação prévia* precisamente por se assentar num processo de *inovações e renovações de massa*.

No modo de produção capitalista, as transformações técnicas estão estreitamente ligadas a uma acumulação prévia de capital e dominadas por este. Está aí o efeito da dominância do trabalho morto sobre o trabalho vivo, enquanto que, no desenvolvimento socialista das for-

ças produtivas, essa mesma acumulação, ainda que necessária, tende a desempenhar um papel secundário em relação à ação do conjunto de trabalhadores que modificam constantemente os modos de produção.

Nas fábricas visitadas na China, pode-se constatar que o crescimento da produção deixa de depender estritamente do montante de investimentos. Assim, como Marx previra, no desenvolvimento socialista das forças produtivas, *o trabalho vivo é o fator diretamente e imediatamente decisivo e dominante*, enquanto que o trabalho morto é apenas um fator subordinado e secundário.

Isso tem igualmente conseqüências sobre as formas de divisão social na produção e sobre as relações entre as unidades de produção e os ramos industriais. A divisão entre os departamentos I (meios de produção) e II (objetos de consumo) da economia reproduz-se nas condições do socialismo, porém o conteúdo desta divisão é profundamente modificado. O departamento I não tem exclusividade ou maciçamente por função a produção de máquinas novas; presta uma colaboração diversificada, direta e constante no conjunto das unidades de produção a fim de que elas possam transformar seus próprios meios de produção.

Na transformação do tipo de desenvolvimento das forças produtivas, é preciso ressaltar um certo número de outras modificações que se operam atualmente na China. É o caso do desenvolvimento extremamente rápido de pequenas e médias empresas. Isso, que acontece em grande escala, é de uma considerável importância. Também demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas deixa de ser dominado de maneira maciça pela acumulação prévia dos meios de produção.

Um dos aspectos mais espantosos do desenvolvimento das pequenas empresas é constituído pelo surgimento nas cidades das "fábricas de donas-de-casa". Em

seu começo, essas unidades de produção firmam-se graças ao trabalho das mulheres, apenas. Um processo semelhante ocorreu com o desenvolvimento nas comunas populares e nas brigadas de produção de pequenas unidades de produção.

Não se deve considerar esse processo como resultante apenas de uma escolha momentânea; ele está ligado à existência de um novo tipo de organização social, de novas relações de produção.

II. O papel das pequenas e médias empresas

A maior parte daqueles que visitaram a China ficaram surpresos com o extraordinário florescimento, no curso desses últimos anos, de empresas médias e de pequena dimensão. Essas empresas literalmente "brotaram como fungos".

Essas pequenas e médias empresas têm formas jurídicas variadas. Algumas provêm da propriedade coletiva, como por exemplo, as pequenas fábricas criadas pelas brigadas de produção ou pelas comunas populares, ou as oficinas de rua criadas nas cidades e bairros pelas donas-de-casa. Outras têm a forma de propriedade do Estado como, por exemplo, as pequenas fábricas criadas a nível dos distritos.

O desenvolvimento de novas técnicas que não são ligadas às condições da reprodução capitalista desenvolvida, isto é, à *acumulação e à centralização do capital*, tem um efeito direto sobre a multiplicação de pequenas e médias empresas.

No modo de produção capitalista, é com efeito a centralização do capital que impõe ao desenvolvimento da técnica capitalista sua própria forma, precisamente ao concentrar a pesquisa científica e a técnica sobre as *formas de progresso técnico que auferem o máximo de vanta-*

gens ao capital fortemente centralizado, de onde vem o crescimento ininterrupto do que constitui, nas condições do capitalismo, o pretense padrão "ótimo" das empresas como se podem ver pelo aumento do padrão das aciarrias, refinarias, fábricas de produtos químicos, etc., que caracteriza o capitalismo atual.

Na China, onde as leis da reprodução capitalista desenvolvida estão em vias de serem extintas constata-se que o progresso técnico toma uma outra forma e que pequenas unidades de produção modernas podem ser tão eficientes, e mesmo, muitas vezes, mais eficientes que as grandes; por exemplo, os preços de custo podem ser menores, posto que elas exigem menos investimentos por unidade de capacidade de produção. Um exemplo notável é o das pequenas fábricas de adubos azotados, com capacidade de alguns milhares de toneladas, funcionando hoje em dia num grande número de distritos rurais. Essas fábricas utilizam pequenos compressores que, por sua vez, considerada a sua dimensão, podem ser facilmente produzidos nas fábricas rurais.

Um tal desenvolvimento de pequenas e médias empresas corresponde evidentemente a uma orientação política, mas esta só pôde ser levada a cabo com tal amplitude porque correspondia precisamente à existência de novas relações de produção e novas forças produtivas. Na verdade, o que surpreende não é somente a *multiplicação* de pequenas e médias empresas, mas sua *vitalidade*, sua capacidade de *se desenvolver por suas próprias forças*, de passar em alguns anos de uma dimensão mínima (algumas vezes cinco ou seis trabalhadores) para duzentos ou trezentos trabalhadores, e isso, geralmente, sem investimentos do Estado, por meio do auto-crescimento e em grande parte do auto-equipamento; essas empresas, cabe dizer, vendem seus produtos a preços

fixados pelo Estado, logo, sem margem de lucro excessiva.

O exame concreto do desenvolvimento desse tipo de empresa mostra que as condições de seu desenvolvimento apresentam dois aspectos essenciais.

Por um lado, trata-se de condições sociais e políticas novas do progresso técnico já examinadas aqui, e que, graças à iniciativa dos trabalhadores, permitem um crescimento orgânico de pequenas empresas e a transformação progressiva de seus meios de produção.

Por outro lado, trata-se da *cooperação socialista* entre empresas, da ajuda concedida às pequenas e médias empresas pelas empresas maiores e mais antigas, ou seja, por seus operários e técnicos. Esse auxílio é estendido igualmente aos distritos, às brigadas de produção das comunas populares e das donas-de-casa para criar e desenvolver pequenas e médias fábricas e as oficinas de rua.

É isso que tem permitido a orientação para um novo tipo de indústrias rurais, ou seja, a construção de "sistemas industriais elementares" formados a partir de um núcleo industrial de distrito. Assim, cada distrito constituiu ou está em via de constituir um sistema industrial que lhe dá a capacidade de fazer face, por suas próprias forças, às necessidades essenciais do consumo e da reprodução estendida a todo o município, após uma dotação inicial.

O aspecto principal desse processo de desenvolvimento é que cada distrito conta, antes de tudo, com suas próprias forças ao desenvolver sua capacidade de auto-equipamento e autofinanciamento.

Trata-se de um tipo de desenvolvimento especificamente socialista, que se assenta na iniciativa coletiva das massas.

III. Exemplo de desenvolvimento industrial rural. Extinção da secular oposição entre a cidade e o campo.

Quando se visita a China hoje e se vai aos distritos rurais, pode-se constatar o início, embora já *muito visível*, de uma *profunda* mudança na vida rural. A nível de distritos, comunas populares e brigadas de produção, centenas e milhares de pequenas e médias empresas surgiram, fornecendo eletricidade às cidades, fundições, aço, materiais de construção, metais diversos, fios metálicos, instrumentos agrícolas, adubos, têxteis e até diversos produtos químicos e farmacêuticos, assim como produtos de uso diário.

Algumas cifras ilustram o desenvolvimento de um desses sistemas industriais elementares, o do distrito de Tchia-Ting próximo a Xangai.

O distrito de Tchia-Ting conta com dezenove comunas e quatro brigadas. Sua população é de 450 000 habitantes. No momento da libertação, a indústria, no sentido moderno do termo, não existia. Existiam ali algumas fábricas de azeite dispoendo de prensas de madeira, uma fábrica de toalhas cuja tecelagem era feita à mão, e um moínho com mó de pedra.

Em fins de 1956, o distrito conta com 140 fábricas que empregam 7500 operários e empregados, que permitem uma produção cujo valor é de 31 milhões de yuans.

Em 1960, depois do Grande Salto para a frente, o distrito conta com 341 fábricas, empregando 12 500 trabalhadores, e fornecendo uma produção de 42 milhões de yuans.

Em 1971, o distrito conta com 731 empresas, com 20 000 trabalhadores. e sua produção industrial eleva-se a 115 milhões de yuans. Em outras palavras, em menos de 15 anos o valor da produção industrial desse distrito

foi multiplicado quase quatro vezes. E não se trata de uma exceção.

O desenvolvimento de sistemas industriais elementares representa o início de uma ruptura profunda na oposição secular entre as cidades e o campo (cidade-indústria/campo-agricultura). Esta oposição começa atualmente a se extinguir. Essa *extinção da oposição ente cidade e o campo* é um dos aspectos essenciais de edificação socialista. Marx destacou que essa oposição constitui uma das bases materiais de toda uma série de contradições próprias das sociedades mercantis e das sociedades de classe.

Essa extinção se traduz na China por um desenvolvimento industrial rural e por um esforço suplementar para desenvolver a indústria nas grandes cidades, sem aumentar a população, esforço político que consiste, entre outras coisas, em persuadir os trabalhadores dos grandes centros industriais a partir para os centros rurais.

A extrema concentração de população das grandes cidades, como Xangai por exemplo, legado do imperialismo, é considerada como monstruosa, devendo ser reduzida. Assim, anualmente em Xangai, perto de 200 000 jovens deixam as escolas e vão trabalhar fora da cidade; departamentos inteiros ou oficinas são também deslocados; as decisões são tomadas em seguida a um trabalho de discussões coletivas nas fábricas, particularmente para decidir quem vai partir, etc.

A industrialização rural acarreta importantes transformações na natureza das atividades produtivas nas quais os trabalhadores estão engajados. Esta transformação é tornada possível pelo acabamento de uma parcela de grandes investimentos de base na agricultura e pelo desenvolvimento da mecanização e da semi-mecanização agrícolas. Assim, dispõe-se de forças de tra-

balho que podem ser empregadas em atividades industriais.

Dessa maneira, presencia-se ao surgimento de uma *nova repartição espacial de forças produtivas*: estas deixam de ser polarizadas por cidades cada vez maiores, como acontece nos países capitalistas. Na China, a atual industrialização se acompanha, e é sem dúvida a primeira vez no mundo que isso acontece, de um movimento de desurbanização, pelo menos de cidades muito grandes como Xangai, e também em outras como Chenyang, nas quais o movimento cidades/campo atinge centenas e milhares de pessoas. Isto não significa que nas cidades a indústria regreda, muito pelo contrário; mas quer dizer sim que o desenvolvimento industrial é feito ali com base numa população urbana estacionária ou em diminuição, enquanto que a industrialização rural ou de pequenas cidades acompanha-se de um crescimento demográfico.

Os sistemas industriais rurais são relativamente independentes. Entre suas tarefas figura o fornecimento à agricultura de meios de produção que lhes são necessários ao aumento de sua produção, à melhoria das condições de trabalho, etc.

Todas essas mudanças diretamente visíveis são o resultado de um conjunto de transformações nas relações de produção. Foi necessária e alcançada uma revolucionarização ideológica, a penetração nos campos de uma nova concepção proletária do mundo. Para os camponeses, isso significa o fim da representação que eles faziam da dominação das cidades; tomam consciência da possibilidade deles transformarem seu destino por si ou coletivamente, o que leva a uma modificação na própria vida da cidade.

O Grande Salto para frente já tinha desempenhado um importante papel para essa transformação ideológica; contribuiu amplamente na tomada de consciência pe-

las massas camponesas de sua capacidade em dominar os processos de produção industriais.

A industrialização rural necessitou de sérias modificações nas relações entre os organismos centrais de planificação e as diferentes unidades territoriais. Foi deixada uma grande margem de ação às comunas populares e às brigadas de produção, que podem assim melhor dar conta das necessidades das massas camponesas. Uma vez estabelecido um certo número de orientações, principalmente políticas, foi deixada uma ampla liberdade de iniciativa para as pequenas fábricas das comunas populares.

Para que tudo isso seja possível de modo coerente e para que contradições não se desenvolvam entre as regiões e as unidades de produção, é indispensável que as regiões, as unidades de produção, coloquem a política no posto de comando, ou seja, que considerem o interesse do conjunto como prioritário. Isso supõe que cada um se interrogue o mais possível sobre o que é justo a nível do interesse geral, o que implica uma nova atitude das massas frente aos problemas de conjunto, políticos e econômicos.

A política de industrialização rural e de descentralização é eficaz apenas porque se apóia nas relações sociais e nas forças produtivas que lhe permitem se inserir no real. Isso se opõe inteiramente ao "voluntarismo" e ao "subjetivismo" de que alguns acusam facilmente os dirigentes chineses. Nada é mais falso que essas acusações. Pelo contrário, é surpreendente o extraordinário realismo de uma política que não exclui evidentemente nem a imaginação nem as iniciativas audaciosas.

IV

A REVOLUCIONARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

A experiência histórica da União Soviética e da China obriga a indagar sobre os efeitos sociais dos diferentes "métodos de gestão". Estes correspondem na verdade a condições sociais de emprego dos meios de produção e de repartições de tarefas. Conforme a forma social da gestão, os que determinam a utilização dos meios de produção, a repartição das tarefas e a natureza da produção constituem ora uma minoria afastada da produção material e auferindo um poder econômico e político, ora uma maioria, a dos produtores imediatos. O que está em questão são portanto as relações de produção e as relações de classe.

Não obstante, as relações de produção que se reproduzem no interior de uma fábrica estão fundamentalmente ligadas à natureza das relações sociais que se reproduzem no conjunto da formação social e à luta de classes em escala da sociedade inteira. Assim, a transformação socialista das relações de produção resulta sempre da luta de classes e, antes de tudo, da luta ideológica e política de classes encetada a nível da formação social.

Na combinação forças produtivas-relações de produção, essas últimas desempenham a função dominante ao impor às forças produtivas as condições de sua reprodução. Inversamente, o desenvolvimento das forças produtivas não determina jamais diretamente a transformação das relações de produção; esta transformação se pro-

cessa sempre pela intervenção das classes existentes, isto é, pela luta de classes. A luta pela transformação social de relações de produção não seria conduzida em nome do “desenvolvimento das forças produtivas”, porque as formas desse desenvolvimento estão ligadas às relações de classes e são determinadas pelos interesses de classe, representações, aspirações e idéias que são aquelas das classes existentes. Marx insiste mais de uma vez sobre esse ponto, particularmente quando acentua que é preciso distinguir entre a mudança na base econômica e a alteração da superestrutura, e quando acrescenta que é através da superestrutura jurídica e política, “à qual correspondem as formas de consciência sociais determinadas”, que os homens se engajam na luta e – levam-na até o fim.¹

Posto que a transformação das relações de produção depende da luta de classes, disso resulta que, mesmo quando se der fim à dominação política da burguesia, as relações de produção capitalista podem continuar a se reproduzir, pois sua existência está inscrita num processo de produção que não é imediatamente transformado. Antes que um novo sistema de relações sociais seja inteiramente desenvolvido e que um novo modo de produção esteja inteiramente instaurado, a formação social passa necessariamente por um período de transição. Ao longo desse período, o conjunto de relações sociais deve ser revolucionarizado.

A novidade e a complexidade do socialismo, que é uma transição do capitalismo para o comunismo, tem sua própria natureza: a de ser uma passagem, sem precedente na história, de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes.

1. Cf. o prefácio à “Critique de l'économie politique”, em “Contribution à la critique de l'économie politique”, Editions Sociales, 1957, p. 4 e 5.

Ao longo da transição socialista, as novas relações de produção não são ainda plenamente dominantes; de acordo com uma fórmula freqüentemente utilizada na China, elas são ainda “imperfeitas”. São relações de produção comunistas em germinação e seu desenvolvimento se choca com a existência de relações mercantis e relações capitalistas.

O caráter inevitável desta “imperfeição” fora enfatizado por Marx quando declarou que, “sob todas as relações, econômicas, morais, intelectuais, (a sociedade socialista) traz ainda os estigmas da antiga sociedade de cujos flancos ela se originou”. Mao Tsé-tung acentuou esta idéia mais de uma vez, notadamente quando declara em 1957: “O novo regime social acaba de se estabelecer e necessita de certo tempo para que seja consolidado. Não vamos acreditar que esteja perfeitamente consolidado; isso é impossível. Só pode ser consolidado progressivamente. Para que o seja definitivamente, é preciso realizar a industrialização socialista do país, perseguir com perseverança a revolução socialista na frente econômica, e, além disso, concentrar nas frentes política e ideológica esforços árduos e constantes em prol da revolução e da educação socialistas. Por outro lado, é necessário que diferentes condições internacionais contribuam para isso².”

O desenvolvimento incompleto ou imperfeito de relações de produção socialistas tem por contrapartida a reprodução parcial, mesmo sob a ditadura do proletariado, de antigas relações de produção; estas só podem desaparecer, isto é, ser destruídas, na medida em que forem completamente substituídas por relações socialistas.

2. Cf. a intervenção na Conferência Nacional do Partido Comunista Chinês sobre o trabalho de propaganda, 12 de março de 1957, citado em “Citações do presidente Mao Tsé-tung”, Pequim 1966, p. 31.

Lênin já tinha mostrado claramente esta especificidade do socialismo: "Teoricamente, não há dúvida de que um certo período de transição se situa entre o capitalismo e o comunismo. Deve forçosamente reunir os traços ou particularidades próprias a essas duas estruturas econômicas da sociedade. Este período transitório não pode deixar de constituir uma fase de luta entre a agonia do capitalismo e o nascimento do comunismo, ou, em outros termos, entre o capitalismo derrotado mas não aniquilado, e o comunismo já nascido porém ainda muito débil".³

O caráter "imperfeito" do socialismo, transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção comunista, constitui uma das bases objetivas da luta entre as duas vias.

Surgiu uma grande confusão sobre esta questão ao longo dos anos 30 na U.R.S.S., onde se considerava a construção do socialismo como "acabada". Em decorrência disso, o socialismo não era mais pensado como uma transição, mas como um modo de produção estabilizado⁴, cuja transformação ulterior não estaria ligada à luta de classes, mas dependendo do processo de reprodução excessiva de relações existentes. Ora, durante a transição socialista as classes continuam a existir, e a transformação do processo social de produção continua a depender da luta de classe, principalmente da luta ideológica de classe: trata-se de destruir as relações sociais capitalistas. Para tanto, cumpre fazer passar as relações capitalistas que subsistem, de uma posição dominante para uma posição dominada, e isso em toda a formação social e em todos os níveis.

3. Lênin, Obras completas, t. 30, p. 103.

4. Cf. o "Manual de economia política da Academia de Ciências da URSS" e os textos de Stalin de 1936.

A substituição do aspecto principal entre as relações sociais capitalistas e as relações sociais comunistas efetua-se de maneira desigual. A instauração da ditadura do proletariado leva a um deslocamento do aspecto principal da contradição em favor do proletariado no plano político e parcialmente no plano ideológico; contudo, numa primeira fase, enquanto não domina no seio de cada unidade de produção, esse deslocamento não se efetua, ou efetua-se apenas parcialmente na base econômica, ou seja, a nível de relações de produção.

A reprodução parcial de antigas relações de produção que se manifesta particularmente sob a forma de uma "gestão" capitalista de empresas industriais, constitui precisamente uma das bases objetivas da existência da burguesia.

A luta ideológica e política de classe pretendida durante toda a transição repousa ao mesmo tempo sobre esta base objetiva e sobre a reprodução, através dos aparelhos ideológicos e políticos, de relações sociais burguesas. É unicamente a luta do proletariado nas frentes política e ideológica que permite destruir as antigas relações sociais capitalistas, inclusive as relações de produção, e desenvolver, portanto, plenamente as relações de produção socialistas. O avanço para a via socialista depende da luta do proletariado, não sendo, jamais, o produto direto do simples "desenvolvimento das forças produtivas".

É por isso que a transição passa por *etapas* escondidas pela luta ideológica e política de classe. É esta luta que determina a via pela qual evolui cada formação social em transição para o socialismo.

A maneira pela qual se desenvolve a luta de classe sob a ditadura do proletariado depende principalmente da linha política seguida pelo partido dirigente. É esta linha, na verdade, que permite concentrar mais ou menos

efetivamente as justas idéias das massas e assim lhe oferecer a possibilidade de tirar as lições de sua própria existência e da história passada das lutas proletárias.

É também a linha política que constitui o fator dominante que permite rejeitar mais ou menos completamente as formas de gestão capitalistas. A transformação da gestão de empresas é uma coisa inteiramente diferente de uma simples modificação nas "técnicas de gestão". Concerne às próprias *relações de produção*, que se sabe que só podem ser revolucionarizadas mediante a luta de classes. São as diferentes etapas desta luta que, quando o proletariado toma a iniciativa, conduzem à apropriação pelas massas da ideologia proletária e à efetiva apropriação social dos meios de produção.

A apropriação social dos meios de produção, ou seja, a dominação real exercida coletivamente sobre esses últimos pelos produtores imediatos, implica que a *unidade* da classe operária tenha sobrepujado a *divisão* e que, em consequência, a *unidade* dos produtores imediatos com seus meios de produção domina sobre a separação ⁵.

O modo de produção capitalista anima as formações sociais nos seio das quais desenvolve-se uma transformação do processo de trabalho. Um dos aspectos desta transformação é o maquinismo; com este aparece o trabalhador coletivo. A antiga relação individual do trabalhador com sua ferramenta de trabalho desapareceu, e os trabalhadores inseridos nas relações de produção capitalista e dominados por elas intervêm coletivamente frente às máquinas, estando divididos hierarquicamente e organizados em unidades de produção separadas.

O conceito de "trabalhador coletivo" deve distinguir-se do de "trabalhador associado"; este conceito designa o que Marx chama os trabalhadores "livremente associados" participando de relações fundamentalmente diferentes daquelas que os submetem ao capital. Aqui intervém o desaparecimento da divisão burguesa do trabalho, já que o "trabalhador associado" plenamente desenvolvido supõe o fim da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre trabalho de direção e trabalho de execução, entre cidade e campo, entre "unidades de produção" organicamente separadas. Através da Revolução cultural proletária observa-se o começo da destruição do antigo trabalhador coletivo, e o nascimento do trabalhador associado, isto é, o nascimento de um *trabalho unido* na escala social.

Enquanto um grau suficiente de unidade não tiver sido atingido, os produtores imediatos não podem exercer em ampla escala sua dominação social direta; só podem exercer sua dominação por intermédio do partido proletário dirigente, instrumento da unidade ideológica e política da classe operária e das massas populares, e, portanto, instrumento necessário à ditadura do proletariado. Esse partido só pode ser o instrumento da ditadura do proletariado sob a condição de ser ele mesmo portador da ideologia proletária e de assegurar a apropriação progressiva desta ideologia pelas massas, através de uma prática social que pode se desenvolver unicamente na medida em que o partido não é exterior às massas, mas entretém com elas uma *relação de interioridade*.

O fato de que a classe operária e as massas populares sustentem a ação do Partido do proletariado não significa, no entanto, necessariamente, que a ideologia proletária tenha sido apropriada pelas massas e que a ideologia burguesa tenha deixado de exercer sobre elas uma influência dominante a nível de sua prática efetiva, notadamente a nível da luta pela produção. Ora, enquanto esta influência dominante não for quebrada, a classe operária e as massas populares continuam divididas, e podem ser induzidas a dar o primado a interesses parciais ou individuais em detrimento de interesses do conjunto da revolução. Até um certo ponto, foi essa a situação na China popular nos anos seguintes à libertação, o que explica que Mao Tsé-tung tenha escrito então:

"Nos organismos econômicos e financeiros, a falta de unidade, o espírito de "independência", a autonomia e outros fenômenos deploráveis devem ser eliminados em favor de um sistema de trabalho unificado, maneável, que

garanta a aplicação integral de nossa política e de nossos regulamentos⁶”

Ao longo da Revolução Cultural, foi franqueada uma etapa muito importante em prol da apropriação pelos trabalhadores da ideologia proletária. Isso ensejou a possibilidade de desenvolver uma atividade de massa relativamente unificada. A linha política adotada pelo P.C.C. permitiu assim unificar, num grau nunca antes alcançado, os pontos de vista, as medidas políticas, os planos, a condução e a ação. Em consequência disso, cada empresa leva em consideração, muito mais que antes, os interesses do conjunto do país antes dos seus próprios.

Se a revolucionarização ideológica, no sentido de uma crescente apropriação pelas massas da ideologia proletária, é uma das condições da revolucionarização das relações de produção, é precisamente por isso que o socialismo só pode se desenvolver mediante a *apropriação social dos meios de produção*. Esta última, na verdade, se assenta necessariamente sobre um processo realmente coletivo de apropriação da natureza e das forças produtivas, logo sobre uma *ação coletiva real*. Um tal processo coletivo de apropriação efetuando-se em escala social só pode desenvolver-se plenamente com base na *unidade real* dos produtos imediatos, na sua unidade de ação e confecção, na sua unidade em relação aos objetivos a atingir e em relação aos meios para torná-los efetivos. Uma tal unidade real não pode ser imposta de fora aos produtores imediatos; é necessariamente uma unidade de práticas, de idéias e de representações, uma unidade política e ideológica. Esta unidade implica o primado dos interesses coletivos sobre os interesses individuais ou particulares. En-

quanto não for assim, a apropriação social dos meios de produção e dos produtos continua imperfeita, e portanto, em parte, *formal*.

Engels já destacara esse fato quando indicava que a propriedade do Estado dos meios de produção não é mais que o *modo formal* de resolver a contradição entre o caráter social das forças produtivas e o caráter privado da apropriação. A propriedade do Estado dos meios de produção, mesmo quando o Estado é o da ditadura do proletariado, não é ainda uma apropriação social real; designa uma relação jurídica e não uma transformação do conjunto das relações de produção.

Como disse Engels, o Estado tornado proprietário dos meios de produção se apropria deles “em nome da sociedade”, o que indica claramente que não se trata ainda de uma apropriação social (de uma apropriação “pela sociedade”). Isso implica igualmente que os produtores imediatos não se apropriam ainda direta e coletivamente dos meios de produção. Efetivamente o Estado só existe por sua separação dos produtores imediatos; é por isso que a unidade completa dos meios de produção e dos produtores imediatos exige o desaparecimento do Estado. E sabe-se que isso só é possível mediante um longo processo histórico.

A supressão da propriedade jurídica privada dos meios de produção e a execução de um plano econômico são condições necessárias mas não suficientes para uma apropriação social efetiva dos meios de produção. Esta última exige uma transformação radical do processo social de produção, transformação que não se pode impor aos produtores imediatos, mas que deve ser o resultado de uma ação coletiva *unificada*. Esta unidade só é possível se as massas rejeitarem as ideologias não proletárias que as dividem e permitem a reprodução de relações de exploração.

6. Citado em *Pekin-informa* de 20 de abril de 1970, p. 9.

A Revolução Cultural proletária constitui uma das formas da luta de classes que permite a apropriação da ideologia proletária pelas massas, mas é apenas uma etapa num processo de apropriação mais amplo que corresponde a uma *exigência objetiva* da edificação do socialismo. Enquanto essa exigência não for satisfeita, ou mesmo que o seja parcialmente, ainda subsistirão concepções provenientes da ideologia das classes exploradoras. Essas concepções acarretam a divisão dos trabalhadores e sua subordinação a relações de exploração. Elas, portanto, permitem igualmente a reprodução dessas relações e a apropriação privada dos meios de produção e dos produtos por uma classe de exploradores. Esta possibilidade subsiste qualquer que seja a *forma jurídica* que revista a apropriação privada: esta *forma* pode ser a de uma "propriedade de Estado" ou de uma "propriedade coletiva" (essas formas são as que *dissimulam melhor* as relações de exploração, pois *representam* a apropriação privada sob a forma de seu contrário).

Se a apropriação da ideologia proletária pelas massas é essencial, é porque essa ideologia permite às massas populares a possibilidade de unificarem-se ao efetuar a análise das contradições e resolverem assim essas contradições através da luta de classe. A apropriação da ideologia proletária pelos produtores diretos lhes permite compreender que o processo social de produção não é uma simples "justaposição" de "atos individuais", mas uma atividade coletiva que, para ser dominada, deve ser tratada como tal.

Enquanto o processo social de produção não pode ser tratado como um processo único pelos produtores imediatos, é *dividido* em processos elementares mais ou menos *separados*; a unidade do processo social se encontra então garantida pela intervenção de agentes exteriores à produção que, por serem pelo menos mantidos sob a di-

reção política do proletariado graças à ditadura do proletariado, constituem uma classe dominante e exploradora. As relações através das quais se efetua a unidade dos processos de produção consideradas como "necessárias", a ideologia da classe que domina o processo social de produção representa este último como uma simples soma de processos individuais ou particulares que só podem ser levados a cabo, coordenados e "aperfeiçoados" mediante a intervenção de agentes privilegiados, colocados acima dos produtores imediatos. A ideologia burguesa assim como a ideologia das outras classes comportam assim uma "justificação" ilusória para modos de produção que implicam uma divisão social fundamental: a divisão em classes. Além do mais, esta ideologia, ao produzir a ilusão de que os explorados poderiam se "libertar" quer individualmente, quer por ações isoladas, leva a uma divisão no próprio seio da classe dominada, o que permite a manutenção da exploração pela classe dominante e a reprodução de condições sociais e materiais indispensáveis a esta exploração.

Por outro lado, se a política proletária não está no posto de comando na gestão de empresas, estas são *divididas entre si*, da mesma maneira que os produtores imediatos são *divididos entre si*. Daí então o que domina, ora são as relações mercantis e monetárias, ora um plano de produção imposto do exterior aos produtores imediatos. No primeiro caso, é o lucro que está no posto de comando, no segundo caso, é a produção. Na verdade, nos dois casos, a atividade dos produtores imediatos está submetida a interesses particulares e não aos interesses do conjunto da revolução.

Quando a política proletária não está no posto de comando, cada empresa tende, de fato – quer seja para obter um lucro maior ou para fazer funcionar "seu pla-

no" -, a colocar seu próprio interesse antes do interesse do conjunto. As empresas, em lugar de *cooperarem* realmente entre si e cumprirem eventualmente as tarefas mais difíceis ou menos "lucrativas", se empenham, cada uma delas, em conseguir o plano mais fácil ou os encargos mais "rendosos". Para deter tal ou qual encargo, este ou aquele plano, para obter mais facilidades de produção ou para fazer passar uma produção de fraca qualidade para uma produção aceitável, recorrem a intrigas. Simultaneamente, os trabalhadores, em lugar de efetivar a revolucionarização das relações de produção, são convocados a produzir ao máximo em nome de seu interesse pessoal, os estimulantes materiais ocupam um lugar preponderante, e sua repartição demanda controle, vigilância, organização hierárquica. Esta última assegura a reprodução de relações capitalistas no seio das empresas, ao fazer retroceder a ideologia proletária. O dinheiro é então o fator que domina a produção e o próprio plano.

Em tais condições, a iniciativa das massas e seu entusiasmo só podem se desenvolver, e a produção aumentar, graças à *acumulação* de meios de produção suplementares e a transformações técnicas vindas de cima. A acumulação, motor da reprodução ampliada capitalista, domina então o desenvolvimento socialista das forças produtivas. O lugar ocupado pela acumulação dá ao plano econômico um conteúdo específico: este deve considerar como *predominante* as exigências de formação de um excedente da produção sobre o consumo das massas, e as necessidades destas são negligenciadas; isso só pode reduzir as iniciativas dos produtores imediatos e sua vontade de trabalhar. Nessa condições, a efetivação do plano deve igualmente ser imposta aos produtores mediante o desenvolvimento de um sistema de recompensas materiais individuais e de um sistema de repressão. A existência de um tal sistema permite a uma classe estranha aos produtores di-

retos restabelecer ou estender sua dominação sobre os trabalhadores e logo, também, explorá-los.

É preciso destacar que, contrariamente ao que afirma a ideologia revisionista, não é possível conseguir, mediante a procura do lucro, resultados "análogos" aos que são obtidos quando se dá o primado à política proletária. A nível ideológico, a procura de lucros e o primado de interesses individuais e particulares não é conciliável com a ideologia proletária. A nível político, a predominância do interesse individual acarreta necessariamente o reforço do controle, da desconfiança e da repressão. A nível econômico, há sempre contradição entre os interesses particulares e os interesses do conjunto de trabalhadores e da revolução.

É uma ilusão "economicista" (análoga à do "liberalismo") acreditar que possa existir um "sistema" capaz de fazer coincidir em todos os pontos e a todos os momentos a busca do interesse individual com as exigências da satisfação de interesses de conjunto. Constantemente ocorrem casos em que o que é mais "satisfatório" para uma empresa particular não o é para o conjunto dos trabalhadores, para a revolucionarização das relações de produção e para a revolução mundial. Constantemente há casos em que o sacrifício consentido por um indivíduo ou uma empresa é o único meio de satisfazer os interesses do conjunto. Como dizem os chineses: "Nós não devemos esquecer que nós mesmos e nossa empresa somos apenas uma parte de um conjunto, ainda que devamos sempre procura-la, ao cumprir nossa tarefa particular, fazê-la levando em conta o conjunto."

Quando dão prioridade à política proletária, os trabalhadores chineses transformam as empresas, que não se tornam então apenas em simples "unidades de produção"; tornam-se *unidades políticas* ligadas umas às ou-

tras, lugares onde se exerce o *poder* dos produtores, e *unidades ideológicas*. Tanto é assim que Mao Tsé-tung pode dizer que, quando o primado é dado à política proletária, "a gestão faz parte do movimento de educação socialista"⁷

Colocar no posto de comando a política proletária é, portanto, necessário para a gestão socialista das empresas, para o desenvolvimento das forças produtivas socialistas, para o desenvolvimento do espírito de luta e para a transformação socialista dos produtores.

A Revolução Cultural Proletária representa uma etapa muito importante e sem precedentes em prol do desenvolvimento socialista, mas é apenas uma etapa. A luta de classe está longe de estar acabada, e a luta entre as duas linhas continua. Também as atividades de crítica são sempre e constantemente necessárias, assim como as campanhas de retificação do estilo de trabalho de novos organismos. Sem essas críticas e essas campanhas não se poderia evitar o risco de ver essas organizações ou alguns de seus membros afastarem-se da via socialista.

Como Mao Tsé-tung destacou, várias revoluções culturais serão necessárias:

"A grande Revolução Cultural é somente a primeira no gênero. No futuro, tais revoluções acontecerão inevitavelmente numerosas vezes. O resultado da revolução – o que será afinal decisivo – requer um período histórico muito longo para ser definido. Se não a conduzirmos com sucesso, a qualquer momento será possível a restauração do capitalismo." (Citação publicada em agosto de 1967.)

POSFÁCIO I

7. Citado em *Pekin-informa* de 20 de abril de 1970, p. 10.

Ao reler as páginas que precedem, percebi que talvez elas não esclareçam muito nitidamente que as transformações nas relações sociais acarretadas pela Revolução Cultural são o produto não de uma “ação espontânea” das massas (segundo os pontos de vista imaginários da “ideologia espontaneísta”), mas sim da ação das massas com o auxílio das orientações políticas da linha revolucionária de Mao Tsé-tung e pela atividade de partidários desta linha, operários, camponeses, quadros, etc.

Na verdade, apenas essa orientação e essa atividade permitiram concentrar as justas iniciativas dos trabalhadores, e ofereceram às massas populares chinesas a possibilidade de unificar suas lutas e determinar os objetivos a que essas lutas deviam visar e alcançar para triunfar sobre a linha burguesa, que tende a manter aquilo que nas relações sociais criam obstáculos para o encaminhamento da China na via para o socialismo.

Se não mostra claramente o papel ativo da linha revolucionária, e se não fornece um mínimo de indicações históricas relativas às condições em que esta linha se confrontou com a linha burguesa, o texto poderia levar a acreditar, erradamente, que as transformações sociais descritas e discutidas são o produto “assegurado” do amadurecimento apenas de condições objetivas. Uma tal maneira de ver dificilmente tornaria compreensíveis a amplitude e a complexidade das lutas que as massas chine-

sas tiveram que travar contra a linha burguesa, tanto sob seu aspecto revisionista quanto sob sua forma "extrema-esquerda".

Para melhor compreender a natureza das lutas que ocorreram durante a Revolução Cultural, não se deve esquecer que se as contradições que esta última permitiu resolver, - fazendo assim com que a China avançasse no caminho do socialismo - eram certamente contradições objetivas, a Revolução Cultural só se consolidou, pelo menos efetivamente, graças ao apelo dirigido pelo Comitê Central do P.C.C. às massas chinesas, e só é aprofundada em função da apropriação pelas massas chinesas das idéias revolucionárias do marxismo.

É preciso lembrar também que a aplicação da linha revolucionária deparou-se com a presença de idéias burguesas e pequeno-burguesas dentro das próprias massas. Na verdade, se essas idéias não estivessem presentes na massa, a linha burguesa só teria podido mobilizar o pequeno número daqueles que tirariam vantagens de sua vitória, o que não representa certamente mais que uma ínfima minoria.

A Revolução Cultural deve portanto ser compreendida como um momento da luta entre a linha proletária do P.C.C. e a linha burguesa. Esse momento tem suas particularidades, porém a luta, esta, continua: ela existia antes da Revolução Cultural e está destinada a durar tanto quanto durem a burguesia e as idéias burguesas e, portanto, enquanto a burguesia e o proletariado continuem a se defrontar.

1. Especialmente sob a forma de decisão do Comitê Central do Partido Comunista Chinês "sobre a grande Revolução cultural proletária", adotada a 8 de agosto de 1966, e o comunicado da XIª sessão plenária do Comitê Central, adotado em 12 de agosto de 1966.

Para melhor compreender o que precede, cumpre lembrar um certo número de pontos decisivos.

Se o proletariado e a burguesia continuam a existir sob a ditadura do proletariado, é porque as relações capitalistas (sobre as quais repousa a existência objetiva da burguesia e do proletariado) não desapareceram pura e simplesmente com a revolução do proletariado, nem mesmo com a predominância das formas socialistas de propriedade. Em consequência da existência dessas relações capitalistas, os trabalhadores continuam a estar parcialmente separados dos meios de produção, e uma minoria tem ainda a possibilidade de determinar a utilização desses últimos. O objetivo fundamental da linha do proletariado é exatamente fazer desaparecerem as relações capitalistas e, com elas, as classes nas quais essas relações se fundamentam. Este objetivo só pode ser alcançado pela transformação revolucionária do conjunto de relações sociais: relações de produção e relações políticas e ideológicas.

O objetivo fundamental da linha burguesa é a conservação de diferenças de classe, pela conservação e, se possível, pelo desenvolvimento das relações capitalistas. Este objetivo é o resultado para o qual tende a ação da linha burguesa, mesmo que não corresponda necessariamente ao que "pensam" os seguidores dessa linha, muito especialmente quando entre esses últimos se encontram simples trabalhadores.

Em decorrência das características das relações de classe e da luta de classe que essas relações determinam, a linha burguesa se apresenta sob dois aspectos aparentemente antagônicos:

- um aspecto cujo caráter conservador é relativamente visível. Os partidários deste aspecto da linha burguesa podem apregoar, por exemplo, "o adiamento" de toda nova transformação de relações sociais até que "as

forças produtivas estejam suficientemente desenvolvidas"; enquanto se aguarda esse momento, eles proclamam a necessidade da "eficácia econômica" e, em nome dela, de um certo tipo de disciplina. Na China, esse aspecto da linha burguesa correspondeu à linha de Liu Chao-chi. Esta forma de linha burguesa já foi objeto de numerosas análises, inclusive na França, por exemplo, no já citado livro de Jean Daubier, *Histoire de la Révolution culturelle prolétarienne en Chine*, e eu não retomaria portanto essa análise aqui.

- o outro aspecto da linha burguesa se apresenta exteriormente sob a forma de seu "contrário", ainda que seu caráter realmente conservador seja relativamente dissimulado e que apenas uma análise atenta de suas palavras de ordem e de suas práticas permitam fazer com que se mostre seu verdadeiro caráter de classe. Este segundo aspecto da linha burguesa que corresponde à linha "extrema-esquerda" se manifestou ativamente durante a Revolução Cultural. O presente posfácio dedica-se antes de tudo a fornecer algumas indicações referentes à ação desta linha cuja intervenção causou tanta confusão. Estas indicações são tanto mais necessárias porquanto até hoje a intervenção da "extrema-esquerda" não foi objeto, na França, de uma análise sistemática (esse posfácio não pretende, por outro lado, de maneira alguma, fazer semelhante análise, mas apenas assinalar alguns fatos e algumas reflexões).

A linha "extrema-esquerda" teve antes de tudo dois tipos de palavra de ordem.

Por um lado, procurou impor medidas que não correspondiam às exigências e às possibilidades do momento (visando dessa maneira tratar como contradição principal o que é contradição secundária); eis aí uma fonte de divisão dos trabalhadores, aos quais são propostos objetivos que não podem ser atingidos no momento.

Por outro lado, e acima de tudo, lançou palavras de ordem pequeno-burguesas, isto é, palavras de ordem que correspondem à ideologia burguesa sob a forma que ela se reveste quando diante das massas populares. Essas palavras de ordem criam obstáculos às transformações sociais possíveis, propondo às massas populares objetivos que não tomam o sentido de uma real transformação das relações sociais e que apresentam uma aparência "radical". A longo prazo, tendem a desarmar, desencorajar e dividir as massas populares².

Para compreender como se manifestou a linha burguesa sob sua forma "extrema-esquerda" durante a Revolução Cultural - que é precisamente um dos objetivos deste posfácio - é preciso lembrar brevemente algumas medidas e formas de ação preconizadas por esta linha, a fim de compará-las com as palavras de ordem e com a ação da linha proletária.

I. Lutas Ideológicas de Classe ou Lutas Pessoais

Enquanto a linha proletária dava ênfase à luta ideológica de classe que permite às massas populares apropriarem-se das idéias e das análises do marxismo-leninismo, e que permite àqueles que são criticados compreender seus erros e geralmente retificá-los, a linha "extrema-esquerda" fazia ataques os mais pessoais possíveis, recorrendo a sessões de humilhação³ e até a violências físicas.

2 A ação da "extrema-esquerda" tendeu a quebrar a unidade revolucionária das massas em muitas outras questões além das abordadas aqui; por exemplo, tentando impor aos membros de algumas comunas populares, que não estavam dispostos a isso, o abandono de toda a remuneração pelo trabalho realizado, ou o abandono imediato e total da parcela de terra e da criação de gado individuais.

3 Em 1967, especialmente a 27 de julho, no Instituto de Siderurgia de Xangai, fui testemunha de semelhante cena de humilhação. Pensei então que se tratava de um

Nas condições que são as da China, a substituição da luta ideológica de classe por ataques pessoais, sessões de humilhação e violência física, é uma característica de uma linha burguesa. Enquanto a crítica das falsas idéias ajuda as massas populares a compreenderem cada vez mais claramente o que é justo e o que é falso (ou seja o que corresponde aos interesses da revolução e o que os prejudica), os ataques pessoais não cumprem de nenhuma maneira essa função essencial; tais ataques não ajudam aos que têm que retificar seus erros, desencorajam-nos; em particular, quando se procuram apresentar como erros políticos graves simples erros administrativos secundários ou mesmo atos que não têm nada de errôneo ⁴.

Os ataques pessoais tendem principalmente a desviar a atenção das massas para fatos que não são essenciais (o passado desta ou daquela pessoa), e a desviar sua atenção do que é fundamental: as idéias falsas ou justas, e a origem destas, ou seja, as relações sociais e as práticas sociais nas quais essas idéias se enraízam e as quais é preciso transformar. Eis um ponto que retomarei mais adiante. A substituição dos ataques pessoais pela luta ideológica de classe, posto que corresponde a uma prática burguesa e pequeno-burguesa, visa a fins políticos precisos. Ao privilegiar tais práticas, a "extrema-esquerda" buscava atingir dois fins complementares: de um lado, substituir os qua-

ato isolado que não tinha implicações políticas. Em 1971 solicitei visitar de novo esse Instituto e soube que as sessões humilhantes tinham sido a constante dos partidários da "extrema-esquerda", que foram numerosas e que finalmente haviam conduzido ao exercício da violência física. O trabalho desse Instituto foi praticamente paralisado durante alguns meses, e só pôde ser reiniciado depois da expulsão do cabeça da "extrema-esquerda" no Instituto; por outro lado, este não era um operário, mas um intelectual.

4 Encontra-se na revista "Vento dell' Est", nº 26, numerosas indicações sobre a ação exercida pelos partidários da linha "extrema-esquerdista" e sobre as consequências desta ação, tanto nas fábricas como nas universidades (sobre este último, ver, por exemplo, p. 35 e sgs).

ros revolucionários experimentados e devotados por seus próprios homens; de outro, não transformar as relações sociais existentes, buscando persuadir as massas de que é mais importante substituir uma pessoa por outra do que revolucionarizar as relações sociais existentes ⁵.

Ao longo de 1967 a "extrema-esquerda" preconizou abertamente a "luta até as últimas consequências", no estilo de "colocar Peng diante das massas", "liquidar os cães raivosos que se debatem" ⁶. Vê-se assim mais claramente que para a "extrema-esquerda" não se trata de combater pela transformação das relações sociais, mas de dar às lutas um conteúdo essencialmente pessoal.

Na segunda metade de 1967, os partidários da linha revolucionária insistem com vigor cada vez maior sobre a necessidade de conduzir simultaneamente uma dupla ação, a saber, por um lado "jogar o descrédito total" sobre o "pequeno número de responsáveis do Partido engajados na via capitalista" e, por outro lado, "fazer chegar em cada estabelecimento a tarefa de combate-crítica-reforma" ⁷; ou seja, lutar pela transformação das relações sociais. A "extrema-esquerda", pelo contrário, continua a falar apenas de críticas e condenações ⁸, o que lhe per-

5 Ao desenvolver os ataques pessoais a "extrema-esquerda" recorreu em grande escala ao método das "biografias", que consiste em procurar o máximo de informes e detalhes acerca do passado de cada membro do Partido. Assim, a "extrema-esquerda" desviava a atenção das massas da análise das idéias e das práticas que elas, efetivamente, podiam observar, e por esse meio buscava substituir os esforços de análises pela expectativa das "revelações" que pudessem conter tal ou qual "dossiê oculto".

6 Cf. *Pekin-Inforna*, nº 35, 1967.

7 Cf. *Pekin-Inforna*, nº 43, 1967.

8 Esta orientação da linha "extrema-esquerdista" continua a se afirmar em 1968, por exemplo, no artigo publicado na China e trazido por *Pekin-Inforna* (nº 37, 1968, p. 5), no qual se acentuam essencialmente os "ataques violentos", as lutas "sem quartel" para desmascarar todos os contra-revolucionários e não para transformar as relações sociais.

mite passar sob silêncio a necessidade de revolucionarizar as relações sociais.

Conforme a expressão de um dos membros do Comitê Revolucionário do Instituto Siderúrgico de Shangai, que entrevistei em agosto de 1971 sobre a "extrema-esquerda" ..

"Em lugar da luta-crítica-reforma, eles (os partidários da "extrema-esquerda") queriam a luta-crítica, não queriam reformar o Instituto, mas abandoná-lo. Queriam abandonar os velhos intelectuais em vez de auxiliá-los a reformular as idéias que tinham. Os "extrema-esquerdas" não compreendiam que um se divide em dois, logo, que os antigos intelectuais tinham também conhecimentos que podiam ser úteis ao socialismo. Nós lutávamos contra essas tendências errôneas".

As orientações dadas pela linha proletária de Mao Tsé-tung, orientações conformes à prática revolucionária do P.C.C. há dezenas de anos, são evidentemente outras; colocam o problema da "reforma", ou seja, da transformação das relações sociais, particularmente da transformação da gestão de unidades de produção industrial (de acordo com os princípios enumerados na Carta Anchan), e o problema da reeducação dos quadros que estão em erro e dos intelectuais. Assim, em setembro de 1968, é publicada a seguinte diretiva de Mao Tsé-tung:

9 Notas tomadas durante a viagem que fiz à China no verão de 1971. No curso da mesma entrevista, que se realizou em 7 de setembro de 1971, foi indicado que a "extrema-esquerda" deformara a luta contra o continuísmo e o servilismo ante o estrangeiro, ao afirmar que era inútil ler as publicações e os livros estrangeiros, quando a formulação da linha revolucionária era "assimilar de maneira crítica o antigo e o estrangeiro para colocá-los a serviço do novo e do chinês". Em síntese, a campanha da "extrema-esquerda" contra o estudo da experiência estrangeira era alimentada pelas tendências chovinistas próprias da burguesia e da pequena-burguesia.

"Um problema aqui se coloca: devemos dar especial atenção à reeducação de inúmeros antigos diplomados de escolas superiores e secundárias que trabalham há muito tempo, assim como daqueles que começam a trabalhar, a fim de que eles se irmanem com os operários e camponeses. Entre eles, há aqueles que obtiveram bons resultados nesta integração e realizaram invenções e inovações. Devemos divulgar isso para encorajá-los. Os incuráveis representam um número extremamente restrito; são esses os que se denomina de responsáveis irredutivelmente engajados na via capitalista e as "sumidades" técnicas burguesas que são alvo da cólera da massa, e que se deve derubar. E até mesmo a esses indivíduos devemos deixar uma saída. Agir de outra maneira não é estar de acordo com a política proletária. As diferentes medidas políticas mencionadas são válidas para todos os intelectuais, jovens e velhos, sejam eles cientistas ou literatos¹⁰."

Duas linhas opostas aparecem assim nitidamente: uma, a linha burguesa, sob sua forma "extrema-esquerda", que é a de ataques pessoais e da "luta até às últimas conseqüências", e outra, a linha proletária, que é da reeducação e da transformação das relações sociais.

II. A Luta abstrata contra o Egoísmo ou a Luta pelas transformações Revolucionárias

Ao substituir a luta ideológica de classe pelos ataques pessoais, a "extrema-esquerda" privilegia critérios morais abstratos para "julgar" cada indivíduo segundo esses critérios. Um desses critérios é o do egoísmo.

10 Cf. *Pekin-Inforna*, nº 37, 1968, p.13.

A "extrema-esquerda" privilegia continuamente a luta abstrata contra o egoísmo, a que ela chama "o aniquilamento do conceito do ego". Este "aniquilamento" torna-se assim o substituto imaginário da destruição de relações sociais burguesas e da luta real contra o revisionismo. Assim, num artigo publicado na China em 1967, pode-se ler:

"(...) o egoísmo está no âmago da concepção burguesa do mundo e é o foco do revisionismo. Este é a consequência inevitável do crescimento do egoísmo. Se este último não é destruído, as teorias, a linha, os princípios e a política definidos pelo Presidente Mao referentes à Grande Revolução Cultural Proletária não poderão ser realmente compreendidos e aplicados, a orientação geral da luta não será bem entendida e a luta anti-revisionista não poderá ser levada até o fim (...). A pátria socialista só pode ser salvaguardada sob a condição de destruir o egoísmo e fazer prevalecer o interesse público (...)"¹¹.

Tais formulações tendem a dissimular o que é realmente o revisionismo: uma linha política burguesa que se enraíza na existência da burguesia e nas relações sociais que fundamentam essa existência. Para a "extrema-esquerda", o revisionismo e o capitalismo são simplesmente os "produtos" do egoísmo. Tais formulações são a expressão de uma concepção burguesa do mundo, de uma concepção idealista; não têm nada a ver com o materialismo histórico e o marxismo para os quais as idéias, sejam elas justas ou falsas, "não caem do céu", mas vêm da prática e têm sempre um carácter de classe.

Certamente, não é sob a forma simplista de idéias "que tomariam do céu" que a "extrema-esquerda" pôde se permitir defender suas concepções idealistas. Ela não

¹¹ Cf. *Pekin-Inforna*, nº 42, 1967, p. 17.

considera o egoísmo uma "tendência natural do homem", como o faz o idealismo burguês comum, mas apresenta o egoísmo como uma reminiscência do capitalismo que só existiria "na mente das pessoas". Assim, pode ser lido no já citado editorial de *Hongqui*.

"O egoísmo é o núcleo da ideologia das classes exploradoras. Sua influência está profundamente enraizada, porque o sistema da propriedade privada existiu durante milênios. O antigo sistema social foi destruído, mas como nosso grande guia, o presidente Mao, nos ensina, "as reminiscências da ideologia que refletem o antigo sistema permanecem necessariamente, e por muito tempo, no espírito das pessoas e não se apagam facilmente". São essas reminiscências que a burguesia utiliza para corromper as massas e a jovem geração, tentando, mas em vão, ganhar as pessoas para seu combate contra o proletariado"¹².

Ao afirmar desta maneira que "o antigo sistema social foi destruído", *apaga-se toda raiz presente* na existência das classes e na de sua ideologia, tornam-se incompreensíveis as próprias reminiscências ideológicas e, principalmente, fixa-se para as massas apenas um "alvo moral" (a destruição do egoísmo) e não um alvo político: a destruição das relações sociais sobre as quais repousa a existência da burguesia, suas práticas e suas idéias. Conseqüentemente, preservam-se as relações burguesas, uma vez que se declara que elas não existem e que *somente* existem as idéias "que essas relações já desaparecidas produziram".

Uma tal concepção é idêntica àquela de Liu Chao-chi, para o qual tratava-se também de "bloquear" as idéias errôneas.

¹² *Ibid.*, p. 11.

Dessa maneira, a "extrema-esquerda" não apenas preserva as relações burguesas que continuam a existir (ela as preserva ao negar sua existência), mas levanta obstáculos à luta contra o egoísmo, luta necessária enquanto momento essencial de um combate ideológico que não visa ilusoriamente a destruir de maneira imediata e completa o egoísmo, mas sim combatê-lo *concretamente*, no quadro de uma revolução ideológica que abre caminho para transformações econômicas, materiais, as únicas transformações que permitem consolidar a ideologia proletária. A concepção materialista da história revela nitidamente que apenas uma transformação contínua (comportando fases de ofensiva e fases de consolidação, ou seja, etapas) das relações objetivas e da ideologia permite avançar para uma sociedade sem classes. Ao lançar palavras de ordem abstratas e idealistas, a "extrema-esquerda" apenas aplica uma linha burguesa apresentada sob uma máscara de "esquerda".

Não é inútil confrontar em relação ao ponto em discussão, as posições da linha "extrema-esquerda" e as da linha revolucionária. Essas últimas são evocadas de maneira extremamente clara num artigo recém-publicado na revista *Hongqi* e intitulado: "Por que é preciso estudar a economia política?" Nesse artigo, pode-se ler especialmente:

"Na sociedade socialista, as relações de produção e as forças produtivas, assim como a superestrutura e a base econômica, estão ao mesmo tempo (esse é o aspecto fundamental) em acordo e em contradição. As relações de produção socialistas correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas, mas ainda não são perfeitas, e esta imperfeição está em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. A superestrutura socialista corresponde à base econômica, mas tem ainda em alguns pon-

tos insuficiências que estão em contradição com a base econômica socialista. Particularmente, os fatores capitalistas nas relações de produção e no domínio da superestrutura entravam o desenvolvimento das forças produtivas, enfraquecendo e até solapando a base econômica socialista. O proletariado e as outras massas trabalhadoras que pretendem tomar a via socialista exigem sempre a transformação incessante das partes das relações de produção, e da superestrutura, que não correspondam respectivamente às forças produtivas e à base econômica, para que as relações de produção e a superestrutura sejam constantemente consolidadas e melhoradas. A burguesia e seus agentes no Partido que pretendem seguir a via capitalista empenham-se sempre em entrar uma tal transformação. A razão disso é que uma tal transformação elimina pouco a pouco os fatores capitalistas nas relações de produção e na superestrutura, e que a eliminação dos fatores capitalistas significa a eliminação da burguesia e de seus agentes no seio do Partido (...) ¹³."

É claro que para a linha revolucionária um aspecto essencial da "eliminação da burguesia e de seus agentes no seio do Partido" é a transformação revolucionária das relações sociais.

III. A "Extrema-Esquerda" e a Luta contra os Regulamentos Irracionais

O caráter pequeno-burguês da linha "extrema-esquerda" manifestou-se de maneira particularmente surpreendente no modo de abordar os problemas da regulamentação do trabalho nas fábricas.

13 Citado segundo o boletim diário *Nova China*, 1496, despacho nº 083107 de 1º de setembro de 1972.

Sobre esse problema, também, constata-se uma significativa contradição entre as posições defendidas pelos partidários da linha revolucionária e as defendidas pela "extrema-esquerda".

Para os primeiros, o que se trata de suprimir é o que na China se chama "regulamentos irracionais"¹⁴, ou seja, a "codificação" de um regulamento de trabalho (imposto anteriormente pelos diretores de fábrica influenciados pelo revisionismo) que "protegem" as relações de produção burguesas e as formas capitalistas da divisão de trabalho nas empresas industriais: a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, tarefas de execução e tarefas de direção, e a subordinação dos produtores imediatos aos técnicos, engenheiros, administradores, dirigentes, etc. Para os partidários da linha revolucionária, a eliminação dos "regulamentos irracionais" devia permitir à classe operária exercer sua direção ao elaborar uma regulamentação proletária do trabalho, unindo sob a direção da classe operária os técnicos, os engenheiros e os quadros.

Na prática a "extrema-esquerda" colocou o problema da regulamentação do trabalho em terreno inteiramente diverso: não no terreno real da transformação da regulamentação (ou seja, das formas codificadas de relações de produção e da divisão do trabalho), mas no terreno imaginário da destruição de toda regulamentação, inclusive em matéria de segurança do trabalho, comparecimento ao trabalho, qualidade de produção, etc. Desta feita, a "extrema-esquerda" perseguia vários objetivos:

Por um lado, ao propor um objetivo imaginário (a destruição de toda regulamentação) e não um objetivo

real (a transformação objetiva num sentido socialista das relações sociais e da regulamentação que a "codifica"), opunha-se na prática ao que o resultado real pudesse levar.

Por outro lado, ao se opor à transformação socialista da divisão do trabalho, ao fazer continuar indefinidamente uma luta com um objetivo imaginário, contribuía para desorganizar a produção, para violar a palavra de ordem "fazer a revolução e promover a produção", e tendia a desacreditar a Revolução Cultural aos olhos das massas que se perdiam em discussões sem fim e com efeitos negativos sobre a produção e sobre a vida cotidiana, uma vez que essas discussões originavam confrontos muitas vezes sem sentido.

Agindo como o fazia, a "extrema-esquerda" mobilizava o descontentamento das massas contra a regulamentação burguesa do trabalho desviando esses descontentamentos, enfatizando não o aspecto proletário mas seu aspecto pequeno-burguês. Esta orientação pequeno-burguesa dada à expressão do descontentamento das massas manifestou-se de inúmeras maneiras, principalmente quando a "extrema-esquerda" privilegiou o caráter "individualista" do descontentamento, ao aceitar, por exemplo, a idéia de que se não se tem vontade de trabalhar não se deve fazê-lo. Uma tal concepção não tem evidentemente nada de comunista: corresponde ao "falso comunismo", tal como o que é imaginado pela burguesia e pela pequena burguesia.

Por essas atividades e por essas palavras de ordem, a "extrema-esquerda" multiplicou os obstáculos no caminho da vitória da linha revolucionária. Esses obstáculos puderam, no entanto, ser eliminados porque as massas e os quadros revolucionários do P.C.C. puderam desenvolver práticas proletárias com base nas orientações da linha revolucionária e nas diretivas de Mao Tsé-tung. Es-

¹⁴ Acerca desta questão, bem como outras tratadas neste posfácio, será útil a consulta ao n° 26 da revista italiana "Vento dell'Est", especialmente p. 26 e 35 e segs.

sas diretivas concentravam as lições que era possível tirar tanto das iniciativas criativas das massas quanto das práticas negativas da "extrema-esquerda"; mostravam concretamente o objetivo real a atingir (lutar contra a divisão capitalista do trabalho) e os meios a mobilizar para atingir esse objetivo: suprimir os "regulamentos irracionais", notadamente através do funcionamento da tripla união (operários, técnicos, quadros) colocados sob a direção da classe operária.

Quando as massas apreenderam essas orientações e essas palavras de ordem (notadamente quando assimilaram plenamente o conteúdo revolucionário da diretiva de 16 de maio), os obstáculos opostos pela "extrema-esquerda" na transformação real das relações de produção puderam ser superados. A "extrema-esquerda" sofreu então uma primeira derrota, embora conservasse uma parte das posições organizacionais que tinha conquistado ao desenvolver práticas que consistiam em sustentar o aspecto pequeno-burguês das aspirações das massas (o que lhe permitira não levar em conta o aspecto revolucionário e proletário das aspirações dessas mesmas massas populares).

IV. A "Extrema-Esquerda" e o Problema dos Salários

Quanto ao problema dos salários, encontra-se naturalmente a mesma oposição entre a orientação proletária da linha revolucionária e a orientação pequeno-burguesa da "extrema-esquerda".

Para os partidários da linha proletária, o problema fundamental é o de eliminar o máximo possível os estímulos materiais, pois estes desenvolvem relações burguesas (individualistas) dos trabalhadores com seus trabalhos. A "extrema-esquerda", pelo contrário, tendia a

fazer da reformulação do conjunto de sistemas salariais um problema fundamental.

Se a linha revolucionária coloca também o problema da reformulação do sistema salarial (o que permitiu transformações decisivas, graças à supressão dos estímulos materiais denunciados pelas massas, à simplificação do sistema salarial, cuja complexidade contribuía para dividir os trabalhadores, etc.), ela não faz dele um problema fundamental e imediato; pois, situando-se no terreno do marxismo, não esquece que as relações de distribuição não passam "do inverso das relações de produção" (Marx). É precisamente por isso que a Linha proletária considera como decisiva a revolucionarização das relações de produção e não as de distribuição, permanecendo esta última falsa enquanto não forem mudadas as relações de produção.

Além disso, para a linha revolucionária, o objetivo da revolução é o comunismo, ou seja, o desaparecimento do assalariado. Assim, o que importa no decurso da transição, é preparar o terreno para o fim das relações salariais, não apenas ao revolucionarizar as relações de produção, mas paralelamente desenvolvendo formas de distribuição que compensem de outra maneira, além da salarial, as desigualdades efetivas (devidas às desigualdades de força física, desigualdades de saúde, etc.). Na verdade, as compensações para essas desigualdades oferecidas sob a forma de salário tendem a prolongar a existência desta forma; é por isso que é preferível, sempre que possível, recorrer a compensações que correspondam a formas coletivas de distribuição e que se situem, portanto, no "exterior" das relações salariais; é isso que acontece quando se desenvolvem as cantinas, creches, serviços sanitários, etc.

Ao dar ênfase de maneira unilateral ao igualitarismo no terreno dos salários, a “extrema-esquerda” tende, pelo contrário, a consolidar a forma salarial.

O caráter burguês das concepções “extrema-esquerda” manifestou-se também nas comunas populares, pela tentativa (bastante comum) de fazer variar o pagamento dos membros das comunas populares em função de sua atitude política.

Trata-se aqui, de um tipo de “estímulo material” para posições políticas, uma vez que estas só podem ser revolucionárias quando assumidas não por um objetivo pessoal de interesse, mas por razões de classe. A generalização de tais concepções teria “por consequência transformar pouco a pouco os avanços políticos e ideológicos de uma vanguarda, na direção do bem-estar de uma minoria”, de “estimular arrivistas políticos (...) (que exercem a) profissão de estar sempre “na linha”. (...) Isso seria correr o risco de deslocar insensivelmente a atitude coletivista para manifestações ostentatórias; a atitude política deve ser observada para ser apreciada e *retribuída*. De onde se depreende um evidente risco de inflação de sinais exteriores do espírito revolucionário”.¹⁵

V. A “extrema-esquerda” e a apropriação pelas massas da ideologia revolucionária.

De todas as manifestações do caráter burguês da “extrema-esquerda”, a mais significativa é constituída

15. Citado na obra que Claudie Broyelle dedicou aos problemas das mulheres e da família na China, obra intitulada “La Moitié du Ciel”, Denoël, 1973, p. 213.

pela sua *oposição* ao fato da apropriação pelas massas da ideologia revolucionária, proletária.

A oposição da “extrema-esquerda” a apropriação pelas massas da ideologia revolucionária proletária toma múltiplas formas. Uma dessas formas consiste em desviar as massas de um estudo aprofundado do marxismo-leninismo, em substituí-lo por coisa inteiramente diferente, a saber, “o estudo” das citações de Mao Tsé-tung empreendido, visando “à obtenção de resultados imediatos”¹⁶.

Uma tal orientação tende a transformar o marxismo-leninismo num conjunto de “receitas práticas” e a impedir o acesso ao essencial: a assimilação dos princípios. A aplicação dessa orientação se traduziu, entre outras, pelo fato de que quando os representantes da “extrema-esquerda” tomaram a si os serviços de edição, praticamente suspenderam a maioria das obras fundamentais do marxismo, e procuraram fazer penetrar no espírito dos trabalhadores a idéia de que o que Mao Tsé-tung escreveu, e que lhes era apresentado de maneira fragmentada, não se inscrevia na continuidade de uma grande tradição teórica.

Uma outra forma da oposição da “extrema-esquerda” à apropriação pelas massas do marxismo-leninismo consistiu em substituir um estudo verdadeiro pela repetição estereotipada de algumas citações, e até pela obrigação de saber de cor um certo número de textos de Mao Tsé-tung.¹⁷

16. Esta expressão encontra-se no prefácio redigido por Lin Piao para a edição de 1966 das “Citações do presidente Mao Tsé-tung.”

17. Em 1967 era comum ver os operários formados em fila diante de seu trabalho, recitando de cor as citações de Mao Tsé-tung. No Instituto Siderúrgico de Xangai, o qual citei acima, o porta-voz da “extrema-esquerda” fez com que dois pesqui-

Essas práticas da “extrema-esquerda” não estão evidentemente ligadas de maneira necessária ao uso do Livro Vermelho que, em si mesmo, pode ser uma preparação para o estudo do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung, sob a condição, exatamente, de que não se deve limitar seu alcance utilizando-o como um conjunto de “receitas” que só teriam que ser aplicadas, ou uma coletânea de citações para se aprender de cor; ou seja, sob a condição de usá-lo com vistas a preparar os trabalhadores para o estudo do marxismo-leninismo e não com vistas a desviá-los dele.

Ora, na prática, é para desviar as massas do estudo do marxismo-leninismo que a “extrema-esquerda” utilizava-o, e isso notadamente (o que só é paradoxal aparentemente) ao preconizar “a autoridade absoluta do pensamento de Mao Tsé-tung”. Uma tal fórmula permitia na verdade acrescentar: “Devemos agir segundo as instruções do Presidente Mao, quer compreendamos ou não seu significado pleno”.

Ao fazer isso, a “extrema-esquerda” desviava os trabalhadores do estudo, ordenando-lhes obedecer, quer compreendessem ou não; mesmo evocando Mao Tsé-tung, a “extrema-esquerda” preconizava o contrário do que o próprio Mao tinha dito: “Um comunista sempre deve se colocar a questão do por quê; não deve jamais seguir cegamente a opinião do outro.” Aqui, ainda, a “extrema-esquerda” apenas fazia reproduzir, formulando de maneira diferente, o conteúdo da linha de Liu Chao-chi, que também preconizava “uma disciplina cega”

sadores recitassem para mim o texto integral de “Servir ao povo”. Em síntese, esta concepção do “estudo” também era preconizada por Lin Piao, quando escrevia: “O melhor seria aprender de cor algumas frases capitais (esta expressão se acha igualmente no prefácio de 1966 das citações do presidente Mao Tsé-tung).”

O “culto da personalidade desenvolvido pela “extrema-esquerda” tendia igualmente a substituir a profunda confiança das massas no Presidente Mao pela cega obediência a toda suposta diretiva emanada dele. Tudo isso se desenvolvendo, teria levado a criar as condições de uma manipulação das massas.

A oposição da “extrema-esquerda” à apropriação pelos trabalhadores do marxismo-leninismo, manifestou-se também pela seguinte fórmula: “O pensamento de Mao Tsé-tung é o marxismo alcançado um nível superior mais desenvolvido. Em nossa época, estudar o pensamento de Mao Tsé-tung é estudar da maneira mais rápida o marxismo-leninismo¹⁸.” Isto equivalia a declarar que o estudo do marxismo-leninismo estava ultrapassado e representava um caminho inutilmente longo a percorrer, logo, que era inútil empreender o estudo em profundidade do materialismo histórico e do materialismo dialético, o estudo das obras fundamentais do marxismo-leninismo.

Desde a derrota da “extrema-esquerda”, a publicação das obras fundamentais do marxismo e do leninismo foi retomada em larga escala e – o que também é muito importante – o estudo de massa dessas obras é amplamente impulsionado, com o fim de ajudar os trabalhadores a “distinguir o verdadeiro do falso marxismo”.

Assim, assiste-se atualmente na imprensa chinesa à publicação cada vez maior de artigos feitos por trabalhadores e quadros, elucidando o que os levou ao estudo aprofundado do marxismo-leninismo, e porque esse estudo lhes é necessário. Eis aqui, por exemplo, o que escreveu um quadro operário:

18. Cf. *Pekin-Inforna*, nº 46, 1967, p. 24.

“Um quadro operário como eu devota um profundo sentimento de classe ao Partido e ao Presidente Mao, e possui uma certa experiência do trabalho prático. Mas de simples sentimentos de classe não podem derivar a consciência de luta entre as duas linhas, a experiência de trabalho não pode substituir o marxismo-leninismo. Se eu negligencio o estudo do marxismo, do leninismo, do pensamento do Presidente Mao, que são a síntese da experiência das revoluções chinesa e mundial, cometeria erros de ordem empirista.

“Ainda que reflita em certa medida a realidade objetiva, a experiência direta adquirida na prática permite apenas um conhecimento sensível. O que ela reflete é ainda superficial, parcial e incompleto¹⁹.”

Esta última frase visa a um outro aspecto das práticas da “extrema-esquerda” que tendiam também a desarmar as massas, insistindo de maneira unilateral sobre o conhecimento direto, o que equivalia a situar-se nas posições do empirismo e do espontaneísmo, logo, a reforçar a ideologia burguesa e a desorientar os trabalhadores.

VI. A “Extrema-esquerda”, o Empirismo e o Espontaneísmo

Ao subestimar sistematicamente a importância do estudo e ao insistir de maneira unilateral sobre o “conhecimento direto”, a “extrema-esquerda” desdenhava a experiência coletiva e “esquecia” que o conhecimento só

pode se desenvolver graças à combinação da prática e da teoria, e com base numa visão de conjunto o mais completa possível. O conhecimento direto é por princípio um conhecimento parcial: é obtido num dado lugar, num dado momento, por um indivíduo ou alguns indivíduos situados em condições particulares. Assim, privilegiar o conhecimento direto em relação ao conhecimento indireto, é substituir pela prática individual a prática histórica nacional e internacional das massas, prática que só pode ser assimilada pelo estudo, sob a condição prévia de ter sido sistematizado e sintetizado. Ao privilegiar tal substituição, a “extrema-esquerda” pregava o empirismo e tendia precisamente a privar as massas chinesas da experiência histórica, nacional e mundial das lutas de classe. Ora, na ausência dessa experiência – experiência presente nas obras do marxismo-leninismo e mantida viva pela ação de um partido proletário –, o movimento revolucionário só pode retroceder, o que permite à burguesia fortalecer suas posições em relação às do proletariado.

No decorrer da Revolução Cultural, a linha revolucionária lutou contra a atividade em favor do empirismo promovida pela “extrema-esquerda”. Progressivamente essa atividade bateu em retirada e a linha revolucionária fez recuar a influência dessa tendência ideológica burguesa.

Certamente, não se trata de uma “vitória definitiva”; a luta continua, como o evidenciam diversos artigos recentemente publicados na imprensa chinesa, notadamente o já citado artigo intitulado “Superar o empirismo”. Neste artigo também se pode ler:

“Seremos prisioneiros do empirismo se considerarmos a experiência imediata como alguma coisa de absoluta e rígida fazendo da experiência parcial uma fórmula imutável que pode ser usada para todos os fins, ao aplicar nossa velha experiência a situações novas, desen-

19. Cf. *Pekin-Inforna*, nº 43, 30 de outubro de 1972; o artigo se intitula “Superar o empirismo”.

volvidas e transformadas, ou ao superestimar nossa própria experiência e ao subestimar, às vezes até negar, a experiência correta dos outros (...) O domínio da prática é extremamente vasto, mas o campo de atividade de um indivíduo é sempre limitado. Ainda que atribuamos importância à experiência direta, experiência que nós mesmos adquirimos na prática, devemos respeitar igualmente as criações das massas. Se soubermos efetuar *enquetes* e pesquisas, e se soubermos tirar lições da experiência do outro, estaremos em condições de conduzir corretamente nosso trabalho (...) Não se pode ter em todos os problemas uma experiência direta. Na verdade, a maioria de nossos conhecimentos provém da experiência indireta. E se cairá igualmente no empirismo se só acreditarmos em nós mesmos, e se opusermos a experiência direta e individual à experiência indireta e à experiência das massas (...). As pessoas inclinadas ao empirismo são, no plano ideológico, presas fáceis para os escroques políticos pseudo-marxistas, pelo fato de negligenciarem o papel diretivo do marxismo na prática revolucionária, não ligando a menor importância ao estudo das teorias revolucionárias (...), comprazendo-se em seu praticismo "estreito e sem princípios", contentando-se em ser práticos "sem cérebro e sem futuro" e necessitados de uma orientação política firme e justa (...) ²⁰.

No plano político, o espontaneísmo da "extrema-esquerda" é o prolongamento direto do empirismo. Como este último, o espontaneísmo afirma que o conhecimento pode nascer diretamente de uma prática limitada e que, conseqüentemente, as massas nunca se enganam. Assim a posição do marxismo, segundo a qual as

idéias justas vêm da prática, e em primeiro lugar da prática das massas, é transformada e tornada em "todas as idéias das massas são justas".

Em janeiro de 1967, a *Hongqi* desenvolvia esse ponto de vista "extrema-esquerda" ao preconizar a luta sem descanso, e ao procurar incentivar as massas a atos de violência contra numerosos quadros. Face à voz alerta da linha revolucionária, que condenava essas práticas e que preconizava "a luta pela razão e o apoio nos fatos", a "extrema-esquerda" afirmava que as massas tinham razão e que não podiam cometer "excessos". Os partidários da linha revolucionária criticavam esse ponto de vista pequeno-burguês e estavam alertas contra o desenvolvimento de tendências "para a megalomania, o carreirismo, o espírito de camarilha, a individualização, o ultrademocratismo", tendências que desenvolvem, precisamente, as práticas da "extrema-esquerda".

Como se sabe, Lin Piao tentava também glorificar o espontaneísmo ao declarar: "O movimento revolucionário das massas é naturalmente razoável. Ainda que haja nas massas certos grupos e certos indivíduos que cometem desvios de esquerda ou de direita, a corrente principal do movimento de massa é sempre razoável, e sempre apropriada ao desenvolvimento da sociedade."

Uma tal formulação equivale a negar o que a história ensina, ou seja, que existem e podem existir movimentos de massa sob direção burguesa, como o prova infelizmente a experiência do fascismo, do hitlerismo, de diferentes tipos de racismo, etc.

VII. A Unidade do Dogmatismo e do Espontaneísmo

A contradição entre o empirismo e o espontaneísmo da "ultra-esquerda" (o que se poderia denominar sua

20. *Ibid.*

afirmação da “autoridade absoluta das massas”) e seu dogmatismo (expresso pela fórmula da “autoridade absoluta do pensamento de Mao Tsé-tung”) não é mais que uma contradição aparente. Na verdade, em todos os casos, *o objetivo pretendido é o mesmo*: negar a necessidade de estudar o marxismo-leninismo, negar o papel da teoria e do partido como instrumentos indispensáveis para ajudar as massas a distinguir as idéias justas das idéias falsas e para unificar assim sua ação. Em todos os casos, as fórmulas lançadas pela “ultra-esquerda” contribuem para o enfraquecimento e a divisão dos trabalhadores. O empirismo e o espontaneísmo da “ultra-esquerda” testemunham pois, assim, o caráter burguês dessa linha política.

VIII. As Conquistas Momentâneas e a Derrota Posterior da “Extrema-esquerda”

As conquistas momentâneas e parciais obtidas pela “extrema-esquerda” retardaram a vitória da linha revolucionária; contribuíram para semear a confusão, na medida em que o “radicalismo” aparente das orientações e das práticas de “extrema-esquerda” podia dar a ilusão de que ela constituía uma autêntica corrente de esquerda.

O caráter ambíguo das práticas e das palavras de ordem da “extrema-esquerda” se manifestou em vários níveis.

De início, ao nível da tática, a “extrema-esquerda” não se afirmou evidentemente como uma corrente autônoma, tendo sua própria especificidade. Pelo contrário, tentava aparentar ser uma corrente revolucionária autêntica marxista-leninista, dando a suas idéias uma forma enganadora, ao misturar intimamente suas próprias

afirmações (as que poderiam identificar sua verdadeira natureza de classe) com formulações do marxismo-leninismo e textos de Mao Tsé-tung. Esta combinação de formulações marxistas e revolucionárias e palavras de ordem e práticas burguesas e pequeno-burguesas não tornava imediatamente “visível” o verdadeiro conteúdo de classe da “extrema-esquerda”. Isso permitiu que ela seduzisse alguns trabalhadores e penetrasse nos organismos do poder.

Depois, as palavras de ordem propriamente “extrema-esquerda” tinham, incontestavelmente, ressonância no seio de uma parcela das camadas trabalhadoras. Se isso pôde acontecer é porque durante o período de transição as aspirações dos trabalhadores deviam ter um duplo caráter. Uma parcela dessas aspirações corresponde ainda à divisão objetiva das massas (divisão resultante da reprodução de relações burguesas, da existência de fatores capitalistas, etc.), tendo, portanto, um caráter pequeno-burguês, individualista e idealista. Uma outra parcela das aspirações corresponde à vontade de transformar realmente o mundo, ou seja, uma vontade revolucionária. Ao aspecto ainda pequeno-burguês das aspirações de uma parcela das massas populares é que foram “adaptados” o empirismo, o espontaneísmo e o dogmatismo da “extrema-esquerda”, o que lhe permitiu ter audiência e aumentá-la, ao tomar emprestada certas formulações da linha proletária. Apenas com o passar do tempo, através da experiência de lutas complexas e por meio da colaboração dos partidários da linha proletária, é que os trabalhadores influenciados pela “extrema-esquerda”, puderam fazer a distinção entre as fórmulas tomadas de empréstimo à linha revolucionária – fórmulas que a “extrema-esquerda” não aplicava – e as formulações cujo “radicalismo” nada tinha de revolucionário, pois não culminava em nenhuma transformação real,

como o demonstrava claramente a proposta de "luta sem trégua" e ataques pessoais em substituição a um verdadeiro combate para a transformação das relações sociais, que era ao que aspiravam as massas revolucionárias.

Outro fator é igualmente atribuído às conquistas momentâneas e parciais da "extrema-esquerda". Na primeira fase da Revolução Cultural, quando se devia dar ênfase efetivamente às lutas e às críticas, a "extrema-esquerda" pôde, na verdade, parecer estar estreitamente associada à ação da linha revolucionária e até a não se diferenciar dela, pois era necessário, então, atacar prioritariamente a forma revisionista da linha burguesa. Certamente, mesmo durante essa fase, as diferenças entre a linha revolucionária e a "extrema-esquerda" eram tão profundas e presentes quanto em outro momento (uma vez que essas diferenças equivaliam à contradição burguesia-proletariado), mas passavam provisoriamente para segundo plano, manifestando-se explicitamente em inúmeros textos e em inúmeras formulações. Para comprovar isto, basta ler os textos com um mínimo de atenção. Não obstante, uma vez passada a primeira fase da Revolução Cultural, a partir do momento em que a linha revisionista sofreu derrotas maiores, e em que se tratava de edificar novas relações, o caráter burguês da linha "extrema-esquerda" (sua ação que tendia a preservar as antigas relações) não lhe permitiu mais parecer estar estreitamente associada como antes à ação da linha revolucionária. Nesse momento a luta entre as duas linhas, a linha burguesa e a linha proletária, revestiu-se diretamente, e cada vez mais visivelmente, da forma de uma luta entre linha revolucionária e linha "extrema-esquerda".

Ao longo da primeira fase da Revolução Cultural, a "extrema-esquerda" dispôs de uma base de massa própria, a saber, uma parcela da juventude radicalizada (u-

niversitários e alunos de escolas secundárias). O peso específico inicial desta última foi relativamente tanto maior porquanto as lutas se referiam diretamente à superestrutura, especialmente os aparelhos ideológicos, a Universidade, os institutos de pesquisas, etc. Neste extremo, presenciou-se um tipo de "proliferação" de grupos de "extrema-esquerda" que se confrontam entre si²¹.

Quando a frente principal das lutas se deslocou para as fábricas, o peso específico da base social própria da "extrema-esquerda" foi se reduzindo rapidamente, pois esse deslocamento provocou uma imensa ampliação da atividade política da classe operária. A influência da "extrema-esquerda" recuou de maneira decisiva; quando a classe operária interveio diretamente na Universidade, nas escolas, nos institutos de pesquisa, etc. Esta intervenção dos trabalhadores permitiu unificar cada vez mais as massas em torno da linha revolucionária. Quanto mais o isolamento da "extrema-esquerda" aumentava, mais ela era levada a dissimular sua ação e a recorrer aos ataques pessoais.

Do lado da linha proletária, a luta foi, podia e deveria ser, uma luta de idéias e de princípios. Não são os in-

21. Por ocasião da entrevista que tive a 13 de agosto de 1971 com o Comitê Revolucionário da Universidade Pei-Ta, um jovem membro deste comitê caracterizou a ação da "extrema-esquerda" depois do esfacelamento da linha de Liu Chao-chi como a de um bando que havia procurado dividir as fileiras revolucionárias: "Esses inimigos de classe puderam infiltrar-se em nossas fileiras devido ao fato de que a nós, os jovens estudantes, faltava experiência social, e nossa concepção do mundo era ainda fraca". Lembra, então, que em junho de 1967 chegou-se a uma luta armada no seio da Universidade, a tal ponto que a Revolução Cultural foi paralisada. Os combates cessaram quando uma equipe operária entrou na Universidade. O mesmo membro do comitê revolucionário de Pei-Ta acrescentou: "A partir dessa experiência prática nos demos conta de que não podíamos contar somente com os estudantes e os professores para fazer progredir a Revolução Cultural (...) que nada podíamos fazer sem a ajuda dos operários e dos camponeses".

divíduos que são atacados (salvo quando participaram conscientemente para a organização de um verdadeiro complô), mas as idéias; é por isso que inúmeros daqueles que foram enganados pela ideologia de "extrema-esquerda" e que reconheceram seus erros conservaram as responsabilidades em diversos órgãos do poder²²

Se depois de um período de confusão as massas se unificaram em torno da linha proletária, é porque elas puderam fazer uma retrospectiva de sua própria experiência, auxiliadas nessa tarefa complexa pelos partidários da linha revolucionária, pela imensa maioria dos membros do P:C:C: e pelo estudo do marxismo-leninismo. Os trabalhadores chineses, dessa maneira, deram conta cada vez mais claramente do caráter falsamente "revolucionário" da "extrema-esquerda", de seu caráter realmente burguês. Isto explica porque a maioria dos antigos partidários da linha "extrema-esquerda" foram levados a reconhecer seus erros e voltaram às fileiras dos partidários da linha revolucionária. Desta maneira, pôde ser realizado um conjunto de transformações na base econômica e na superestrutura. Tais transformações só são efetivamente possíveis se os trabalhadores se unirem em torno de uma linha revolucionária.

Uma vez assim unificadas as massas, a "extrema-esquerda" é literalmente deslocada, a quase totalidade de seus partidários aderem à linha revolucionária e conservam muitas vezes as responsabilidades que lhes cabiam. Este desmoronamento do que tinha sido a "extrema-esquerda" deixou estupefatos numerosos "observadores" estrangeiros. Deixou igualmente desorientada uma proporção não desprezível de militantes políticos de vários países que tinham sido influenciados pelo "pseudo-

radicalismo" da "extrema-esquerda" chinesa. Tendo acompanhado os acontecimentos apenas de longe e não tendo dado a necessária atenção à luta ideológica de classe, que no entanto se travava abertamente há anos na imprensa chinesa, chegavam e dificilmente conseguiam compreender que a "extrema-esquerda", que se confundia para eles com a linha revolucionária e que ocupava um lugar importante na cena política chinesa, pudesse extinguir-se tão subitamente. A explicação desse fato é no entanto muito simples: desde que os trabalhadores chineses compreenderam qual era a verdadeira natureza de classe da "extrema-esquerda", esta estava condenada a perder o que fora sua antiga base de massa.

Certamente, o desmoronamento político da "extrema-esquerda" teve graves conseqüências para os seus partidários, que em lugar de reconhecer seus erros pretenderam continuar uma atividade conspiradora; mas, historicamente, essas conseqüências – que foram as únicas a ganharem a atenção da grande imprensa, ou seja, da imprensa burguesa – são apenas os efeitos secundários da extinção total da influência da "extrema-esquerda".

Já se disse que não se pode concluir disto que a derrota da "extrema-esquerda" seja "definitiva e total". É inevitável que a linha proletária tenha ainda que se defrontar com a linha burguesa, sob suas formas revisionistas e "extrema-esquerda", que poderão apresentar com novas aparências. Este confronto é, em si, o efeito inarredável da luta de classes, luta que se enraíza na existência, durante o período de transição, de relações burguesas que só podem ser destruídas e substituídas por novas relações por meio de lutas revolucionárias que se desenvolvem por sucessivas etapas. É por isso que outras revoluções culturais serão necessárias para continuar a obra da primeira.

Estas são algumas considerações que queria desenvolver nesse posfácio. Assim, como disse no início, um

22. Cf. Sobre este ponto "Vento dell'Est" nº 26, p. 26-27.

mínimo de conhecimento dos principais aspectos da luta entre as duas linhas, e mais particularmente da luta entre a linha proletária e a linha burguesa sob sua forma "extrema-direita", é indispensável para a compreensão da fase mais recente da Revolução Cultural e, sobretudo, para a compreensão das condições ideológicas sob as quais puderam ser efetuadas as transformações sociais produzidas pela Revolução Cultural. Se todos os aspectos da luta de classe desenvolvida na China de 1966 até hoje não são ainda conhecidos e deverão ser objeto de um retrospecto na própria China²³, além do que está dito neste posfácio, só nos resta fazer um esforço de leitura mais atenta dos textos publicados na China (e traduzidos) desde o início da Revolução Cultural.

23. É possível que o Partido Comunista da China tenha levado esta análise mais além do que aparece nos textos publicados, pois uma grande parte das discussões que ocorrem na China e as conclusões delas extraídas não se destinam necessariamente a textos a serem impressos e difundidos fora da China. Por outro lado, na medida em que a grande maioria dos antigos partidários da "extrema-esquerda" se equivocou sinceramente e logo reconheceu seus erros, a luta ideológica contra essa linha se reveste de formas específicas. Segundo o que se pode saber, essa luta parece caracterizar-se pelo predomínio da análise crítica de alguns dos temas ideológicos da "extrema-esquerda", e não por uma crítica sistemática de conjunto desta. Se assim ocorre, é provavelmente devido a que a "extrema-esquerda" nunca se apresentou sob a forma de uma corrente unificada (sempre dividida em facções e tendências mais ou menos contraditórias). É certamente porque a luta ideológica encaminhada deste modo permite, no caso considerado, preservar ao máximo a unidade do Partido e a unidade das massas, o que constitui uma preocupação constante do Partido Comunista Chinês.

POSFÁCIO II

Depois que este livro foi escrito, acontecimentos de enorme alcance histórico ocorreram na China. Estes acontecimentos colocaram radicalmente em causa os avanços da Revolução Cultural¹.

Assim, no fim de 1976, um "novo curso" toma forma, correspondendo à vitória de uma linha revisionista e da burguesia existente no interior do Partido.

Na cena política, este "novo curso" abre-se pouco depois da morte de Mao Tsé-tung (9 de setembro de 1976). Nos dias que se seguem imediatamente ao desaparecimento do Presidente Mao, a direção do P. C. C. dá a impressão de estar ainda unida em torno de uma linha inalterada. A 18 de setembro, o Primeiro Ministro Hua Kuo Feng (que não é então presidente do partido) pronuncia um discurso no qual cita a fórmula pela qual Mao caracterizava Teng Siao-Ping e seus partidários:

"Dirige-se a revolução socialista, e não se sabe mesmo onde está a burguesia; ora ela existe no Partido Comunista, são os responsáveis comprometidos na via capitalista. Eles não cessaram de seguir esta via."²

Entretanto, dezoito dias mais tarde, a 6 de outubro, Hua opera um golpe de estado. Com apoio das forças de

1. Apresentei os elementos de uma análise destes acontecimentos em "Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung", Paris, Maspero, 1978. Neste livro tentei também esclarecer o que tornou tais acontecimentos possíveis.
2. Pekin Information, nº 38, 1976, p. 15.

segurança, faz prender os quatro dirigentes do partido que desempenharam papel decisivo durante a Revolução Cultural.³ No dia 8 de outubro faz-se nomear Presidente do Comitê Central, em condições duvidosas, porque o C.C. não se reuniu (no máximo, uma parte do bureau político pôde se reunir). A partir de 10 de outubro desencadeia-se uma campanha violenta contra os quatro (doravante cortados do resto do mundo) e contra seus partidários, acusados de "revisionismo".

Nos meses que se seguem ao golpe de Estado, uma espécie de culto de Hua Kuo Feng se organiza. Seu retrato aparece em toda parte ao lado do de Mao, do qual é proclamado o continuador "clarividente".⁴ Entretanto enquanto se estabelece a primazia formal de Hua, assiste-se a "ascensão" de uma outra personalidade: a de Teng Siao-Ping.

Este último fôra afastado da direção do Partido desde os primeiros meses da Revolução Cultural (no momento em que esta eclode, ele dirigia o secretariado do C.C. e era Vice-Primeiro Ministro). É então criticado como revisionista, tão severamente quanto Liu Chao-Chi. No entanto, em 1968, as críticas dirigidas a Teng cessam. Ele próprio reaparece na cena política em abril de 1973. Esta "reabilitação" informal realiza-se simultaneamente ao retorno à atividade de numerosos quadros criticados durante os primeiros anos da Revolução Cul-

3. Estes dirigentes pertenciam às mais altas instâncias do partido. A imprensa chinesa fala doravante deles como constituindo "o bando dos quatro": Trata-se de Wang Hong Wen (Vice-Presidente do Partido desde agosto de 1973; Tch'ang-Tchouen-Kiao, membro do comitê permanente do bureau político; Yao Wen-Yuan e Chiang Ching, viúva do Presidente Mao. Estes dois últimos eram membros do B.P. desde 1969. Em julho de 1977, "os quatro", são excluídos por "toda a vida" do Partido.

4. Lembremos que Hua entrara no bureau em 1973, tornara-se Ministro da Segurança em 1975 e Primeiro-Ministro em 1976, numa época em que ele parecia se opor ativamente a Teng Siao-Ping e a seus partidários.

tural. Durante algum tempo, Teng torna-se o suplente do Primeiro Ministro Chu En-Lai: é um dos principais defensores das "quatro modernizações". Mas esta primeira ascensão, é interrompida em abril de 1976, porque seu nome está associado aos incidentes que tiveram lugar na praça Tien-An-Men, onde manifestações em memória de Chu-En-Lai dão lugar a atos de violência. Teng é então submetido a críticas severas, inclusive por parte de Hua. Ora, nos primeiros meses de 1977, Teng - que goza de numerosos apoios no Partido, notadamente entre os antigos quadros, e no exército, retorna uma vez mais ao primeiro plano. Em julho de 1977, sua presença é oficializada, e, em fevereiro de 1978, ele se torna Vice-Primeiro Ministro e "número dois" do P.C.C. Esta ascensão de Teng é acompanhada pelo retorno a postos importantes de quadros e dirigentes de antes da Revolução Cultural. Ela implica (a despeito das precauções oratórias) a rejeição da Revolução Cultural, das idéias em nome das quais esta foi feita. Vê-se, então, cada vez mais claramente, que a primazia é dada à economia e ao desenvolvimento das forças produtivas frente à transformação as relações de produção.

O golpe de Estado de Hua anuncia assim, de maneira praticamente aberta, uma mudança das relações de força entre as classes. Abre amplamente a porta do poder e das responsabilidades para uma burguesia de Estado.

Nestas condições, os avanços socialistas da Revolução Cultural são destruídos. Os comitês revolucionários de fábrica são suprimidos. A disciplina de novo imposta do alto pela direção das empresas e pelos engenheiros e técnicos. Os regulamentos autoritários são restabelecidos nas fábricas. O mesmo ocorre quanto aos prêmios e os "estímulos materiais". No ensino, os concursos de-

semprenham de novo o papel de antes da Revolução Cultural. Estabelecimentos de ensino especializados são criados para os alunos mais "dotados". O modo de vida urbano afasta-se cada vez mais daquele dos camponeses. Para desenvolver as forças produtivas, insiste-se antes de tudo na acumulação, no recurso à técnica "mais moderna" e na centralização das decisões. O papel do comércio exterior e mesmo do endividamento em relação aos estrangeiros cresce, enquanto a palavra de ordem "desenvolver-se por suas próprias forças", cai no esquecimento.

Esta mudança total de curso levanta numerosas questões. É impossível examiná-las neste posfácio. Limitar-me-ei, portanto, a algumas observações.

Primeiramente, é necessário dizer que era inevitável que a burguesia desencadeasse um dia ou outro uma contra-ofensiva, como escrevia eu no posfácio de 1973:

"É inevitável que a linha proletária tenha ainda que enfrentar a linha burguesa.. Este enfrentamento é, ele próprio, o efeito inelutável da luta de classes, luta que se enraíza na existência, durante o período de transição, de relações burguesas que não podem ser substituídas por relações novas senão graças às lutas revolucionárias"... (Op. cit., p. 148).

Entretanto, a contra-ofensiva se revestiu de uma enorme amplitude. Ela quebrou o essencial das relações sociais novas surgidas no curso da Revolução Cultural. Conduziu à eliminação da maioria dos quadros saídos das massas no curso desta Revolução, e à eliminação física de muitos deles. Além do mais, a resistência oposta pelos trabalhadores a esta contra-ofensiva foi fraca. O que deve ser examinado são as razões que explicam a amplitude da contra-ofensiva da burguesia e das vitórias que ela alcançou e, portanto, porque as massas no conjunto ficaram passivas, ou mesmo acolheram de maneira favorável o que se passava.

Para compreender as razões do curso tomado pelos acontecimentos, é necessário, em primeiro lugar, analisar concretamente como a Revolução Cultural se desenvolveu, as etapas que percorreu, os compromissos que, em diferentes momentos, foram feitos entre as diferentes tendências existentes, de fato, no interior do P.C.C., e os erros cometidos pelos partidários da Revolução Cultural. Foi o que tentei fazer, muito imperfeitamente, nas *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung*. Aqui eu desejaria sobretudo ressaltar que a amplitude da derrota me parece devida, entre outros, ao fato de que a Revolução Cultural não foi acompanhada de uma expansão suficientemente ampla e poderosa das práticas democráticas, e que esta insuficiência se explica pelas relações políticas e ideológicas que continuaram a prevalecer no interior do P.C.C. mesmo durante a revolução Cultural⁵.

A existência destas relações progressivamente freiou o movimento próprio das massas. Condenou-as à passividade. Tornou-as assim, indiferentes, pouco a pouco, a apelos revolucionários que não desembocavam mais em uma prática real de transformações sociais.

Tais apelos acabaram por se tornar cansativos e prepararam o terreno para que fosse acolhida de maneira mais ou menos favorável uma linha que acentuava a "ordem", a "estabilidade" e a "modernização". Assim, as massas se encontravam preparadas, ao menos em sua maioria, para acreditar nas declarações da direção instalada após a morte do Presidente Mao e para se deixar influenciar pelo quadro falsamente pessimista traçado da

⁵ C.F. Sobre este ponto, *Questions sur la Chine...*, op. cit., p. 105 s.

situação econômica “legada” pela Revolução Cultural. Elas puderam acreditar nas promessas associadas à palavra de ordem “modernização” e nela ver a garantia de uma melhoria rápida, possível, de seu nível de vida.

Uma análise séria mostra que o “balanço” econômico pessimista traçado dos anos 1966-1976 é um balanço falsificado. Tal análise mostra, também, que as promessas de melhoria rápida do nível de vida são em grande parte falaciosas, porque o programa econômico da nova direção é irrealista e comporta mesmo aspectos aventureiros, que podem comprometer a independência econômica futura da China. O futuro se encarregará de fazer aparecer isso.

A derrota da revolução Cultural não significa, certamente, que ela não tenha deixado uma profunda marca nas massas chinesas. Apesar dos limites da Revolução Cultural, esta transformou o estado de espírito do povo chinês. Assim, quando as massas virem que as promessas feitas pelos dirigentes atuais são falaciosas, e que os discursos atuais sobre uma “maior democracia” mascaram a consolidação do poder de uma burguesia instalada no aparelho de Estado, o povo chinês só poderá se lançar contra a exploração e retomar sua marcha para a frente. Os ensinamentos tirados da Revolução Cultural o ajudarão a avançar vitoriosamente.

De fato, as lições da Revolução Cultural são imensas, mesmo se estão ainda em parte para serem decifradas. Trata-se de lições positivas como as descritas no presente livro, ou como aquelas, mais teóricas, que estão inscritas nos textos de Mao Tsé-tung e dos dirigentes da Revolução Cultural. Mas trata-se, também, de lições negativas: estas últimas só poderão ser extraídas analisando as razões profundas das derrotas sofridas pela Revolução

Chinesa e pela Revolução Soviética. Esta análise é hoje urgente.

Paris, 5 de março de 1979
Charles Bettelheim

socialistas, que vivem regime de escravidão. Que modelos, que classes, que regimes são esses? Ninguém sabe. É nesta ignorância beatífica, isolamo-nos, mais uma vez em nossa história, das riquíssimas experiências do nosso tempo.

O livro de Charles Bettelheim, sobre a revolução cultural chinesa, representa um esforço admirável no sentido de desmistificar a consciência média brasileira sobre o mundo socialista. Aqui, o antigo diretor da *Ecole Pratique des Hautes Études*, de Paris, estuda os efeitos da revolução cultural chinesa sobre a organização de uma malharia, de Pequim; discute as novas formas de planificação industrial, introduzidas na China, a partir de 1958; retoma a discussão do problema da divisão do trabalho na sociedade socialista e levanta questões candentes de ideologia e política.

Bettelheim assume posição, aberta, em sua exposição; e nem por isso a sua pesquisa deixa de ser técnica e científica: "a técnica jamais é neutra; jamais é colocada à margem da luta de classe", declara o autor. Assim, a distância que separa, na trajetória da busca do conhecimento, a obra de Bettelheim, das publicidades usuais, é infinitamente superior à enorme distância que separa, por exemplo, as versões de um Galbraith das informações transmitidas, para o mundo capitalista, pelas U.P.I.s e A.P.s., as quais praticamente, monopolizam o mercado de notícias internacionais, em nossa terra.

José Nilo Tavares

Este livro fo
SIMBC
Rua
Telefc
São P
Com filmes

"A tese aqui defendida é a de que a Revolução Cultural Proletária representa uma virada da maior importância histórica pois foi ela que "revelou" (no sentido em que Marx empregou o termo a propósito da Comuna de Paris) uma das formas essenciais da luta de classes na edificação do socialismo..."

A planificação industrial –
As transformações na divisão social do trabalho – A revolucionarização da relações de produção.

Em Posfácio para esta edição, o autor analisa os últimos acontecimentos na China.